



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**SERGIO LIMA DA SILVA JÚNIOR**



**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DESIGUALDADES  
SOCIOESPACIAIS E VIOLÊNCIA URBANA**  
Uma análise socioespacial sobre a cidade de Castanhal, PA

**Belém-Pará  
2022**

SÉRGIO LIMA DA SILVA JÚNIOR

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DESIGUALDADES  
SOCIOESPACIAIS E VIOLÊNCIA URBANA**

Uma análise socioespacial sobre a cidade de Castanhal, PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Análises socioespaciais e territoriais na Amazônia:

**Linha de Pesquisa:** Análises socioespaciais e territoriais das cidades na Amazônia.

**Orientador:** Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)**

**Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA**

---

Silva Junior, Sérgio Lima da

Produção do espaço, desigualdades socioespaciais e violência urbana: uma análise socioespacial sobre a cidade de Castanhal-PA / Sérgio Lima da Silva Junior; orientação de Clay Anderson Nunes Chagas. - Belém, 2022.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1.Urbanização-Castanhal-PA.2.Castanhal-PA - Condições sociais.3. Violência urbana- Castanhal-PA.I. Chagas, Clay Anderson Nunes (orient.). II. Título.

CDD 23 ed. 307.76098115

---

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

SÉRGIO LIMA DA SILVA JÚNIOR

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, DESIGUALDADES  
SOCIOESPACIAIS E VIOLÊNCIA URBANA**

Uma análise socioespacial sobre a cidade de Castanhal, PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares  
(Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Carlos Jorge Nogueira de Castro  
(Examinador Interno)

Belém/PA  
2022

Vocês têm condenado e matado o justo sem  
que ele ofereça resistência  
Mas bem-aventurados os que têm fome e  
sede de justiça, pois eles serão saciados  
Erga a voz, julgue com justiça  
Defenda os direitos dos pobres e dos  
necessitados  
Mas lembrem-se, dai a Cesar o que é de  
Cesar [...].

**MC CESÁR**

O papo é reto, poucas ideia  
Sobrevivência, revolução  
Eles vão tentar tomar meu lugar  
Mas tipo Rosa Parks, eu digo: Hoje não!

**MC CESÁR**

Dedico essa dissertação aos agentes sociais vulnerabilizados e subalternizados por um sistema excludente e violento que estrutura suas relações de poder no tempo e no espaço, onde parte desta violência dá-se em seus corpos e suas vidas. Que possamos continuar o despertar da consciência e lutar por uma equidade na prática social.

## AGRADECIMENTOS

A hora do agradecimento é um momento no qual podemos de forma muito pessoal retribuir simbolicamente as pessoas que de forma direta e indireta contribuíram para um momento especial em nossa vida. Durante esse período de dois anos e meio de pesquisa, inúmeras pessoas passaram e foram deixando suas contribuições para que esse sonho se tornasse possível. Quero aqui agradecê-las!

Primeiramente, a minha querida mãe, dona Ivaneide Costa, que nunca mediu esforços para me ajudar, sempre tentou em meio a todas as adversidades suprir nossas necessidades para realizar meus sonhos. A ti sou eternamente grato!

Agradeço também as minhas irmãs Marcely e Nara que sonham comigo, me apoiando sempre e acreditando em mim, muitas das vezes até mais do que eu. Aos meus sobrinhos, Nicolas, Gabriel, Davi e Pedro, obrigado pelos momentos de felicidade que proporcionam quando estamos. Agradeço a vocês por compreenderem minha ausência e entenderem que a demanda para realização desse sonho foi exaustiva, principalmente, ao contexto de luto que vivemos durante a pandemia.

Queria agradecer, *in memoriam*, ao meu grande amigo e irmão Rodrigo Lira (como gostava de ser chamado). Gostaria que estivesse presente em vida para comemarmos essa conquista. Quando escrevo essas notas de agradecimentos, é como se eu sentisse o quanto orgulho você estivesse por mim. Obrigado meu irmão, por tudo, espero que esteja vivenciando esse momento de felicidade que estou vivendo, nós conseguimos.

Aos meus novos amigos do Programa de Pós-graduação, sou grato pelas trocas, pelo apoio, esse fortalecimento que criamos foi essencial para chegarmos juntos até ao final. Em especial ao Bruno, Nandara, Úrsula e Everson. Vocês são especiais.

Agradecimento especial a minha querida amiga, Sheila Alves, que me acompanha desde a graduação, sempre solícita às minhas demandas de formatação. Obrigada minha amiga, pela paciência, pelas conversas nos momentos de fragilidade, obrigado por tudo.

Ao meu orientador que apesar das poucas trocas que tivemos, sigo de longe admirando o grande pesquisador e profissional que é.

Aos inúmeros professores que contribuíram para essa formação, com debates sobre a importância do Método de Pesquisa em Geografia com o Dr: Willame Ribeiro.

As discussões sobre Gestão Territorial e Movimentos Insurgentes na Amazônia como o Dr: Aiala Couto. Os debates importantes de Fundamentos Teóricos e Conceituais da Geografia com o Dr: Fabiano Bringel e Dra. Cátia Oliveira. E com as discussões sobre Gestão Ambiental e cidades na Amazônia, com os professores Dr. Antônio de Pádua e Dr. Francisco Emerson. Essa dissertação é fruto da contribuição de cada um de vocês.

Finalizo esses agradecimentos com gratidão ao meu professor e amigo Carlos Jorge. Agradeço pela confiança, pela paciência, pela amizade e por todas as conversas que tivemos durante esse processo. Agradeço, sobretudo, por te me apresentado o mundo científico ético e limpo. Obrigado por acreditar em mim e sempre me encorajar. Obrigado por me ajudar tanto.

**Muito obrigado!**

## RESUMO

SILVA JUNIOR, Sérgio Lima da: **Produção do espaço, desigualdades socioespaciais e violência urbana**: uma análise socioespacial sobre a cidade de Castanhal-PA. 157f. il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, Belém-PA, 2022.

Os espaços urbanos estão constantemente sofrendo alterações, modificando e alternando o estilo e qualidade de vida da população. Presentemente, assiste-se assim a uma maior necessidade de estudar os fenômenos crescentes desses espaços, bem como proceder a um planejamento que vise melhorar a mobilidade e controlar a segurança interna das áreas urbanas, devido aos diversos problemas e necessidades que esses núcleos acarretam. Nesse cenário, a violência urbana desponta como um dos principais problemas enfrentados pelos habitantes desses núcleos, fazendo com que diversas áreas do conhecimento científico tencionem suas pesquisas para temática a fim de estabelecer um diálogo teórico que possa contribuir para a compreensão das causas que podem estar influenciando na dinâmica da violência nessas áreas. Ressalta-se aqui que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais ocorre um processo de deterioração dos mecanismos de controle. Nesse sentido, parte-se do pressuposto que o mesmo processo se desdobra na cidade de Castanhal, e em específico nos bairros destacados nessa pesquisa. Dessa forma, optou-se em analisar a dinâmica da violência urbana a partir das informações geográficas de produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais em Castanhal e sua relação com os homicídios ocorridos entre 2019 e 2021. A realização da pesquisa se deu por meio da revisão teórica, pesquisa de campo, entrevistas, análise de dados do Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico, análise documental da Prefeitura Municipal de Castanhal (PMC), Secretária de Segurança Pública (SEGUP), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), Secretaria Adjunta de Informação e Análise Criminal (SIAC), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pudemos compreender que dinâmica da violência urbana está associada ao processo de crescimento urbano concentrado e à ampliação das áreas de expansão das cidades que apresenta espaços precários de intensa pobreza, com a insuficiência de políticas públicas e registros de precários indicadores sociais. Os dados de homicídios foram analisados de forma qualitativa, e se constatou que nas áreas periféricas há um maior número de ocorrências. Assim, áreas de expansão e de pobreza tornam-se espaço de disputas e reduto do crime, já que existe uma espécie de vácuo de poder deixado pela baixa participação do Estado. Dessa forma, através das discussões geográficas, pudemos identificar um inter-relacionamento intrínseco entre a criminalidade e desigualdade social, que pode ser constatado, inclusive, em análises de estática das vítimas de homicídios.

**Palavras-chave:** produção do espaço; desigualdades socioespaciais; violência urbana; áreas periféricas.

## ABSTRACT

SILVA JUNIOR, Sérgio Lima da: **Production of space, socio-spatial inequalities and urban violence**: a socio-spatial analysis on the city of Castanhal-PA. 157f. il. Dissertation (Master in Geography) - Graduate Program in Geography, Center for Social Sciences and Education, University of Pará State, Belém-PA, 2022.

Urban spaces are constantly undergoing changes, modifying and alternating the population's style and quality of life. Currently, there is a greater need to study the growing phenomena of these spaces, as well as to carry out a plan that aims to improve mobility and control the internal security of urban areas, due to the various problems and needs that these nuclei entail. In this scenario, urban violence emerges as one of the main problems faced by the inhabitants of these centers, causing several areas of scientific knowledge to intend their research on the theme in order to establish a theoretical dialogue that can contribute to the understanding of the causes that may be influencing on the dynamics of violence in these areas. It is noteworthy here that violent crimes are urban phenomena associated with processes of disorganization in large urban centers, in which there is a process of deterioration of control mechanisms. In this sense, it was thought that the same process unfolds in the city of Castanhal, and specifically in the neighborhoods highlighted in this research. In this way, it was decided to analyze the dynamics of urban violence based on geographic information on the production of urban space and socio-spatial inequalities in Castanhal and its relationship with homicides that occurred between 2019 and 2021. The research was carried out through the review theoretical, field research, interviews, data analysis from the Single Registry of Social Programs - CadÚnico, document analysis from the Municipality of Castanhal (PMC), Secretary of Public Security (SEGUP), Secretary of Public Security of the State of Pará (SEGUP), Assistant Secretariat for Information and Criminal Analysis (SIAC), University of the State of Pará (UEPA) and Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). We were able to understand that the dynamics of urban violence is associated with the process of concentrated urban growth and the expansion of areas of expansion of cities that present precarious spaces of intense poverty, with the insufficiency of public policies and records of precarious social indicators. Homicide data generated cartographic material, where it was found that in peripheral areas there are a greater number of occurrences. Thus, areas of expansion and poverty become a space for disputes and a stronghold for crime, since there is a kind of vacuum of power left by the low participation of the State. Thus, through geographic discussions, we were able to identify an intrinsic interrelationship between criminality and social inequality, which can be seen even in static analyzes of homicide victims.

**Keywords:** space production; socio-spatial inequalities; urban violence; peripheral areas.

## RESUMEN

SILVA JUNIOR, Sérgio Lima da: **Producción del espacio, desigualdades socio-espaciales y violencia urbana**: un análisis socio-espacial sobre la ciudad de Castanhal-PA. 157s. il. Disertación (Maestría en Geografía) - Programa de Posgrado en Geografía, Centro de Ciencias Sociales y Educación, Universidad del Estado de Pará, Belém-PA, 2022.

Los espacios urbanos están en constante cambio, modificando y alternando el estilo y la calidad de vida de la población. Actualmente, existe una mayor necesidad de estudiar los fenómenos de crecimiento de estos espacios, así como de realizar un plan que tenga como objetivo mejorar la movilidad y controlar la seguridad interior de las áreas urbanas, debido a los diversos problemas y necesidades que estos núcleos conllevan. En este escenario, la violencia urbana emerge como uno de los principales problemas que enfrentan los habitantes de estos centros, provocando que diversas áreas del conocimiento científico pretendan sus investigaciones sobre el tema con el fin de establecer un diálogo teórico que pueda contribuir a la comprensión de las causas que pueden estar incidiendo en las dinámicas de violencia en estas zonas. Cabe señalar aquí que los delitos violentos son fenómenos urbanos asociados a procesos de desorganización en los grandes centros urbanos, en los que se produce un proceso de deterioro de los mecanismos de control. En ese sentido, se pensó que el mismo proceso se desarrolla en la ciudad de Castanhal, y específicamente en los barrios destacados en esta investigación. De esta forma, se decidió analizar la dinámica de la violencia urbana a partir de información geográfica sobre la producción del espacio urbano y las desigualdades socioespaciales en Castanhal y su relación con los homicidios ocurridos entre 2019 y 2021. La investigación se realizó a través de la revisión teórica, investigación de campo, entrevistas, análisis de datos del Registro Único de Programas Sociales - Cadúnico, análisis de documentos del Municipio de Castanhal (PMC), Secretaría de Seguridad Pública (SEGUP), Secretaría de Seguridad Pública del Estado de Pará (SEGUP), Subsecretaría de Información y Análisis Criminal (SIAC), Universidad del Estado de Pará (UEPA) e Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Pudimos comprender que la dinámica de la violencia urbana está asociada al proceso de crecimiento urbano concentrado y la expansión de las áreas de expansión de las ciudades que presentan espacios precarios de pobreza intensa, con la insuficiencia de políticas públicas y registros de indicadores sociales precarios. Los datos de homicidios fueron analizados cualitativamente, y se encontró que en las zonas periféricas hay un mayor número de ocurrencias. Así, las zonas de expansión y pobreza se convierten en un espacio de disputas y un bastión de la criminalidad, ya que existe una especie de vacío de poder que deja la baja participación del Estado. Así, a través de discusiones geográficas, pudimos identificar una interrelación intrínseca entre el crimen y la desigualdad social, que se puede ver incluso en análisis estáticos de víctimas de homicidio.

**Palabras clave:** producción del espacio; desigualdades socioespaciales; violencia urbana; zonas periféricas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1</b>	Mapa de Localização da cidade de Castanhal	23
<b>Mapa 2</b>	Identificação dos bairros relevantes à pesquisa	31
<b>Mapa 3</b>	Localização de Castanhal dentro da RGIC	85
<b>Mapa 4</b>	NDBI da Área Urbana de Castanhal 1990 a 2000	89
<b>Mapa 5</b>	NDBI da Área Urbana de Castanhal de 2010 a 2020	90
<b>Mapa 6</b>	Distribuição espacial dos bairros da cidade de Castanhal	98
<b>Mapa 7</b>	Densidade de homicídios na Área Urbana de Castanhal – PA (2019-2021)	137
<b>Esquema 1</b>	Sinopse do delineamento da pesquisa	34
<b>Esquema 2</b>	Os <i>tipos ideais</i> dos agentes de produção do espaço urbano	48
<b>Esquema 3</b>	Organização do processo de formação da cidade de Castanhal	82
<b>Figura 1</b>	A estação de Castanhal nos anos de 1950 (1) e a Demolição da Estação de Castanhal na década de 60 (2)	78
<b>Figura 2</b>	Área Central: Perspectiva comercial da Avenida Barão do Rio Branco	99
<b>Figura 3</b>	Área Central - Presença de Equipamentos Urbanos – Agência bancária Federal	100
<b>Figura 4</b>	Área Central - Presença de Equipamentos Urbanos – Agência bancária Federal	100
<b>Figura 5</b>	Área Central – Presença de Equipamentos Urbanos – Prefeitura Municipal e Secretaria de Finanças	100
<b>Figura 6</b>	Parada das Vans: T. Alta, Curuçá – Abade, Marapanim e Marudá.	101
<b>Figura 7</b>	Parada das Vans: Castanhal-São Franciso – Igarapé-Açu e Maracanã.	101
<b>Figura 8</b>	Terminal Rodoviário de Castanhal	102
<b>Figura 9</b>	Av: Presidente Vargas (BR - 316). Faixa continua de serviços de autopeças	102
<b>Figura 10</b>	Área Central - Av: Presidente Vargas (BR-316). Presenças das Agrolojas	103
<b>Figura 11</b>	Área Industrial da Hileia no perímetro da BR-316	104
<b>Figura 12</b>	Área Central: Perspectiva da dinâmica no entorno da Praça do Estrela	105
<b>Figura 13</b>	Residencial Jardim dos Ipês	106
<b>Figura 14</b>	Conjunto Habitacional Parque dos Buritis	106
<b>Figura 15</b>	Conjunto Parque Dos Castanhais	106
<b>Figura 16</b>	Residencial Japiim	106
<b>Figura 17</b>	Categorização do Espaço Urbano de Castanhal	109
<b>Figura 18</b>	Auto posto na área de subcentralidade do Jaderlândia.	110
<b>Figura 19</b>	Perspectiva da Av: DR: Adailson da Silva Rodrigues, principal via de acesso do Jaderlândia (subcentralidade).	110
<b>Figura 20</b>	Subprefeitura do Jaderlândia	110
<b>Figura 21</b>	Secretaria Mun. de Educação, localizada no Nova Olinda, área de transição.	111
<b>Figura 22</b>	Perspectiva da via principal do bairro Santa Lídia, área de transição.	111

<b>Figura 23</b>	Perspectiva da área comercial da Av: Altamira, área de transição.	111
<b>Figura 24</b>	Mensagem escrita “Proibido roubar” em muros no bairro Santa Catarina.	112
<b>Figura 25</b>	Caracterização do espaço precário no bairro Heliolândia.	112
<b>Figura 26</b>	Mensagem de dermação territorial de associações criminosas no Jardim Modelo	112
<b>Figura 27</b>	Invasão de Conjunto Habitacional, conhecido popularmente como “Carandirú”	144
<b>Figura 28</b>	Caramdirú- Instalação elétrica informal	144
<b>Figura 29</b>	Caramdirú – Casas com portas e janelans improvisadas – inacabadas	144
<b>Figura 30</b>	Heliolândia: Via de acesso ao bairro.	146
<b>Figura 31</b>	Bom Jesus: Caracterização de áreas periféricas.	146
<b>Tabela 1</b>	Dados de População, Área e Densidade demográfica urbana em Castanhal	91
<b>Tabela 2</b>	Castanhal. População da Região Geográfica Imediata de Castanhal 1970 a 2010	94
<b>Tabela 3</b>	Classes de renda auferida pelas famílias (por famílias)	119
<b>Tabela 4</b>	Classes de renda auferida pelas famílias (por pessoa)	122
<b>Tabela 5</b>	Condições de renda das famílias nos bairros pesquisados	123
<b>Tabela 6</b>	Famílias que vivenciam condições de vulnerabilidade no conjunto de bairros da cidade de Castanhal	125
<b>Gráfico 1</b>	Crescimento populacional e da área urbana em Castanhal (1990-2020)	91
<b>Gráfico 2</b>	Composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Castanhal (RGIC) 2018	94
<b>Gráfico 3</b>	Percentual de renda auferida pelas famílias (por famílias)	121
<b>Gráfico 4</b>	Percentual de renda auferida pelas famílias (por pessoa)	123
<b>Gráfico 5</b>	Homicídios acumulados por área de concentração urbana	135
<b>Gráfico 6</b>	Homicídios acumulados por bairro em Castanhal referente ao período de 2019 a 2021: área periférica (preto), área de transição (tracejados) e área central (vazado)	136
<b>Gráfico 7</b>	Registro de homicídios por semestre (2019-2021)	139
<b>Gráfico 8</b>	Registro de homicídios por semestre e os cronologia da Pandemia no Pará.	140

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CadÚnico	-	Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal
PMC	-	Prefeitura Municipal de Castanhal
SEGUP	-	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará
SIAC	-	Secretaria Adjunta de Informação e Análise Criminal
PMCMV	-	Programa Minha Casa Minha Vida
NDBI	-	Normalized Difference Built-Up Index
GEE	-	Google Earth Engine
RGIC	-	Região Geográfica Imediata de Castanhal
ONU	-	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 01 - O PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO</b> .....	21
1.1 Castanhal: o <i>lócus</i> de estudo.....	22
1.2 Objeto de estudo .....	24
1.3 Os sujeitos da pesquisa.....	24
1.4 Classificação e Caracterização da Pesquisa.....	25
1.5 A escolha do método para as bases lógicas de investigação e procedimentos da pesquisa .....	34
<b>CAPÍTULO 02 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E VIOLÊNCIA URBANA: PRESSUPOSTOS INICIAIS</b> .....	39
2.1 Produção do espaço urbano: agentes e relações.....	39
2.2 Desigualdades socioespaciais no espaço urbano .....	56
2.3 Instâncias urbanas e violência urbana: um fenômeno complexo e multifacetado .....	60
<b>CAPÍTULO 03 - A FORMAÇÃO DA CIDADE DE CASTANHAL E A PRODUÇÃO DE SEU ESPAÇO URBANO: CONTEXTUALIZANDO ELEMENTOS PARA PENSAR À CIDADE</b> .....	76
3.1 O processo de intensificação da produção do espaço urbano da cidade de castanhal a partir do surgimento e disseminação das rodovias: uma breve periodização (1960-1990) .....	77
3.2 Castanhal enquanto pólo de uma Região Geográfica Imediata – RGIC....	83
3.3 Caracterização da estrutura urbana da cidade de Castanhal .....	96
<b>CAPÍTULO 04 - VIOLÊNCIA URBANA E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CASTANHAL</b> .....	114
4.1 Interpretações das desigualdades socioespaciais a partir dos indicadores socioeconômicos .....	117
4.2 Interpretações das desigualdades socioespaciais a partir dos indicadores de homicídios.....	132
4.3 Para pensar a Justiça espacial e o Direito à cidade como uma condição equânime .....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	160

## INTRODUÇÃO

Os espaços urbanos estão constantemente sofrendo alterações, modificando e alterando o estilo e qualidade de vida da população. Presentemente, assiste-se assim a uma maior necessidade de estudar os fenômenos crescentes desses espaços, bem como proceder a um planejamento que vise melhorar a mobilidade e controlar a segurança interna das áreas urbanas, devido aos diversos problemas e necessidades que esses núcleos acarretam. Nesse cenário, a violência urbana desponta como um dos principais problemas enfrentados pelos habitantes desses núcleos, fazendo com que diversas áreas do conhecimento científico tencionam suas pesquisas para temática a fim de estabelecer um diálogo teórico que possa contribuir para a compreensão das causas que podem estar influenciando na dinâmica da violência nessas áreas.

Beato Filho (2012) coloca que o fenômeno mais estreitamente associado ao crescimento da violência no Brasil é a urbanização. Assim, pode-se dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais ocorre um processo de deterioração dos mecanismos de controle (BEATO FILHO, 2012). Estudos de diversos pesquisadores sinalizam uma estreita relação de condicionantes entre as taxas de urbanização e as taxas de violência, em específicos os homicídios, sobretudo em escala municipal (LIRA; MONTEIRO, 2017).

Silva (2017) enfatiza que urbanização concentrada produz uma reestruturação espacial, que altera a dinâmica urbana e gera novas territorialidades, assim as políticas públicas não conseguem fazer emergir com eficiência e eficácia um plano de segurança pública capaz de amenizar a violência generalizada no espaço urbano.

Elementos emblemáticos desse processo de produção do espaço, relacionado à violência urbana podem ser constatados em diversas pesquisas científicas, seja em recortes de grandes e/ou médias cidades brasileiras, como em Silva (2017) ao analisar o Distrito de Icoaraci /PA, Vieira (2020) ao analisar bairros da Região Metropolitana de Belém/PA, Lira (2014) ao analisar a cidade de Vitória-ES, entre outros autores que observam que os índices de violência urbana se manifestam com maior intensidade em áreas onde as desigualdades socioespaciais

são mais gritantes. Para Silva (2017) essas desigualdades são mais expressivas nas áreas periféricas, o que torna essas áreas reduto de diversas territorialidades violentas ligadas, sobretudo ao crime contra a pessoa, como, os assassinatos, o roubo, o tráfico e o consumo de entorpecentes e à própria corrupção de policiais.

A cidade de Castanhal, *locus*, desta pesquisa, reproduz uma lógica cheia de implicações que resultam de uma produção desigual do espaço urbano. Observa-se em Castanhal, que o processo de produção do espaço pode estar relacionado à dinâmica socioespacial da violência urbana, onde espaços com precários indicadores sociais são produzidos, alimentando e potencializando a dinâmica da violência nessas áreas.

O espaço urbano de Castanhal passou por profundas transformações no decorrer do seu processo de produção, apresentando uma sobreposição de temporalidades, cuja envergadura tenciona para um espaço de caráter eminentemente urbano. Durante esse processo, inúmeras mudanças ocorreram, na medida em que a cidade crescia e com ela as expansões de sua malha urbana, conseqüentemente, surgiam novas necessidades e um leque de problemas urbanos derivados de uma produção desigual do espaço.

A lógica econômica e capitalista se apropria do espaço, configurando e moldando segundo seus interesses e necessidades, materializando diversas desigualdades, tais como, segregação, exclusão e violência urbana. A manifestação da violência desvenda as desigualdades no espaço urbano, que fica visível também nas formas urbanas produzidas de forma desigual e excludente, aprofundando assim o processo de segregação que subsiste nas cidades caóticas.

Ressalta-se que o fenômeno da violência não se distribui de forma homogênea no território, dados evidenciam que a violência se apresenta de diferentes formas e motivos nas áreas rurais. No entanto, é na cidade que se materializa e potencializa com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta. (BEATO FILHO, 2012; LIRA; MONTEIRO, 2017).

As manifestações teóricas que serão apresentadas acreditam que entre outros fatores, a criminalidade e a violência são fenômenos de natureza econômica: privação de oportunidades, desigualdade social e a marginalização, onde esses

indicadores atuam como estímulos decisivos para o comportamento criminoso, não sendo estes exclusivos, mas serão aqui destacados (BEATO FILHO, 2012). Acredita-se assim, que uma das hipóteses sugeridas de abordagens teóricas para a explicação de incidência da violência seria buscada na desigualdade de condições socioeconômicas.

A motivação principal que se debruça sobre essa dissertação, resulta da necessidade de promover reflexões críticas acerca de como a produção do urbano enquanto *negatividade* projeta-se em um campo que estimula arranjos profundamente desiguais, tal qual a violência urbana.

O interesse pessoal surgiu da inquietação de entender a dinâmica socioespacial da violência urbana na cidade de Castanhal, e de como essa questão influencia na vida da população que reside nas áreas com maiores manifestações de violência. Ressalta-se também a necessidade de enriquecer os estudos sobre a temática, visto que a publicação científica sobre esse campo de pesquisa em Castanhal é escassa. Sendo assim, se fazem necessárias pesquisas científicas que apresentem elementos acerca da violência urbana em Castanhal.

Como escolha teórica a ser delineada para a compreensão da problemática geral aqui desenvolvida, optou-se por partir dos desdobramentos teóricos que relacionam a desigualdade socioespacial e a violência urbana enquanto unidades de análises que configurarão o escopo deste projeto. Sendo assim, pressupõe pensar enquanto questão norteadora: *Como se dá a violência urbana na cidade de Castanhal, diante da produção desigual do espaço urbano e das desigualdades socioespaciais, especialmente nos bairros da Jaderlândia, Heliolândia, Oscar Reis, Rouxinol e Bom Jesus?*

Para responder à questão que cristaliza a problemática da pesquisa, será necessário compreender o processo de produção do espaço urbano de Castanhal, ressaltando suas particularidades e singularidades, bem como enfatizar as mudanças e rupturas que ocorreram na estrutura urbana da cidade. Para isso, se julga importante entender as relações de produção desse espaço e identificar os agentes que o produzem para assim desvendar as implicações que resultam e se materializam a partir dessas relações.

Dentro de um quadro sistemático de pesquisa, quatro etapas nortearam a elaboração da dissertação: o *plano metodológico*, o *plano teórico*, o *plano histórico-geográfico* e o *plano empírico*. No plano metodológico, serão organizadas as técnicas operacionais de pesquisa, bem como as bases de métodos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa.

No plano teórico, nos debruçamos sobre as investigações dos conceitos acerca da produção do espaço urbano, desigualdades socioespaciais e violência urbana, promovendo assim uma reflexão crítica que nos leva pensar o espaço urbano a partir de uma realidade assimétrica que resulta de diferentes e articuladas práticas de produção.

No plano histórico-geográfico serão feitas considerações importantes de como se deu a estruturação urbana da cidade Castanhal, destacando elementos importantes nesse processo. E assim, entender a partir da historicidade de como a cidade de Castanhal se configurou enquanto uma cidade importante dentro da rede urbana regional. Assim também, destacar elementos para pensar a cidade a partir de sua estrutura urbana. No plano empírico, será feita a leitura das desigualdades e violência urbana, a partir da espacialização dos dados geográficos, e assim, se debruçar a investigação nas áreas com maiores índices de violência.

No que se refere aos objetivos, como objetivo geral pretende-se *analisar a dinâmica da violência urbana a partir das informações geográficas de produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais em Castanhal, PA*. Enquanto aos objetivos específicos pretende-se fazer: *análise conceitual acerca dos processos de produção do espaço urbano, desigualdade socioespacial e violência urbana; abordar a partir de processos de periodização como ocorreu histórica e geograficamente a produção do espaço urbano castanhalense e de como sua rede urbana se consolidou dentro do contexto regional; analisar a dinâmica da violência urbana em Castanhal a partir de dados e socioeconômicos e dos homicídios*.

Em estudos similares à proposta aqui desenvolvida, ressalta-se que o crescimento da violência urbana está diretamente associado ao processo de crescimento urbano concentrado e à ampliação do crescimento das áreas de expansão das cidades. Castanhal reproduz essa lógica, é comum no espaço

castanhalense áreas com intensa pobreza, com a insuficiência de políticas públicas e registros de precários indicadores sociais.

Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que a violência se apropria dos espaços de diferentes formas. Nas áreas periféricas tornam-se mais evidentes, devido a diversos fatores, como a ausência do poder público, através da inexistência de equipamentos urbanos, saneamento básico, policiamento, entre outros elementos que contribuem para a potencialização da violência e refutação da ordem social nesses espaços.

Assim, enfatiza-se que as áreas de expansão e de pobreza se tornam espaço de disputas e reduto do crime, já que existe uma espécie de vazio de poder deixado pela baixa participação do Estado. (SILVA, 2017; VIEIRA 2020). Dessa forma, apresenta-se a necessidade de compreender, a partir das discussões geográficas, de como as implicações que resultam de um processo de produção desigual do espaço urbano da cidade Castanhal, influenciam no comportamento da violência urbana na cidade.

## **CAPÍTULO 01 - O PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO**

A presente seção estrutura-se com a finalidade de apresentar o conjunto de procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa, de forma a destacar as diretrizes e orientações para o desenvolvimento do trabalho, a saber, as técnicas empregadas, as bases teóricas, sequência de atividades, etc., com a finalidade de atribuir o caráter de confiabilidade e cientificidade à pesquisa.

A preocupação em escrever de forma criteriosa e detalhada sobre as bases teóricas e os procedimentos desta pesquisa resulta de inúmeras reflexões e debates realizados sobre a importância dos métodos de pesquisa no saber científico, em especial na geografia, reflexões essas que ocorreram dentro da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará, que serviram de bases fundamentais para os pressupostos iniciais desta investigação.

Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013) argumentam que a ciência tem como objetivo conferir a veracidade dos fatos, no entanto, para que o discurso possa ser reconhecido como científico precisa ser lógico, sistemático, coerente, sobretudo, bem argumentado. Gil (2008) complementa que o que torna o conhecimento científico distinto dos demais é a sua verificabilidade, pontuando essa, como característica fundamental desse tipo de conhecimento.

Para que um determinado conhecimento seja considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação, significa determinar o método que possibilitou chegar ao determinado conhecimento. Sendo assim, se pode definir o método como o caminho para chegarmos a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento. Gil (2008) afirma que a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos.

Caldas (1997) coloca que quando nos referimos ao método científico, não nos limitamos apenas aos procedimentos e técnicas de pesquisa, mas também as teorias e bases teóricas que consolidam o caminho da pesquisa. Logo, entendemos por método um conjunto sistemático de procedimentos, que inicialmente, ordena o

pensamento em sistemas e traça os procedimentos do pesquisador ao longo do caminho, até alcançar o objetivo científico preestabelecido (PRODANOV; FREITAS, 2013).

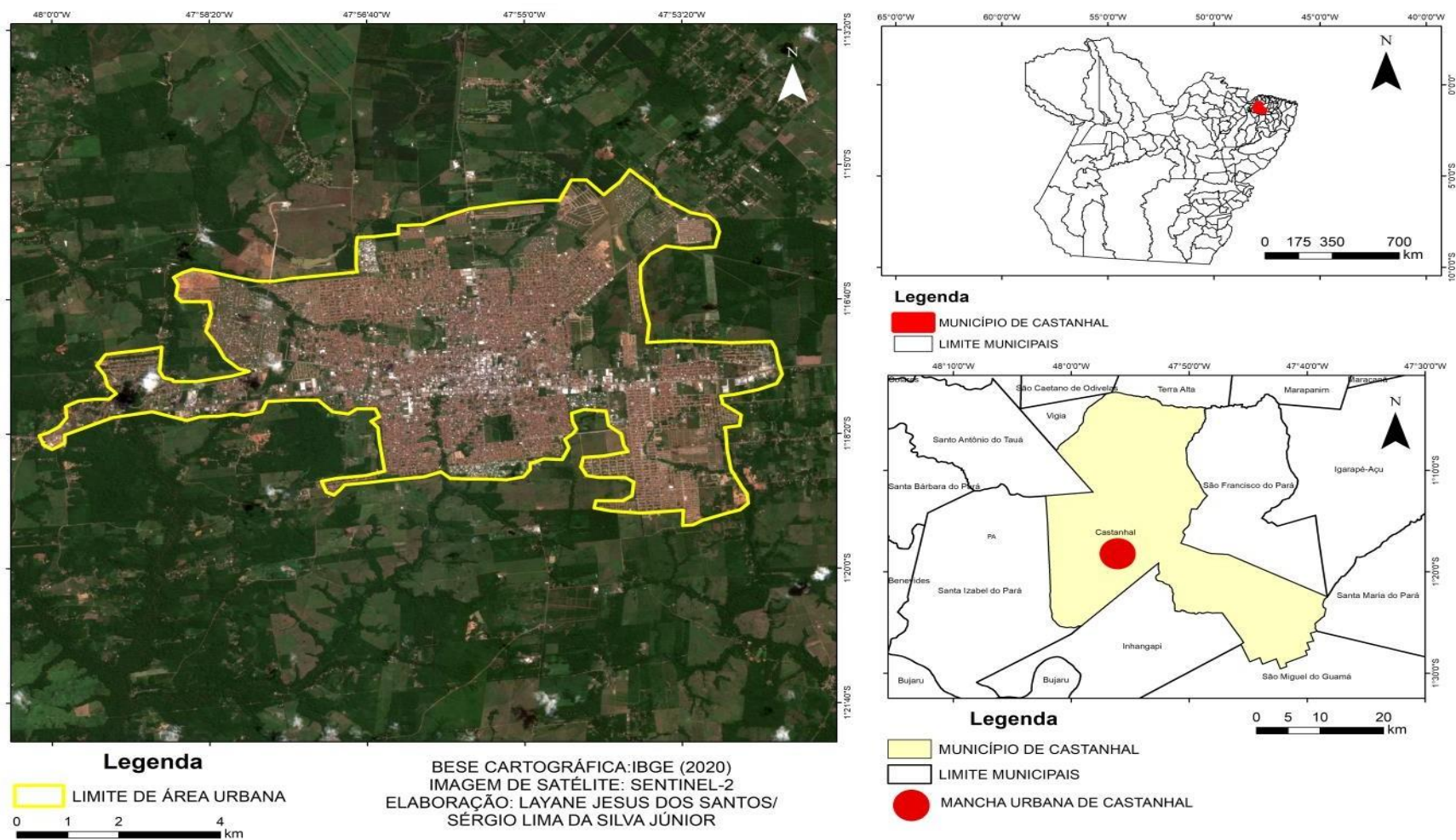
Os debates e reflexões em torno dos métodos de pesquisa em geografia, ainda não se classificam como uma tarefa fácil e nem como um exercício superado enquanto suas limitações e interrogações. Autores, como Salvador (2012), destaca-se nesse campo do debate metodológico com veementes críticas em torno de como o saber geográfico vem sendo produzido. Para esse autor, os geógrafos vêm negligenciando as discussões epistemológicas no tocante à ciência que realizam, não se importando, de modo significativo, com as possíveis relações entre a Geografia e os métodos científicos. Ao negligenciar essa prática, esses geógrafos se atêm somente ao desencadeamento de pesquisas pragmáticas, técnicas e úteis, se esquecendo de que o saber e o fazer formam uma só interface (SALVADOR, 2012).

Compreende-se que a reflexão metodológica é salutar para o desenvolvimento de qualquer ciência, especialmente aqui à geografia, onde se torna imprescindível um tratamento rigoroso, do ponto de vista teórico-metodológico, sobretudo, acerca dos conceitos fundamentais dessa ciência. Tais considerações, afirmam a importância de se realizar ciência numa perspectiva teórico-metodológica rigorosa, já que, por meio do método, podemos analisar a realidade de maneira sistemática e engajada, o que é importante em se tratando de um trabalho científico. (CALDAS, 1997; GIL, 2008; SALVADOR, 2002).

### **1.1 Castanhal: o *lócus* de estudo**

O município de Castanhal, pertencente à Região Geográfica Imediata de Castanhal (IBGE, 2017), que atualmente apresenta uma área territorial de 1.029,300km<sup>2</sup> e uma população estimada de 205.667 pessoas (IBGE, 2021), configura-se, e constitui-se, como um dos principais municípios do Estado do Pará, onde se sobressai seu papel de influência enquanto cidade-pólo dentro da Região Geográfica Imediata de Castanhal, consolidando assim a importância de sua rede urbana no contexto regional.

**Mapa 1 - Mapa de Localização da cidade de Castanhal**  
**MAPA DA ÁREA DE ESTUDO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA**



Fonte: Elaboração do autor (2022).

Nos últimos anos, a cidade de Castanhal passou por um considerável crescimento em sua malha urbana, principalmente em eixos em direção às suas áreas periféricas que impulsionou diversos arranjos negativos. Segundo os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), Castanhal é o quinto maior Município do Pará, do ponto de vista demográfico, ficando apenas atrás de Belém, Ananindeua, Santarém e Marabá. Entre os anos 2000 a 2010, dos cinco municípios referidos, Castanhal apresenta a segunda maior taxa de crescimento populacional urbano.

A cidade de Castanhal passou a ser centro econômico e gerador de emprego e renda, unificadora de mercados e receptora de fluxos migratórios. Tais condições tornaram a cidade de Castanhal um polo de atração, passando a integrar-se cada vez mais ao sistema hegemônico, gerando contradições em seu espaço urbano. Nesse sentido, o espaço urbano da cidade de Castanhal foi se tornando cada vez mais complexo, e conseqüentemente, gerando novas necessidades, e novas problemáticas, tais como a violência urbana. Sendo assim, a partir desses conhecimentos preestabelecidos acerca da cidade de Castanhal e, entendendo sua complexidade e importância dentro da rede urbana regional, optou-se e delimitou-se essa área como *locus* de estudo da presente pesquisa.

## **1.2 Objeto de estudo**

Ao tratar do objeto de estudo da presente pesquisa, precisamos retornar à temática que se desdobra ao longo dessa análise científica, que consiste em analisar a dinâmica da violência urbana a partir das informações geográficas de produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais. Nesse contexto, ao delimitarmos a temática, também delimitamos o objeto de estudo, que se alicerça na análise da dinâmica da violência urbana em Castanhal, destacando as áreas com maiores incidências da violência urbana na cidade, a destacar os bairros do *Bom Jesus, Jaderlândia, Heliolândia, Rouxinol e Oscar Reis*.

## **1.3 Os sujeitos da pesquisa**

Definir o critério de seleção dos sujeitos a serem investigados é uma etapa crucial para a pesquisa científica, visto que essa etapa busca reunir grupos

de sujeitos-chave que possam contribuir com informações importantes sobre o tema estudado. Gaskel (2002) enfatiza que o mundo social é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, essas construções se constituem enquanto realidade essencial do seu mundo vivenciado. Portanto, a diversidade de pessoas e visões é importante para as diferentes representações sobre o tema abordado. Para representar os sujeitos de pesquisa foram escolhidos os participantes envolvidos de forma direta e indireta na problemática aqui apresentada. Entre outros, destacamos os Agentes de Segurança Pública, delegados e policiais, comerciantes, representantes de associações de moradores e os moradores que vivem em áreas de vulnerabilidade.

#### **1.4 Classificação e Caracterização da Pesquisa**

A metodologia é uma etapa essencial para a confiabilidade de uma pesquisa científica, sendo assim, necessário classificá-la quanto à sua natureza, a forma de abordar o problema, seus objetivos e as técnicas de pesquisa utilizadas. Gil (2002) enfatiza que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério, e que com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Sendo assim, para o autor, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas.

Dentro dessa classificação de pesquisas mencionadas, entendemos que a presente pesquisa dialoga com os fundamentos teóricos e práticos de uma pesquisa de caráter exploratório. Nesse contexto, Gil (2002), enfatiza que esse tipo de pesquisa objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Seu objetivo principal é aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições. Nesse tipo de pesquisa, comumente, envolvem levantamentos bibliográficos; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que "estimulem a compreensão." (GIL, 2002).

Do ponto de vista do problema, podemos classificar a presente pesquisa, como de caráter qualitativo e quantitativo. Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que na abordagem qualitativa a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados, o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse tipo de pesquisa, as

questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Prodanov e Freitas (2013) pontuam que a abordagem qualitativa difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Ainda para esse autor, os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada, preocupando-se muito mais com o processo do que com o produto.

Minayo (1994) coloca que a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares, ela se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada. Para a autora, a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Enquanto à pesquisa quantitativa Prodanov e Freitas (2013) considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificar e analisar, requerendo os recursos e de técnicas estatísticas. Minayo (1994) coloca que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem, ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Dessa forma, ao considerar esses fundamentos teóricos referenciados, classificou-se a pesquisa em quantitativa e qualitativa quanto à abordagem do problema, na medida em que se considera que os dados quantificados traduzem em números as informações que foram classificadas e analisadas, e serão utilizados recursos e técnicas estatísticas. Enquanto a pesquisa qualitativa, devido às suas características de investigação exploratórias, considerou-se adequado esse tipo classificação.

No que se refere às técnicas Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que quando nos referimos aos procedimentos técnicos, ou seja, à maneira pela qual obtemos os dados necessários para a elaboração da pesquisa, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo dessa, denominado de *design*, que pode ser traduzido como delineamento, uma vez que expressa as ideias de modelo, sinopse e plano. Dessa forma, o autor coloca que o delineamento se refere ao planejamento da

pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo diagramação, previsão de análise e interpretação de coleta de dados, considerando o ambiente em que são coletados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Sendo assim, no que se refere ao delineamento desta pesquisa utilizaremos referências bibliográficas, documentais, trabalho de campo com técnicas de entrevistas semiestruturadas, abordagem dirigida e observação.

Para melhor detalhamento, serão pontuadas as seguintes etapas da pesquisa:

1. Levantamento bibliográfico, essa etapa se fundamenta essencialmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto. Em específico, no que se trata a bibliografia a serem estudadas nesta pesquisa, estão relacionadas às categorias analíticas gerais da pesquisa, como produção do espaço urbano, desigualdades socioespaciais e violência urbana.

Nessa etapa de levantamento bibliográfico, apresentaremos as discussões teóricas acerca das noções gerais em torno dos termos de violência urbana. Cabe enfatizar, que neste momento não será nossa pretensão discutir o termo violência, aqui em questão, violência urbana, a partir de sua natureza filosófica e/ou epistemológica, mas assim apresentar um diálogo de como a violência se materializa contraditoriamente no espaço urbano. Esse momento teórico esbarra no campo de pesquisas que recoloca o urbano e a violência como unidades de análise e recursos analíticos que oferecem possibilidade para a compreensão mais ampla das questões referente à problemática da violência urbana.

2. Levantamento documental - entende por documento qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação, leitura, reflexão e crítica. Nesse sentido, serão utilizados documentos como o Plano Diretor Participativo de Castanhal (2007-2016), Diagnóstico PDMP (2018) e a Lei Municipal N° 029/2019. Em relação às variáveis socioeconômicas, os documentos com esses dados serão extraídos do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO). No que se trata dos indicadores de violência, a coleta desses dados será obtida a partir de órgãos e IBGE, Prefeitura Municipal de Castanhal (PMC),

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), Secretaria Adjunta de Informação e Análise Criminal (SIAC).

A pesquisa documental, devido a suas características, pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica. No entanto, Gil (2008) pontua como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2008).

3. Trabalho de campo de caráter exploratório para coleta de dados por meio da observação dirigida e para contato com a população envolvida com a problemática dessa pesquisa. Nessa etapa também serão feitos registros fotográficos, destacando as áreas de precariedade que, que em primeira análise, apresentam elementos que possivelmente podem está influenciando na dinâmica socioespacial da violência urbana.

Hespanhol (2015) ressalta que o trabalho de campo representa uma possibilidade de contato direto entre o pesquisador e a realidade estudada, o que permite a apreensão dos aspectos dificilmente vislumbrados somente pelo trabalho de gabinete. Nesse sentido Suertegaray (2002) coloca que a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Em termos técnicos, o trabalho de campo pode ser entendido como uma atividade de pesquisa empírica que visa, entre outros, à coleta seletiva de dados de fonte primária *in loco*, e que se realiza por meio da adoção de diferentes abordagens, técnicas e instrumentos. (HESPANHOL, 2015; SUERTEGARAY, 2002).

Nesse momento, também serão realizadas entrevistas com os moradores dos bairros, visando conversar acerca de suas percepções de medo e insegurança, bem como os representantes de associações de moradores dos bairros. Serão feitas também entrevistas com os agentes de

Segurança Pública, delegado regional, delegado do departamento de homicídios em Castanhal.

Triviños (1987) coloca que a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. A entrevista semiestruturada não é só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

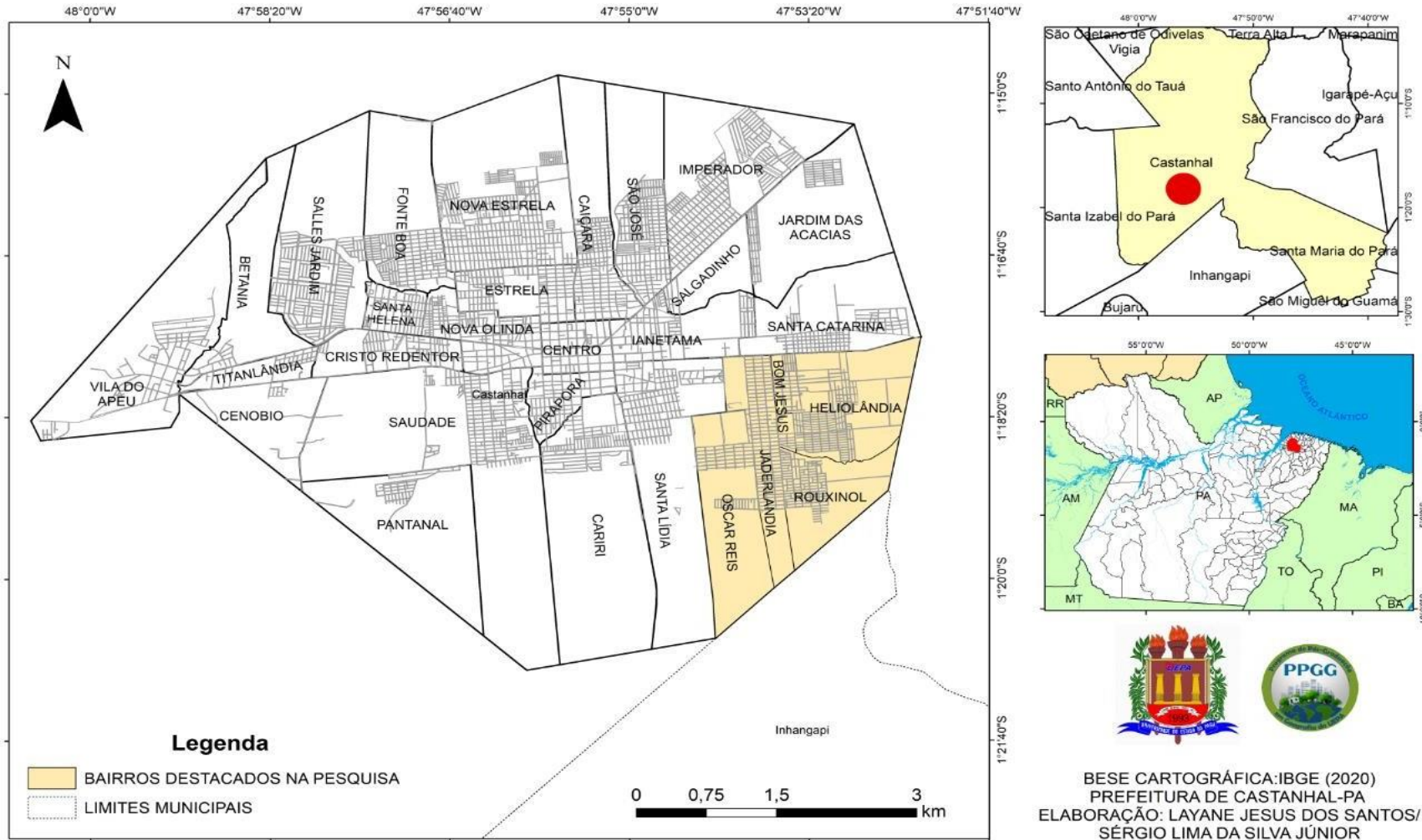
As entrevistas serão realizadas em residências, centros comunitários, agências e órgãos de seguranças públicas, mediante agendamentos. Vale destacar que para a escolha dos bairros levou-se em consideração as particularidades que esses apresentam, tempo de ocupação, participação dos agentes de produção do espaço, a fragmentação e rupturas ocorridas nessas áreas. O processo de periodização será usado para exemplificar ocupação mais antiga (1985), representado pelo bairro do Jaderlândia, que se originou a partir da invasão de terras às margens da BR-316, que posteriormente passou a constituir como a maior ocupação de terra na periferia da cidade de Castanhal e os demais bairros são arranjos se que deram a partir da fragmentação deste bairro.

Outro ponto determinante para a escolha dessas áreas, colocadas aqui como relevantes para o estudo, foi à identificação de indicadores socioeconômicos realçados nesses bairros, assim como dados de criminalidade urbana. Segundo a base de dados do CadÚnico (2022), 36.894 mil famílias vivem em condições de vulnerabilidade social na cidade de Castanhal, o que corresponde a 47% da população castanhalense. Sendo que, desse total de famílias, aproximadamente 82% vivem em áreas urbanas e 21 % residem nas áreas que serão aqui analisadas. No que se trata dos dados de criminalidade Silva Junior (2017) ao analisar a dinâmica da violência urbana em Castanhal, a partir dos dados de homicídios, destacou que no ano de 2014, 32% das ocorrências de homicídios ocorreram nos bairros

destacados nesta pesquisa, e no ano de 2015, esse valor aumentou para 38%. Nesse sentido, a realidade que se revela por meio dessas variáveis desperta interesses para entender a conjuntura socioespacial desses bairros, destacando-os, assim, enquanto relevantes para esta pesquisa.

Mapa 2 - Identificação dos bairros relevantes à pesquisa

**LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS RELEVANTES A PESQUISA PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA**



Fonte: Elaboração do autor (2022)

4. A produção cartográfica: o armazenamento das informações criminais, socioeconômicas, infraestruturais urbanas possibilitará, através do geoprocessamento a elaboração de mapas temáticos que facilitaram, por meio da análise cartográfica, o entendimento do comportamento espacial da violência urbana. Após coletados e organizados os dados supramencionados, as etapas de geoprocessamento se procederam. Os mapas coropléticos, de pontos georreferenciados por categoria e de concentração serão utilizados para representar a distribuição espacial das variáveis e indicadores desta pesquisa. Esses elementos serão manuseados a partir do Software ArGis 10.1 e 10.3, utilizando o Sistema de Referência Geográfica SIRGAS 2000, no qual o *shapfile* utilizados estão sendo baixados de banco de dados disponíveis em plataformas digitais, IBGE, DNT, Prefeitura de Castanhal, INDE, OSM.

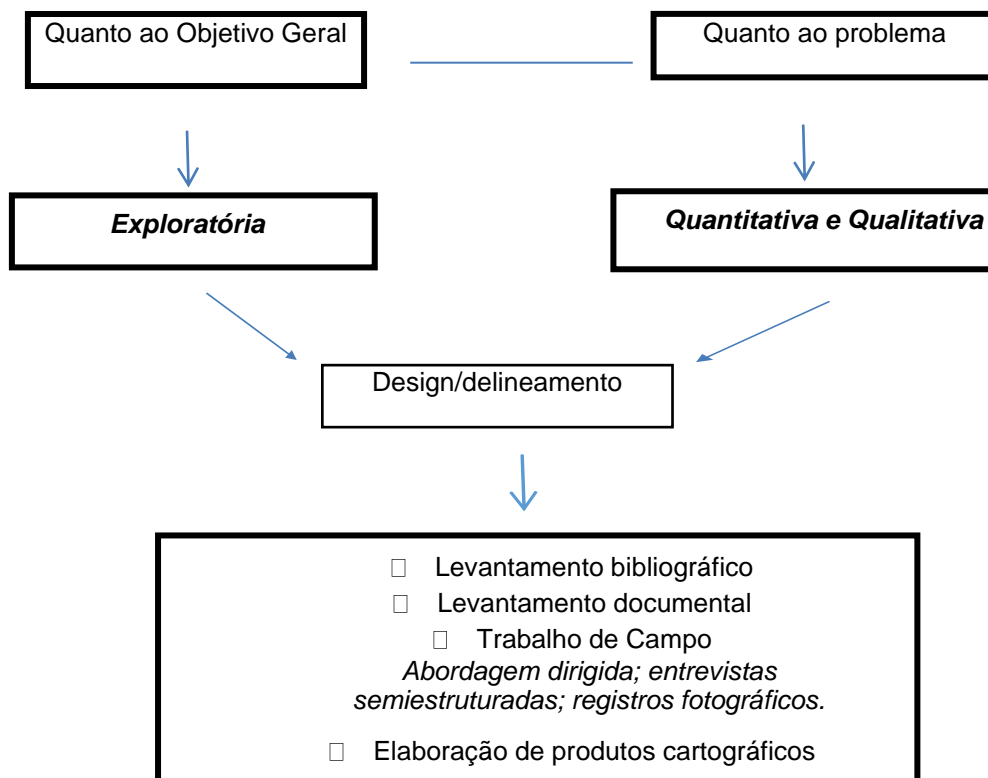
Para a produção do mapa de expansão urbana foram utilizadas imagens orbitais com intervalos de temporal de 10 anos, sendo manipuladas cenas do satélite Landsat-5/TM do ano de 1990, 2000 e 2010, e imagem do satélite Landsat-8/OLI-TIRS do ano de 2020 disponíveis no Google Earth Engine (GEE) que é uma plataforma online que detêm um diretório de imagens de satélites das últimas décadas, atualizadas constantemente, e fornece ferramentas computacionais para análises da superfície terrestre (GORELICK et al., 2017). O processamento dos dados foi executado pelo Code Editor do GEE com códigos desenvolvidos na linguagem JavaScript. Assim, foi utilizado um método de classificação a partir de um índice espectral que classifica a área urbanizada (Normalized Difference Built-Up Index - NDBI), dado pela fórmula: 
$$NDBI = \frac{(\text{Infravermelho Médio} - \text{Infravermelho Próximo})}{(\text{Infravermelho Médio} + \text{Infravermelho Próximo})}$$
 O NDBI gerou um produto raster com uma resposta espectral que retorna um valor entre -1 até o 1, essa operação nos dá um retorno de pixel de números decimais reais, para classificar e separar classes foi preciso criar um parâmetro e atribuir valores inteiros aos valores decimais. Para isso, foi utilizado o software Qgis 3.16 Hanoover com GRASS, onde foi possível a partir da ferramenta *r.recode* atribuir parâmetros de classificação para os valores gerados. Os parâmetros usados foram os seguintes: Outros: -1: -0.35:1 Urbano: -0.35:1:2, onde o valor e o intervalos de valores -1: -0.35, estão relacionados a outras classes de

cobertura da terra e para qualificar a classificação atribuiu-se o valor inteiro 1, o mesmo foi feito para a classe urbano onde o intervalo de -0.35:1, foi atribuído o valor 2 que é referente a classe de estudo. No produto gerado foram observados ruídos no qual a grande parte foi corrigida e reclassificada no software Qgis pela tabela de atributos.

Melgaço (2005) reforça que o Sistema de Informação Geográfica (SIG) oferece ferramentas importantes para análises de ocorrências de diversas tipologias criminais no espaço geográfico. Através dessas ferramentas podemos identificar áreas onde os números de crimes são mais expressivos, dessa forma o Geoprocessamento se mostra como uma ferramenta de fundamental importância, tanto por suas potencialidades, quanto por suas limitações enquanto instrumentos de representação do espaço geográfico. Assim, aliando à técnica do geoprocessamento a profundidade do método dialético se evidencia o potencial da Geografia enquanto modo de compreensão da violência, e, sobretudo, enquanto instrumento de planejamento territorial.

5. Após a coleta de dados, dar-se-á a sistematização final da pesquisa, fundamentada a partir dos conceitos geográficos acerca da produção do espaço urbano, desigualdades socioespaciais e violência urbana.

Com base nas classificações teóricas e a partir das técnicas operativas, utilizarei o esquema abaixo para expressar a sinopse do delineamento da pesquisa.

**Esquema 1 - Sinopse do delineamento da pesquisa**

**Fonte:** Gil (2000); Elaboração: SILVA JR. (2021).

### 1.5 A escolha do método para as bases lógicas de investigação e procedimentos da pesquisa

De acordo com Gil (2008) para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Em outras linhas, o autor propõe entender que é preciso determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. Nesse sentido, torna-se imprescindível a identificação do método científico utilizado em uma determinada pesquisa, visto que o método é o caminho que alicerça as bases lógicas da investigação e esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que serão utilizados nesta pesquisa. (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS 2013).

Nesse contexto, Gil (2008) e Lakatos e Marconi, (2003) ressaltam que os métodos, dentro das ciências sociais, podem ser classificados em dois grandes grupos, o dos que proporcionam as bases lógicas da investigação científica e o dos que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados. Dessa forma, caminharemos por meio desses fundamentos teóricos para apresentar o

método utilizado na presente pesquisa, a fim de elucidar sua importância para a análise dos dados apresentados, e assim, reafirma a importância dos métodos de abordagem e dos métodos de procedimentos. (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2003).

Gil (2008) ressalta que em relação às bases lógicas de investigação, os métodos esclarecem acerca dos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica. O autor complementa que esses métodos são desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações (GIL, 2008).

Dentro desses grupos de métodos que proporcionam as bases lógicas de investigação, de acordo com Gil (2008) podem ser incluídos os métodos dedutivos, indutivo, hipotético dedutivo dialético e fenomenológico, dessa forma a adoção de algum desse método depende de alguns fatores como: da natureza do objeto, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência de estudo e, sobretudo da inspiração filosófica do pesquisador.

Na presente pesquisa, optamos pela abordagem dialética como caminho para as bases lógicas de investigação. Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que o método dialético, que atingiu seu auge com Hegel depois reformulado por Marx, busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis.

Para Canettieri (2015) o que Marx trouxe de original foi uma análise das relações sociais e econômicas (as bases materiais da sociedade) que formavam uma estrutura que explica os fatos históricos. Segundo as considerações desse autor, para Marx e Engels o sujeito é fruto das condições materiais através das quais se reproduz o conjunto das relações sociais de produção e das forças produtivas. Nesse sentido, para esse autor, o método dialético desenvolvido por Marx, se faz através da análise de contradições da realidade material (que é espacial e temporal), mas sem desconsiderar as contradições, dos autores e das ideias. Dessa forma, o materialismo considerado por Marx e Engels pressupõe que para a realização da vida humana é necessária uma base material. (CANETTIERI, 2015).

O materialismo dialético pode ser entendido com um método de interpretação da realidade. Gil (2008) coloca que a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos

sociais não possam ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Em síntese o método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2003) colocam que segundo Engels esse método se fundamenta em três grandes princípios, que são: a unidade dos opostos; quantidade e qualidade; negação da negação.

Até aqui apresentamos os fundamentos conceptivos acerca da abordagem metodológica apropriada para a presente pesquisa, onde entendemos que as leis gerais, da abordagem dialética, aqui apresentada, se alicerçam e dão fundamentos necessários para o desvelamento das contradições e realidade do objeto estudado. Entendemos que essa etapa de abordagem se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos que serão estudados. Em relação à abordagem do método de procedimentos Lakatos e Marconi (2003) ressalta que essa etapa é a mais concreta da investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstrata. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Prodanov e Freitas (2013) reafirmam que diferentes dos métodos de abordagem, os métodos de procedimentos são menos abstratos, são dados como etapas da investigação. Gil (2008) ao enfatizar esses métodos de procedimentos que indicam os meios técnicos de investigação afirma que esses têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais. Para ser mais preciso Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que esses métodos visam a fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, em especial no que diz respeito à obtenção, ao processamento e à validação dos dados pertinentes à problemática do objeto da investigação realizada.

Dentro das ciências sociais podemos encontrar vários métodos enquanto sua natureza de procedimentos, dentre eles, a abordagem histórica, onde entendemos seus fundamentos dialogam com a abordagem lógica de investigação dessa pesquisa. Lakatos e Marconi (2003) partem do princípio de que as atuais formas de vida sociais têm sua origem no passado, sendo assim importante pesquisar suas raízes. Como essa premissa, partimos da concepção que é o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua

influência na sociedade de hoje [...] complementando [...] instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O termo histórico surge aqui como uma extensão do materialismo dialético para a interpretação da sociedade. Canetti (2015) coloca que se passa a considerar o ser social como primeiro e, a consciência social, derivada dela, unindo-a uma perspectiva relativista, ou melhor, contextual que o processo histórico conduz as sociedades. Ao considerar o termo histórico em tal concepção, no bojo do método materialista dialético, permite-se vislumbrar o processo de evolução da humanidade em sua totalidade, considerando suas contradições inerentes e como elas são modificadas ao longo do tempo (CANETTI, 2015). Para esse autor, o materialismo histórico não está a preconizar a História, e sim demonstrar o caráter contextual das práxis, da produção da realidade.

Canetti (2015) coloca que a perspectiva do materialismo histórico e dialético pode oferecer importante subsídio para a compreensão da realidade enquanto engrenada a uma lógica que reproduz através das práxis. Segundo o autor, essa linha de análise oferece elementos para o entendimento da forma e do conteúdo que se observa no espaço, no tempo e no ser social. Entendemos o materialismo histórico-dialético como um importante método científico que permite enxergar o processo contínuo de modificação da realidade pelo trabalho. A escolha desse método para a análise teórica da pesquisa justifica-se pela capacidade de desvelamento dialético da realidade, considerando os conflitos e contradições. (CANETTI, 2015; MARAFON, 1996).

Ao se tratar dos estudos urbanos Marafon (1996) enfatiza que o método dialético deve ser utilizado para a apreensão do espaço, pois permite uma definição geral das contradições que ocorrem no espaço. Podemos entender o espaço urbano como um produto social, resultado das ações acumuladas através do tempo, e em sua essência, reúne materialidades e imaterialidades. Entendemos que a análise de relação do espaço e o meio de produção é uma tarefa delicada, pois, apesar de discorrer acerca da produção, esse processo não se limita apenas à produção dos bens, mas entendemos que transcende a inúmeras dimensões simultâneas.

Reafirmamos aqui, que a difusão da ideia de o que espaço urbano é social e historicamente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, e sim fruto do produto

produzido pelo trabalho humano, se enquadram nos fundamentos de estudo da lógica do materialismo histórico-dialético, na medida em que entendemos que essa produção se dar por meio da dominação, conflitos de classes e que geram suas contradições. Visto que os agentes que regulam as ações de produção do espaço urbano defendem os interesses hegemônicos específicos de grupos sociais, esses interesses materializam-se no espaço com diversas desigualdades, e assim, estimulam movimentos de resistências, materializando diversas implicações no espaço urbano.

Marafon (1996) reafirma que essa abordagem representa uma alternativa para os estudos sobre o espaço urbano, onde contribui ao introduzir para a análise da cidade e do urbano, a teoria da acumulação, os agentes produtores do espaço urbano e processo de segregação socioespacial. As classes dominantes impõem sua visão de organização e de espaços que visam construir para ter uma vida segura. O espaço urbano manifesta, sobretudo, a materialização das desigualdades presentes na cidade, enquanto residências das áreas centrais possuem todo um aparato de segurança, outras não possuem condições mínimas de qualidade de vida.

A contradição, princípio básico da dialética, se faz presente nesse processo. As condições precárias e desiguais presentes no espaço urbano, assim como a proliferação da violência urbana e suas múltiplas mazelas, é a expressão material fruto de um processo desigual de produção. É nesse contexto, que o medo, a violência, a fragmentação e as desigualdades socioespaciais possam a ser entendidas a partir dos interesses e conflitos de luta de classes, pois esse processo de produção do espaço urbano está intrínseco ao modo de produção capitalista que por sua natureza é desigual, sendo necessário, portanto, para entendê-lo, uma concepção dinâmica do materialismo histórico dialético.

## **CAPÍTULO 02 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E VIOLÊNCIA URBANA: PRESSUPOSTOS INICIAIS**

Este capítulo encontra-se dividido em três seções conceituais, consideradas enquanto elemento fundamental para análise da temática apresentada. As considerações acerca da produção de espaço urbano, desigualdades socioespaciais e violência urbana, serão as principais categorias de análise abordadas nesta unidade. Ressalta-se que o estudo sobre a realidade urbana é desenvolvido em diferentes perspectivas, com a finalidade de compreender elementos, objetos e produtos que se formam pela lógica da produção capitalista do espaço.

O processo de produção do espaço urbano é uma temática complexa, desse modo essa unidade encontra-se organizada seguindo alguns pontos importantes para compreensão da noção de produção do espaço urbano, para dessa forma entender a conjuntura política e social pelo qual se estende às relações de produção desse espaço e o torna forjado por desigualdades socioespaciais, tais como a violência urbana.

### **2.1 Produção do espaço urbano: agentes e relações**

A análise teórica acerca da produção do espaço urbano sob lógica capitalista e a forma pela qual esse espaço está sendo apropriado e usado é de fundamental importância para compreender como esse processo de apropriação ocorre na prática. Essa discussão torna-se essencialmente necessária para identificar os principais fatores pelos quais o mesmo espaço torna-se o *lócus* das desigualdades socioespaciais. Nessa unidade enfatiza-se o substrato teórico-conceitual que fundamentam essa discussão para posteriormente entender as relações que engendram a cidade capitalista.

Observa-se, nesse contexto, o urbano e suas relações a partir de conflitos de classes, onde grupos e agentes estão em um jogo constante de interesses para apropriação e uso desse espaço, caracterizando dessa forma a produção social do espaço urbano. Para pressuposto de articulação e reflexão teórica, também como ponto de partida, sobressaem-se as transformações no espaço urbano, via processo de industrialização. As proposições teóricas mostram que foi grande o impulso para a nova realidade urbana advindo do desenvolvimento da industrialização, que

ocasionaram mudanças no papel e na estruturação do espaço interno das cidades, assim como transformou as relações de/no urbano.

Lefebvre (1991) enfatiza que o fenômeno urbano se manifesta em sua enormidade, desconcertante para reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para imaginação. Ao torna-se subjacente às outras áreas do conhecimento, as discussões sobre o urbano ganharam um prestígio público através de artigos, jornais, revistas e livros, com ambições e objetivos diferentes. No entanto, a realidade do urbano e os arranjos de sua problemática, ainda não se tornaram de conhecimento político efetivo sobre sua importância na teoria e na prática.

Para ponto de partida, como constata em Lefebvre (1991, p. 11), as articulações desenvolvidas em torno da problemática do urbano, dialogam com as constantes transformações que esses espaços sofreram com o processo de industrialização, como frisa o autor.

Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há, um século e meio, o motor de transformações na sociedade. Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é o indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e as questões relativas à “cultura”.

Para Lefebvre (1991), o processo de industrialização é um marco determinante nas transformações da sociedade, suas afirmações enfatizam que “a industrialização caracteriza a sociedade moderna” (p. 11). Complementando, o autor coloca que a industrialização é posta como indutora às transformações da sociedade, e o urbano e a urbanização como efeitos induzidos. Dessa forma, Lefebvre (1991) afirma que o fenômeno da urbanização possui relação direta com a industrialização.

As transformações nos espaços urbanos, e suas relações com o processo de industrialização, os avanços tecnológicos, as evoluções no meio de transporte, ganharam diversas orientações teóricas, políticas e filosóficas. A Indústria transforma a lógica da cidade para atender as necessidades do novo processo de produção que, por consequente, subordina a cidade aos seus interesses, tornando-a embrião das desigualdades.

Sposito (2018, p.50) enfatiza que foi grande o impulso tomado pela urbanização a partir do pleno desenvolvimento da industrialização. Nesse sentido a autora coloca:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas, sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades. Castells sugere que ao invés de se falar de urbanização, que se fale **de produção social das formas espaciais**, na perspectiva de apreender "as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade".

Para Sposito (2018), as cidades como formas espaciais produzidas socialmente, mudam efetivamente, recebendo reflexos e dando sustentação a essas transformações estruturais que estavam ocorrendo em nível do modo de produção capitalista.

O ponto aqui proposto para pensar a produção do espaço urbano, é o novo estágio de produção capitalista que muda e subordina à lógica da cidade. Nesse contexto, Marafon (1996, p.149) enfatiza que:

A esta fase do capitalismo corresponde mudanças que provocaram alterações na organização do espaço. Entre estas mudanças, destacamos: a intensa urbanização, com a reestruturação das áreas metropolitanas em função de um grande processo migratório, que ocasionou um crescimento desordenado das cidades; o crescimento das atividades ligadas aos setores terciário e quaternário da economia; a mundialização do sistema financeiro; e a articulação da economia em escala mundial.

Essas mudanças provocadas por esse novo processo de produção causaram grandes impactos no urbano, exigindo dessa forma novas leituras científicas para compreendê-las. Para explicar essa nova realidade, autores como Henri Lefebvre extraíram no marxismo fundamentos teóricos, e assim incorporaram a lógica do materialismo histórico e dialético em suas análises. Essa abordagem metodológica representou uma alternativa para as análises urbanas, já que as bases teóricas das escolas urbanas convencionais não eram suficientes, e consideradas ultrapassadas, para compreensão da nova realidade urbana.

Por diante as considerações, ressalta-se as proposições teóricas de Henri Lefebvre, considerado aqui com um dos propulsores para a análise do urbano na abordagem marxista. Esse teórico destaca a compreensão do espaço como um produto social, considerando esse espaço ao mesmo tempo reflexo e condição da sociedade, dessa forma, "o espaço não pode mais ser concebido como passivo,

vazio, ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer” (LEFEBVRE, 2000, p.7).

Lefebvre (2000) enfatiza que esse espaço enquanto produto, não se trata de um produto insignificante, coisa ou objeto qualquer, mas um conjunto de relações, onde se exige uma leitura teórica mais profunda acerca das noções de produção, de produto e de suas relações. Esse espaço não pode mais ser visto como estático/vazio ou apenas como função de receptáculo.

Carlos (2012 p. 59) ressalta que por muito tempo a geografia preocupou-se com a localização das atividades humanas, onde se definia o espaço como palco de condição da ação do homem. No entanto, com muita dificuldade, a noção do espaço, supera essa condição. Sendo assim, a autora argumenta:

Não resta dúvida de que a evolução do conceito de espaço como localização dos fenômenos, para aquele de —produção social é um salto expressivo em direção à compreensão do mundo através da Geografia, permitindo-nos pensar na passagem de uma concepção para a outra, como momento de transformação da realidade.

Nesse contexto, Villaça (2011, p. 37) enfatiza que:

A partir dessa concepção do espaço social, e só a partir dela, foi possível inserir seu estudo na lógica do materialismo histórico, da dominação e do conflito de classes, coisa que não só não tinha sido possível antes, como também vinha entretendo o desenvolvimento da geografia, impedindo-a de ultrapassar a etapa primária de uma ciência humana que se limitava à simples descrição do espaço.

Para o autor, essa concepção de espaço social é um marco dentro dos estudos sobre a problemática do urbano, visto que, por meio dessa análise é possível desvendar as contradições forjadas nesse espaço que se materializa sob conflitos e interesses dos agentes que o produzem. Nas abordagens *lefebvrianas* o espaço contém e está contido nas relações sociais, logo, o real é historicamente construído tendo como representação mental o urbano, e a cidade como expressão material desta representação. (GOTTIENNER, 2016; MARAFON, 1996).

Gottdiener (2016) filia-se coerentemente a linha de Henri Lefebvre, na medida em que para esse autor, a cidade é entendida como uma forma qualitativamente nova de espaço — produto de transformações da organização social. Esse autor apresenta contundentes críticas às abordagens convencionais, como as da ecologia urbana e economia urbana. Para esse autor, essas teorias seriam limitadas para explicar a organização social contemporânea, entre outros fatores, essas tendências se restringiriam aos estudos da morfologia, sem contemplarem a organização social,

que podem produzir reproduzir os padrões de produção do espaço urbano (GOTTIENNER, 2016).

Nesse sentido Gottienner (2016, p. 127) enfatiza que:

[...] o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação ea possibilidade de engajar-se na ação.

Para Gottdiener (2016) isso significa que o espaço não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função do receptáculo), mas também significa a permissão de engajar-se nesses eventos (a função de ordem social). Essa concepção apresentada pelo autor desvenda que o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. Assim, Gottdiener, (2016, p. 127) reafirma a multiplicidade do espaço, para ele o espaço é:

É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Além disso, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.

Carlos (2012) complementa que “essa abordagem, indica um deslocamento do enfoque geográfico, da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para a análise do conteúdo das relações que a constituem enquanto tal [...]” (p. 53). Em outras palavras, o direcionamento da análise foca-se agora para “o movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais” (p. 53). A autora complementa que não se pretende, todavia, negar a importância da localização dos fenômenos no espaço, mas relativizá-la como momento necessário de superação analítica. A produção do espaço ganha um conteúdo social, constituindo historicamente enquanto categoria de análise. Carlos (2012, p. 55) reafirma tal concepção:

A produção como categoria central de análise abre a perspectiva de desvendar, antes de tudo a vida humana – a produção como atividade/ação essencial do humano- ao mesmo tempo em que permite pensá-la em cada momento, circunscrita a um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que significa dizer que a produção se define com características comuns, em diferentes épocas, fundadas em relações reais que se desenvolvem

no bojo de um movimento real e, em cada momento dessa história, em suas particularidades. Portanto, a noção de produção contempla também um duplo caráter: ela se refere ao próprio processo constitutivo do humano (enquanto ser genérico) e tem um caráter histórico.

Lefebvre apresenta em suas análises dois sentidos à noção de produção, a primeira delas é concernente a um mundo concreto – objetivo, onde a direciona-se para a produção dos objetos, produtos e mercadorias; e a segunda diz respeito à noção da produção do espaço como condição da reprodução da vida social. Na medida em que o homem produz o mundo objetivo, produz também a consciência sobre si “assim ele produz no processo, como humano, consciência, desejos; um mundo de determinações e possibilidades capaz de metamorfosear a realidade” (CARLOS, 2012, p. 56). A autora complementa que é nesse contexto que a noção de produção se transforma ao longo da história, nesta visão, apresenta-se em dois sentidos distintos, no qual se complementam – a produção *lato sensu* refere-se à produção do humano – a produção do ser como ser genérico; a produção *stricto sensu*, refere-se exclusivamente, ao processo de produção de objetos. (CARLOS, 2012).

Em suas análises mais profundas, e alinhando-se ao contexto das abordagens de produção social do espaço, direciona-se para as relações de produção mais abrangentes, o que significa a não se limitar a produção do mundo objetivo, e estender-se para as relações exteriores a esse âmbito específico, dessa forma a noção de produção não se reduz a produção material do mundo.

As concepções teóricas de Lefebvre (1981 *apud* Carlos, 2012, p. 57) apresentam uma nova concepção acerca da análise da produção do espaço, dessa forma a autor coloca que:

[...] o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo em que certas relações sociais (e seu tempo). É assim que se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaços temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados.

Para o autor o espaço ganha um novo dinamismo de condição de reprodução, por meio dessa condição é possível apreender o momento a partir do qual o espaço

passa a ser fundamental para a reprodução de um determinado modo de produção. Sendo assim, em um determinado momento histórico, a produção do espaço realiza-se sob o comando do capital, visto que é esse o modelo de produção vigente na sociedade. Essa ideia globalizante de pensar uma produção específica aponta também tendências contraditórias, dessa forma a “noção de produção” nos obriga a considerar os diversos níveis de realidade de uma sociedade complexa.

Essas contradições evidenciam-se em um dado momento histórico em que se analisa, por exemplo, quando entendemos que a produção do espaço está condicionada a lógica do capital, visto que essa produção se realiza socialmente, mas sua apropriação é privada, sobrepõe nesse momento uma contundente contradição. O mesmo espaço que marca o dinamismo das necessidades e dos desejos passa a ser fonte de alienação de um processo de produção dominante. Nesse contexto Carlos (2007, p. 49) enfatiza que:

[...] é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano.

Nessa perspectiva o processo de produção estará condicionado aos moldes de produção capitalista, dessa forma, o espaço produzido irá refletir os interesses dos agentes desse processo de produção, “assim, na atualidade, o espaço urbano se tornou o lugar, por excelência, da consolidação e expansão do modo de produção capitalista, pois demonstra uma clara convergência do lugar em que os investimentos de capital são maiores” (PUSTRELO, 2014, p. 57).

A cidade também se torna palco de conflitos sociais contemporâneos, nesse sentido “o espaço urbano analisado enquanto concentração que possibilita a produção e circulação do capital, portanto, sua reprodução, não exclui sua consideração enquanto produto da produção social, e com isso implica um determinado modo de vida”. (CARLOS, 2007, p. 49).

Só podemos compreender a atualidade do espaço urbano capitalista se compreendermos a lógica intrínseca que engendra sua formação, consolidação e desenvolvimento, a partir de inter-relação do processo de produção do mundo objetivo e das relações sociais de produção.

Sob o capitalismo a produção e ocupação do espaço urbano ocorrem em função dos agentes de produção desse espaço que atuam atendendo suas

demandas, configurando diferentes tipos de uso do solo urbano. Nesse sentido, Carlos (2012, p. 60) enfatiza que:

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda a sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sobre a lógica do processo de valorização do capital – o espaço tornando mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria.

Para a autora, nesse momento a ideia de produção do espaço, fundamenta-se em uma nova contradição, onde esse processo de produção realiza-se socialmente – criação da totalidade da sociedade - mas sua apropriação é privada. (CARLOS, 2012). Em outras palavras, o acesso aos lugares são dominados e mediados pelos agentes que constituem grupos de capitais que por meio de suas relações e interesses transformam o espaço social em mercadoria.

As relações sociais que se estreitam ao modo de produção do espaço urbano merecem uma sublimação particular é, através dessas relações que podemos compreender o processo de produção do espaço, sobretudo, identificar um modelo de produção específico, o capitalista, que regula a sociedade. Dessa forma, estamos falando de um modo de produção capitalista que está intrínseco ao processo de produção do espaço urbano e nas relações desenvolvidas nesse processo.

A noção de “produção do espaço” nos obriga a considerar os agentes de ações, na medida em que entendemos que o espaço urbano decorre das ações de agentes sociais concretos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprias de cada um, ora são comuns.

Para Corrêa (2012) o espaço urbano aparece em sua primeira forma com um espaço simultaneamente fragmentado e articulado, onde essa fragmentação resulta dos diferentes usos do solo justaposto entre si, e sua articulação por meio das relações espaciais, agora aparece, também, como um espaço reflexo da sociedade.

O espaço urbano como reflexo social acompanha o ritmo de reprodução da sociedade, dessa forma, o espaço urbano torna-se mutável já que a sociedade, assim como a natureza, está em uma constante transformação. O urbano aparece, em sua outra forma apreensão, como um espaço condicionante da sociedade. O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas

espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção. (CORRÊA, 1989).

O espaço urbano está condicionado à sociedade de forma que os movimentos das estruturas sociais demandam as funções urbanas e as materializam nas formas espaciais. Essas formas espaciais são socialmente produzidas pelos agentes sociais do espaço urbano que geram um conjunto de realizações em seu processo de produção.

Corrêa (2012) nos faz entender que a produção do espaço urbano, não é resultado da mão invisível do mercado, nem de um Estado hegeliano, “visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais” (CORRÊA, 2012, p. 43).

A produção do espaço urbano é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradoras de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. Corrêa (2012, p. 44) complementa que:

Os agentes sociais de produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de ambiente construído, seja rede urbana, seja espaço intrarurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

Como supracitado na abordagem inicial dessa unidade, destaca-se a importância do papel dos agentes de produção do espaço urbano, na medida em que o espaço materializado irá refletir os interesses e estratégias de cada um desses agentes. Proponho-me às articulações necessárias sobre os “tipos ideais” desses agentes, assim como de suas ações (estratégias a práticas) como mecanismo para entender as dinâmicas de produção do espaço urbano que se revelam em um espaço dotado de interesses e contradições.

As Ciências Sociais em geral, e a Geografia em particular, buscam inspirar suas abordagens, assim como sistematizar os agentes sociais de produção do espaço e suas práticas espaciais, em autores como Form (1971 [1954]), Capel (1972), Corrêa (1989 [2012]), entre outros, sumariando as abordagens sobre essa temática. Entre esses, destaca-se Capel (1972 p. 19) que faz considerações importantes sobre os agentes de produção do espaço urbano, a seguir:

La producción de espacio urbano es resultado de las prácticas de unos agentes que actúan dentro del marco del sistema capitalista utilizando los mecanismos legales a su disposición o realizando su actuación al margen de estos mecanismos y obteniendo posteriormente la sanción legal correspondiente. En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de acuerdo con los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes.

Para esse autor a produção do espaço urbano é resultado das práticas de diferentes agentes que atuam dentro do sistema capitalista, e se utilizam dos mecanismos legais a suas disposições. Como consequência, Capel (1972) coloca que em uma sociedade capitalista a cidade e o espaço urbano não “pertencem” a seus habitantes e não são produzidos em função de seus interesses, e sim dos interesses de diversos agentes, sendo que podem superpor ou justapor seus interesses, e são marcadas por complementaridade ou antagonismo.

Corrêa (1989) faz considerações bem específicas no que diz respeito aos tipos ideais dos agentes sociais de produção do espaço urbano. Para o autor, é a partir das ações desses agentes que o espaço é produzido, impregnado de materialidades. Tipologicamente esses agentes estão sistematizados, segundo as concepções de Corrêa (1989) em:

**Esquema 2** - os *tipos ideais* dos agentes de produção do espaço urbano



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022)

Esse esquema clássico apresenta os *tipos ideais* dos agentes de produção do

espaço urbano definidos por Capel (1972) e posteriormente por Corrêa (1989), onde esses agentes apresentam-se bem definidos em função das suas ações (estratégias e práticas) cada um centrado em estratégias e práticas espaciais pertinentes às atividades que os caracterizam. (CAPEL, 1972; CORRÊA, 1989; CORRÊA, 2012; CARLOS, 2012).

Corrêa (1989, p. 13) discorre a discussão de forma específica no que se refere às ações adotadas de forma centrada por esses agentes, a começar pelos *proprietários industriais*, onde esse autor salienta que:

Os proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessita de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas – junto ao porto, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade a população etc. A terra urbana tem assim, em princípio um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades.

Os proprietários industriais são grandes consumidores do espaço urbano, precisam de grandes áreas para realizar suas atividades econômicas e, por obterem os meios de produção, possuem condições de escolher as áreas que desejam se materializar, com bases em seus requisitos locacionais. Sobretudo, essas áreas, preferencialmente tendem ter um valor comercializável, abaixo do praticado no mercado e terrenos amplos que tendem a oferecer maior suporte e rentabilidade para as suas atividades.

Na cidade de Castanhal podemos verificar esse processo de produção desses agentes industriais, na medida em que entendemos que esse setor é extremamente importante para a dinâmica socioespacial da cidade. A dinâmica dos proprietários industriais em Castanhal se dar de forma dispersa, quanto à localização dessas indústrias, visto que esses agentes escolhem de forma estratégica essas áreas.

A relação entre os proprietários do meio de produção e a terra urbana acontece de forma complexa e sofisticada. A especulação fundiária, geradora do aumento do preço de terra, provoca grandes efeitos em suas atividades, estimulando dessa forma as articulações contraditórias e conflituosas entre esses agentes. Dessa forma, enfatiza-se a atuação desses agentes de produção do espaço urbano – os *proprietários fundiários* - que são definidos, por Corrêa, (1989, p.16) da seguinte forma:

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades. Interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no *valor de uso*.

Nesse segmento esses agentes atuam como financiadores do solo urbano são eles que por meio de estratégias atuam no sentido de agregarem valor de capital à terra. Suas ações são pensadas de forma em que o uso das terras possa gerar lucros maiores possíveis, tornando-a mercadoria, em detrimento do valor do uso social.

Carlos (2012), nesse sentido, coloca que é espaço-mercadoria se propõe para sociedade como valor de troca, destituído de seu valor de uso e, nessa condição, subjulgando o uso, que é condição e meio de realização da vida social, às necessidades da reprodução de acumulação como imposição para a reprodução social.

Esses dois primeiros agentes especulam e moldam o espaço mediante as necessidades da demanda populacional das classes dominantes, ou seja, os que podem pagar para utilizarem-se do espaço urbano. Dessa forma, o espaço urbano impregna-se de diferenciações e desigualdades socioespaciais, na medida em que sua materialização atende aos interesses dos agentes de grande poder do capital, e esses podem escolher pelas melhores áreas dentro desse espaço urbano. Corrêa (1989, p. 64) enfatiza a participação da classe dominante nesse processo:

Subjacente à ação estatal está à classe dominante ou algumas de suas frações. Sua atuação se faz, de um lado, através do auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da poluição: irá habitar onde desejar. A expressão dessa segregação da classe dominante é a existência de bairros suntuosos e, mais recentemente, dos condomínios exclusivos e com muros e sistema próprio de vigilância dispondo de áreas de lazer certos serviços de uso exclusivo [...].

Complementando Corrêa (1989, p. 64), afirma ainda que:

A classe dominante ou uma de suas frações, por outro lado, segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.

Nota-se que a produção espaço urbano é comandada pelos agentes hegemônicos, de forma que aqueles agentes que detêm um maior poder aquisitivo conseguem optar pelas melhores áreas do espaço urbano que desejam habitar e, diametralmente a essas áreas, estarão os agentes excluídos, que por sua vez, sem opção, acabam por habitar as áreas desfavoráveis ao espaço urbano, e essas se caracterizam pela carência de infraestrutura e qualidade de vida, incluindo as variáveis socioeconômicas e, por fim, materializando a periferização da população, que vivem à margem desses espaços considerados mais estruturados.

Esses espaços periféricos são marcados pelas insuficiências de infraestrutura e a participação do poder público, logo os torna potencialmente propícios às diversas desigualdades. Corrêa (1989) no que se trata dessas áreas populares, como o mínimo de infraestrutura, tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, enfatiza que não há interesse dos proprietários em se transformarem em promotores imobiliários.

Segundo Corrêa (1989) por promotores imobiliários, entende-se um conjunto de agentes que realizam incorporações imobiliárias, financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucros. Esses agentes atuam no sentido de produzir habitações com alto valor financeiro, para sempre obter maior lucro, dessa forma essas estratégias ampliam cada vez mais a exclusão das camadas populares, na medida em que essas não podem pagar pelos valores atribuídos a essas moradias. E ainda há, “o caso de pequenos promotores imobiliários que, na favela, produzem e vendem prédios de dois ou três andares”. (CORRÊA, 2012, p. 45).

O capital não tem interesse em produzir habitações para as camadas populares não solváveis, nesse sentido dirigem-se ao Estado para possibilitar a essas camadas populares meios para adquirir essas habitações mais caras. Corrêa (1989, p. 22) explica o interesse do capital imobiliário em atuar de forma conjunta com o Estado para atender as habitações de cunho popular.

A existência de uma demanda solvável saturada e de um não solvável insatisfeita explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares: créditos para os promotores imobiliários, facilidades para desapropriação de terras, e de créditos para os futuros moradores.

A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista (CORRÊA, 1989).

Para Corrêa (2012) o estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço, sua atuação é complexa e variável. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena nos quais diferentes interesses e conflitos se enfrentam. Segundo Samson (1980 *apud* CORRÊA, 2012, p. 25) essa multiplicidade de possibilidade de ação do Estado inclui, entre outros:

- Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- Taxar propriedade fundiária, as edificações, o uso de terra e as atividades produtivas: diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano;
- Produzir condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento;
- Controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- Tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais – esta ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial;
- Tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris, e dos impactos, outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, em parte, em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade.

A atuação do Estado na organização espacial do espaço urbano ocorre em múltiplas possibilidades, segmentos e escalas, dessa forma sua atuação é complexa e variável, tanto no tempo quanto no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade de qual é parte constituinte. (CORRÊA, 1989; CARLOS, 2012).

Ainda para Corrêa (1989) a atuação do Estado se faz, fundamentalmente em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. Corrêa (1989, p. 24) o estado atua também na organização espacial da cidade, sua atuação tem sido complexa e variável tanto no

tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.

Em síntese, compreende-se, que o Estado atua como proprietário fundiário, de forma que esse mantém terras públicas como reserva fundiária para uso futuro, ou mesmo para negociações com outros agentes sociais; através de implantação e manutenção de infraestrutura nas áreas urbanas os imóveis de áreas nobres tornam-se cada vez mais valorizados, aumentando a segregação residencial das cidades capitalistas.

Na cidade de Castanhal é expressiva a participação desses agentes de produção do espaço urbano, que teve avanço expressivo durante os últimos anos, com condomínios residenciais, bairros planejados e empreendimentos voltados à população com elevado poder aquisitivo da região, com saneamento básico, acessibilidade, acesso aos serviços básicos de educação, saúde, entre outros.

Corrêa (1989) discute que a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. Esse processo se desvenda ainda mais quando analisamos os empreendimentos que são executados pelo Estado e destinados para a população de baixa renda que normalmente se localizam nas áreas mais afastadas do centro da cidade, dificultando dessa forma os moradores desses conjuntos a terem acessos aos serviços oferecidos pela cidade, à localização dentro da cidade é uma estratégia que fortalece o processo de segregação e exclusão das camadas populares para as áreas delimitadas. Nesse sentido, sobre os proprietários imobiliários na cidade de Castanhal, Cruz (2018, p. 98) enfatiza que:

A presença destes diferentes produtos imobiliários tem resultado nos últimos anos no processo de complexificação da estrutura urbana da cidade de Castanhal na medida em que resignificam a função de antigos espaços subutilizados e valorizam a construção pelo setor privado de outros. O modo como estes novos objetos vem se implantando na cidade revela a marca do capital incorporador no comando das transformações do ambiente construído urbano que articula de maneira sistemática a compra de terrenos ou áreas, suas localizações e o tipo de imóveis edificados, —movimentando-se espacialmente pela cidade na busca de ofertar o —produto certo para o segmento certo de demanda ao maior preço possível.

Complementado Cruz (2018 p. 96) coloca que:

Conduzindo estas dinâmicas o setor imobiliário adquire uma capacidade cada vez maior de se infiltrar no espaço assumindo em uma articulação conjunta com o Estado o protagonismo nas transformações espaciais em curso, sendo os efeitos desta articulação expressos no fortalecimento da expansão do tecido urbano a partir das bordas da cidade mediante a construção de moradias e do surgimento de novas áreas e bairros. Em Castanhal a produção destes espaços tem sido marcada pela construção de condomínios fechados, loteamentos privados e por conjuntos habitacionais do PMCMV, refletindo a atuação dos três importantes agentes envolvidos na produção do espaço urbano – proprietários de terra, capital imobiliário e Estado.

Nota-se que a produção do espaço urbano em Castanhal é conduzida a partir de mudanças e rupturas em sua estrutura, que se dar mediante a articulação direta entre esses agentes sociais de produção dentro do processo de acumulação do capital. As áreas periféricas consistem em moradia para a demanda não-solvável para o capital imobiliário da região. Esses bairros consistem em espaços com falta de serviços e infraestrutura, a incorporação de capital imobiliário no espaço das cidades remove as populações de áreas de interesse do setor imobiliário, acirrando o conflito nas cidades (RODRIGUES; VIEIRA 2017; RIBEIRO, 2017).

Por último, os grupos sociais excluídos que fazem parte da produção do espaço, são agentes que mais sofrem com as diferenciações e desigualdades socioespaciais resultantes desse processo. Esses grupos convivem com a violência, a falta de habitação, e inúmeros problemas causados pelas péssimas condições de moradias em que vivem. Esses agentes são excluídos na medida em que entendemos que a cidade capitalista produz habitações de caráter seletivo, de forma que a esses grupos não têm acesso, quer dizer, não possuem renda para pagar aluguel e nem comprar um imóvel.

Podemos identificar essa lógica também na cidade de Castanhal, visto que os grupos socialmente excluídos tendem a procurar áreas para moradia, já que o capital imobiliário não possui interesse em produzir habitações para as camadas populares, mas em produzir residências para satisfazer a demanda solvável, sem opção esses grupos sociais tendem em se organizar em áreas de invasão, como o caso do Jardim Modelo, Heliolândia e Oscar Reis, entre outros, que acolhem esses agentes.

Tal condição afirma as considerações propostas inicialmente por Capel (1972), onde suas proposições afirmam que a cidade e o espaço urbano capitalista não pertencem aos seus habitantes, e não são modelados para atender seus interesses, e sim para atender os interesses de diversos agentes, que em grande

maioria detêm o meio de produção, onde suas ações priorizam seus interesses em detrimento das minorias.

Para Corrêa (1989) este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subdesemprego e mesmo emprego mal remunerado. São inúmeros problemas enfrentados por esses agentes de (re) produção do espaço. (CORRÊA, 1989). Corrêa (1989, p. 29) enfatiza a atuação desses agentes na modelação do espaço urbano:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobre vivência às diversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.

Os agentes que regulam as ações de produção do espaço urbano defendem os interesses hegemônicos de determinados grupos específicos, esses interesses materializam-se no espaço com diversas desigualdades, e assim, estimulam movimentos de resistências onde agentes excluídos passam a modelar os espaços que não são agregados por uma produção democrática, de forma que essa produção se dar como forma de sobrevivência, visto que esses agentes serão impostos as diversas adversidades que resultam na efetivação da produção de um espaço vernacular. (CORRÊA, 1989).

A produção do espaço urbano é pensada de forma excludente, coerente com a lógica capitalista que comanda o desenvolvimento dos espaços urbanos, e que conseqüentemente essa produção produz espaços distintos, essas relações de produção desigual do espaço urbano estimulam um leque de problemas sociais, tais como a violência urbana.

Discorremos até aqui especificando os tipos ideias dos agentes sociais de produção do espaço urbano, estabelecemos as articulações sobre seus interesses e práticas de produção espacial, como mecanismo de compreensão das complexidades e contradições do espaço urbano desigualmente forjado. Essas considerações se fazem necessárias para entendermos a lógica da produção desigual do espaço urbano, um espaço produzido socialmente, impregnado de

interesses e conflitos que se materializa desigualmente resultando em inúmeras contradições espaciais.

## **2.2 Desigualdades socioespaciais no espaço urbano**

As proposições teóricas que aqui serão feitas, afirmam que a desigualdade é o principal resultado da produção do espaço na sociedade capitalista. Nesse sentido, fundamentamos essa afirmação, a partir de considerações teóricas, para melhor refletirmos acerca desse conceito, bem como para compreendermos como essas desigualdades se apresentam no espaço urbano.

Iniciaremos essa reflexão entendendo por desigualdades socioespaciais, a expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência dessas desigualdades. Para Rodrigues (2007, p. 74), tais desigualdades resultam das condições no qual se consolida a base material de produção do espaço urbano, como se enfatiza a seguir:

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano.

A desigualdade expressar-se por meio de formas e conteúdos presente na cidade mercadoria, local onde se manifestam as contradições, explorações e espoliações, processos esses que resultam das relações desiguais de produção do espaço urbano e, onde sua manutenção é feita pela atuação paradoxal do Estado.

A presença e aparente ausência do Estado aprofundam as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, isto é, o Estado atua com múltiplas possibilidades. (CORRÊA, 1989; CARLOS, 2012). Em relação à presença, e aparente paradoxo, ausência do Estado, Rodrigues (2007) coloca que “a presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo” (p. 74). Paradoxalmente, o “Estado parece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo” (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Comumente, relaciona-se à falta ou à precariedade de serviços e equipamentos urbanos (moradia, saneamento e transportes, etc.) com a ausência de investimento estatal no urbano que não atende às necessidades coletivas. Nesse cenário paradoxal, a presença do Estado ao estabelecer as condições gerais de reprodução passa ser entendida como ausência do urbano, ficando ocultas, desse modo, causas da perpetuação da desigualdade (CORRÊA, 1989; RODRIGUES, 2007).

Rodrigues (2007) ressalta que “no discurso dominante o Estado parece estar acima das contradições e conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial, considerada um problema que será solucionado com o desenvolvimento econômico e planejamento territorial urbano” (p. 75). Continuando a autora coloca que “na matriz discursiva dominante, o desenvolvimento é promovido pelos agentes tipicamente capitalistas de produção do espaço urbano e pelo Estado” (p. 75). Nesse contexto, “os agentes não tipicamente capitalistas, como os que produzem a cidade com autoconstrução, mutirão, favelas, ocupações coletivas, parecem ser apenas os causadores dos problemas”. (RODRIGUES, p. 75).

Como consequência, “a produção do espaço pelos diferentes grupos societários é abstraída, pois não faz parte do mundo idealizado” (RODRIGUES, 2007, p. 75). Assim, para Rodrigues (2007, p. 75), as desigualdades socioespaciais aparecem como consequência de um desvio de modelo de urbanização e planejamento urbano cujo pressuposto é a cidade ideal.

Na cidade ideal não haveria problemas de moradia, de transporte, de escolas, postos de saúde e hospitais, poluição, entre outros. Na cidade ideal, objeto e objetivo do planejamento de prancheta, espera-se que os trabalhadores desapareçam após a jornada de trabalho. No entanto, na cidade real, os trabalhadores não são invisíveis, os trabalhadores e os problemas não desaparecem, mas pelo contrário, são visíveis e para ignorar as causas são tidos como causadores dos problemas a que estão submetidos.

A materialização das desigualdades na discursiva dominante surge como um desvio de um planejamento urbano que em prática é realizado de forma desigual e excludente, mas no plano ideal, de uma cidade utópica, esses problemas não existiriam. As contradições, crises e interesses antagônicos inerentes ao processo de produção do espaço urbano que se dá por meio de diferentes interesses de classes, resultam na materialização das desigualdades socioespaciais, que se refletem por meio dos problemas urbanos, tais como a violência.

Para Rodrigues (2007) “a desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência” (p. 75). Continuando, a autora coloca que é visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres.

Para Cardoso ([200-?], p. 2) o espaço da cidade torna-se objeto de interesses econômicos de distintos conjuntos de capitais cujo principal objetivo consiste na valorização da produção e reprodução do espaço construído. Nesse sentido o autor coloca que:

O espaço da cidade, além de ser objeto dos interesses econômicos acima descritos é também disputado por grupos sociais, já que o acesso diferenciado a determinados bens, serviços, equipamentos ou amenidades permite o aumento da renda real via valorização do patrimônio imobiliário, assim como maior conforto material e, também, a reprodução material e simbólica de situações de distinção social. Isso gera a identificação de determinados espaços da cidade com certos grupos sociais dominantes, e a exclusão de outras parcelas da população da utilização destes bens.

Para Ferreira (2013, p. 17):

“linha” que separam ricos e pobres torna-se tênue e oscilante, porém do fica nítido que não podemos apenas diferenciar o pobre e o rico somente pelo viés do acesso a bens materiais, mas sim, pelo tipo e/ou qualidade de acesso (...) a desigualdade se expressa fortemente em diversos aspectos, seja no âmbito econômico, político, cultural ou social, constituindo-se, num processo complexo de ser estudado, sobretudo, pela quantidade de agentes e interesses distintos envolvidos.

Segundo Cardoso ([200-?], p.3) podemos identificar os elementos que expressam as desigualdades nas condições de vida dos indivíduos das diferentes classes sociais, assim como nos interesses dos grupos dos distintos agentes de produção e que:

[...] origem uma desigualdade oriunda da sua inserção no processo de produção e distribuição da riqueza social. Suas estratégias de sobrevivência no espaço urbano têm se materializado nos processos de favelização, encortijamento e periferização, onde prevalecem a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e precárias condições de sobrevivência, pela carência quantitativa e qualitativa dos equipamentos e serviços urbanos, e por grandes dificuldades de acesso ao sistema de transportes, impedindo assim sua mobilidade plena no espaço da cidade. A desigualdade de condições urbanas de vida se expressa ainda como desigualdade ambiental, se consideramos que estas populações tendem a localizar-se em áreas

de maior exposição a situações insalubres (contaminação da água, do solo e do ar) e inseguras (riscos de acidentes de diversos tipos).

Ferreira (2013) coloca que as condições precárias que vivem as camadas sociais mais pobres, obrigam-nos a adotar estratégias, muitas vezes, ilegais para sua sobrevivência na cidade. As alternativas de sobrevivência estão condicionadas a condições precárias de vida, o que inclui a carência dos meios essenciais a uma vida com qualidade e dignidade, nesse contexto, pensar em condições que proporcione boas condições de vida, inclui aspectos como: segurança e acessibilidade. (FERREIRA, 2013).

Em Sen (2010) o espaço se destaca em suas análises e considera a pobreza um indicador aliado da identificação das desigualdades, nesse sentido para o autor [...] “a escolha do espaço torna-se um ponto central na identificação de quem é pobre e na agregação da informação sobre os estados dos que são assim identificados” (p. 39).

Ferreira (2013) coloca que na procura e seleção por novos espaços os conjuntos de capitais aprofundam as desigualdades, visto que alguns lugares são potencialmente mais rentáveis que outros. Complementando “o espaço é, nesse sentido, um agente condicionante do processo desigual, ao mesmo tempo torna-se reflexo dessa prática [...] (p. 38)”. Assim, a desigualdade social se (re) produz a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo, que na sua essência ocorre de forma contraditória e se materializa por meio das desigualdades socioespaciais. (CORRÊA, 1989; RODRIGUES, 2007; FERREIRA, 2013).

Corrêa (1989) dialoga nesse sentido “[...] o espaço urbano especialmente da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se como característica própria do espaço urbano capitalista”. [...] o autor complementa “[...] por ser reflexo social e porque a sociedade tem uma dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispendo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados [...]” (CORRÊA, 1989, p. 8).

Dessa forma, entendemos as desigualdades materializadas no espaço urbano como reflexo de uma sociedade fortemente capitalista dividida em classes sociais, sobretudo, essas desigualdades refletem a má distribuição de riquezas e condições de sobrevivência, em relação às classes menos favorecidas. Assim, essas diferenças condicionam as ações de produção do espaço urbano, sobretudo, nas relações dos agentes de produção que priorizam seus interesses de forma desigual.

Rodrigues (2007) coloca que “há que se destacar que quanto mais espaço urbano se produz mais elevado é o preço da terra urbanizada e mais evidente a expulsão dos trabalhadores para áreas menos urbanizadas” (p. 76). Nesse contexto, Rodrigues (2007, p. 76) afirma que ficam visíveis as desigualdades materializadas no espaço urbano, principalmente através das condições precárias de vida, como também as dificuldades de acesso, como se ver:

[...] é visível a outra face do urbano, em geral nas periferias distantes e nas áreas centrais “degradadas”. São nelas que trabalham, moram e circulam os trabalhadores, nelas se encontram favelas, ocupações coletivas de terra, cortiços, casas precárias, conjuntos habitacionais de casas/apartamentos com dimensões mínimas, edifícios precários utilizados para escolas, creches, postos de saúde, hospitais. As ruas são estreitas, sujas, esburacadas, com pouca ou nenhuma iluminação pública por onde circulam ônibus, vans, caminhões, carros velhos que colocam em risco a vida dos que neles são transportados. Nessas áreas, os trabalhadores não desaparecem após a jornada de trabalho e sua presença torna visível desigualdade socioespacial.

A desigualdade tornou-se condição da própria produção da cidade, seja pela acessibilidade negada e/ou nas formas materializadas nos espaços que se contrapõem. A cidade está subordinada à lógica capitalista, tornando-a assim, embrião da desigualdade, que resulta da produção desigual do espaço urbano, que é pensada e planejada de forma desigual, condicionando dessa forma sua existência, onde suas formas e estruturas exprimem as desigualdades socioespaciais presente nesses espaços.

### **2.3 Instâncias urbanas e violência urbana: um fenômeno complexo e multifacetado**

Em suas investigações, Lira (2017) estudou as relações entre a cidade e a violência, visando identificar fatores urbanos que influenciam na dinâmica criminal e vice-versa, por meio de mapas, dados criminais, informações socioeconômicas e distribuição espacial de equipamentos e serviços coletivos na cidade. O fundo das inquietações desse autor, e que reflete na inquietação desta pesquisa, é compreender **a correlação dialética entre a cidade e a violência**. Por isso, o autor defende que a violência e o urbano são fenômenos sociais que se correlacionam dialeticamente, e não que sejam concebidos apenas pelas suas causas/efeitos.

Nessa perspectiva é importante mencionar Lefebvre (1999) e Santos (1992), cujos pensadores analisam a dialética da cidade a partir de quatro instâncias: função (papel desempenhado pela cidade); forma (aspecto visível da cidade no seu arranjo espacial); estrutura (maneira pela qual as cidades estão interrelacionadas, não possuindo uma exterioridade imediata); e processo (forma como uma estrutura em movimento de transformação se realiza continuamente na cidade). Essas instâncias analíticas urbanas são de fundamental importância para se compreender a correlação dialética entre a cidade e a violência.

A correlação das instâncias urbanas e a violência em uma análise dialética, ainda é um campo pouco explorado pela produção científica vigente no Brasil. Certamente que a base metodológica e o enfoque analítico, que partem das instâncias urbanas para o estudo da correlação dialética entre a cidade e a violência, significam elementos essenciais aqui apresentados.

Portanto, a violência urbana discutida neste estudo faz parte de uma plêiade de autores de vanguarda e que representam uma rica produção científica que, em comum, associa as variáveis explicativas urbanas à problemática da violência. Dentre os intelectuais que fundamentam este tema, destacamos Adorno (1990), Cano e Santos (2001), Chaui (2003), Da Matta (1983), Misse (2006), Minayo (1998), Peralva (2000) e Zaluar (1999). Outros autores são referenciados também, conforme as necessidades teóricas desse tópico.

A questão da criminalidade urbana passa pela compreensão de que o jovem, neste tempo contemporâneo, desenvolve-se em um contexto socioeconômico desfavorável. Convive em domicílios e em áreas precárias, em meio à desestruturação familiar, insegurança social, ineficiência nos serviços e equipamentos coletivos que não proporcionam lazer. Nessas condições desfavoráveis, Zaluar (2004) analisa que os adolescentes e jovens dos bairros desprivilegiados se tornam 'presa' fácil para as diversas formas de violência, por ser uma 'oportunidade' de ocupação para prover seu próprio consumo. Operam como soldados, (sub)gerente da boca, entre outras categorias, ingressando, assim, no mundo da criminalidade e da violência.

Aqui podemos reiterar que o dinheiro 'fácil' do tráfico possibilita o acesso aos bens de consumo, sendo esse um fator elementar que levam os jovens e adolescentes das comunidades periféricas a ingressar no mundo do tráfico. Outro ingrediente reforçador para isso é a perspectiva de autonomia, poder e de conquista de espaço, antes negado pela sociedade.

O ingresso no mundo do tráfico pode ser mais bem definido na seguinte explicação:

As expectativas de participar das investidas de assaltos e roubos, integrar a gangue, sentir-se mais forte diante dos inimigos, portar armas e de ascender na hierarquia da estrutura organizacional da “boca de fumo” nutrem o imaginário desses jovens, ainda que o ingresso no tráfico possa acarretar morte prematura. A partir daí, os jovens se matam uns aos outros, devido às rivalidades individuais e comerciais, seguindo o padrão estabelecido pelo crime organizado, que, além de criar as regras terroristas de lealdade e submissão, distribui-lhes armas de fogo moderníssimas (ZALUAR, 2004, p. 34).

Ainda sobre a estrutura do crime organizado, Zaluar (2004) constatou que as próprias instituições, encarregadas de manter a lei, envolvem-se com o crime organizado. Um dos indicativos disso é a facilidade com que armas e drogas chegam até as favelas, periferias e bairros populares. De fato, é recorrente assistir representantes das instituições públicas envolvidos em corrupção com a rede do crime organizado, o que contribui ainda mais para acentuar a violência urbana.

Peralva (2000, p. 91) amplia a discussão, enfatizando que “é bem longe das favelas que vivem os que manipulam as marionetes do narcotráfico”. Por trás dos agentes que atuam diretamente no comércio das atividades do tráfico, a hierarquia superior e que controla o mercado atacadista da cocaína está sediada fora, pois os maiores produtores latino-americanos são a Colômbia, Bolívia e Peru.

A problemática das drogas é algo sensível de se discutir, devido à combinação de uma série de substâncias tóxicas que se manifesta no comportamento das pessoas. A este respeito, Minayo (1998, p. 36) afirma que “a combinação drogas ilegais e violência é um tanto complexa, haja em vista que o uso dessas substâncias pode implicar mudanças das funções cognitivas, estados emocionais, hormonais e/ou fisiológicas dos usuários”.

Estas alterações, das quais a autora se reporta, podem motivar o indivíduo-usuário a praticar a violência. Da mesma sorte que os usuários ativos, as pessoas em abstinência de drogas se tornam também passíveis a cometer transgressões de ordens diversas, assim como também não se pode descartar o ambiente sociocultural onde os usuários de droga convivem, por ser elemento influenciador de violência.

O não cumprimento das normas, seguidas de transgressões, leva a violência se tornar uma perturbação do sossego público, implicando em desordem, principalmente nas noites (perturbação sonora e vandalismo). Neste aspecto,

podemos considerar como violência sonora, o que não deixa de ser um importante incômodo a sociedade e, para minimizar o sofrimento pessoal ou à coletividade, Zaluar (1999) sugere a presença das instituições de segurança para fazer cumprir as normas, ainda que este ato possa não significar uma ação violenta, pois essa categoria é polifônica no seu significado, assim como também é múltipla nas suas manifestações.

Zaluar (2004) aprofunda a discussão, associando os crimes contra a pessoa, sobretudo os crimes letais, as drogas ilícitas, a qual encontra fundamento na atuação das quadrilhas do tráfico. Disso, resultam as ações violentas, perpetradas pela delinquência organizada, que são promovidas em decorrência das disputas por territórios, uma estratégia de proteção, controle e ampliação do mercado de drogas.

Zaluar (2004, p. 13) aprofunda sua discussão, considerando a associação do uso de drogas, arma de fogo, dinheiro, conquista de mulheres, enfrentamento com a polícia, enfim essa concepção equivocada de autonomia revela que as práticas do mundo do tráfico se vinculam a um *ethos*, centrado na ideia de chefe e de poder, porém reflete um mundo vil e breve.

O tráfico e comércio de drogas requerem crime organizado, ou seja, a violência urbana reflete o crime organizado. Para ratificar essa relação, Zaluar (1999) trabalha a categoria “crime negócio”, considera-a como um novo tipo de crime relacionado ao contrabando de armas e de drogas, redes de escambo entre mercadorias roubadas e o tráfego de drogas, baseado na lógica da acumulação capitalista. Para a sua operacionalização, recruta os jovens pobres para trabalhar nesse negócio altamente lucrativo que é o tráfico de drogas, pelas grandes somas de dinheiro que envolve. A organização espacial resultante desses processos é “a urbanização da cidade excludente, na qual está sendo recriada permanentemente uma nova ordem espacial, no sentido de sua própria reprodução, reafirmando a violência urbana e a criminalidade [...]” (ZALUAR, 1999, p. 69).

É nestes termos que funciona o ‘movimento’ do tráfico de drogas dentro do crime organizado. O termo ‘movimento’ é o nome dado ao mercado local de drogas nas favelas, nos conjuntos habitacionais, nas vilas e em outras áreas da periferia urbana, espaço composta pelas populações de baixa renda. Assim, o movimento se tornou termo de consumidores e vendedores de drogas para representar vários e diferentes aspectos desse mercado (MISSE, 2007). Ou seja, quando se ouve a frase “o movimento tá forte”, isso significa que o tráfico está fortalecido com o comércio da droga em determinada área, e vice-versa.

Neste contexto socioeconômico desfavorável, é que vem aumentando o consumo de drogas entre os jovens e adolescentes das camadas das populações mais pobres, por ser a mais pelas desigualdades socioespaciais. Oportuno citar aqui o parecer de Becker, referenciada no trabalho de Zaluar (1994), que chama de “motivação de um ato desviante” para definir a situação na qual o agente social não aceita a ordem social ou o atual estado do jogo social e político em que vivencia e, assim, se revolta contra ele. Reitera a autora que, ainda que não explique o ato desviante, a pobreza pode, em conjugação com falhas do Estado em oportunizar a ascensão social, contribuir para o sujeito aderir às subculturas de uso de drogas ilícitas e criminalidades urbanas afins.

A análise desta última assertiva permite dizer que os jovens e adolescentes das camadas pobres carecem de oportunidades (de moradia, educação, qualificação, emprego, renda, cultura, lazer, etc.) para ter acesso àquilo que precisam. Ou seja, estes atores têm seu direito de consumo negado pela sociedade e que, por conta dessa exclusão, estão sujeitos a serem recrutados pela atividade do tráfico de drogas.

É importante lembrar que, a partir do ano de 1980, a entrada dos cartéis colombianos e das máfias ligadas ao narcotráfico foi determinante no aumento dos índices de crimes violentos no país, principalmente quanto aos crimes de homicídios entre homens jovens e que participam do tráfico (ZALUAR, 2004). Essa autora constatou que o crime organizado atravessa classes sociais, pois tem organização empresarial e não sobrevive sem o apoio institucional das agências estatais, incumbidas justamente para combatê-lo. Com base nessa argumentação, podemos considerar que a identificação dos agentes que participam do crime organizado é de suma importância para o enfrentamento da violência, pois muitas das vezes são eles que apoiam e financiam os grupos criminosos.

Neste sentido, a fim de conter o crescimento da criminalidade urbana tem se realizado no Brasil um controle violento da ordem pública, com uso exagerado das forças policiais repressivas, conforme o seguinte comentário:

[...] Muitas das vezes, e sob pressões da opinião pública, as políticas públicas de segurança formulam diretrizes às agências policiais no sentido de conter a violência a qualquer custo, a partir de forte repressão, mesmo que para isso seja necessário colocar em risco vidas de indivíduos suspeitos do cometimento de crimes (ADORNO, 1998, p. 171).

Assim, as ações para reprimir a criminalidade têm estrita relação com os sujeitos que moram nas periferias, então a repressão das forças policiais é voltada

para as camadas pobres, o que faz aumentar a revolta e o ódio, o que não deixa de ser indício de violência e que pode se configurar em forma de represália contra os próprios policiais.

Zaluar (2004, p. 43) reforça que “os sinais de um ódio violento e vingativo começam a aparecer cada vez com maior intensidade no seio social e, disso, resulta uma guerra clandestina do bem contra o mal”. Essa situação leva os representantes da lei a agir diante de sentimentos de preconceitos e incriminação contra os jovens, adolescentes, negros, trabalhadores e moradores dos bairros periféricos, uma estratégia para justificar a ação policial violenta, ou seja, o agente, encarregado de promover a segurança, ele mesmo contribui também para acentuar a violência.

Neste contexto, como bem define Adorno (1999), entra em cena um dos objetos vitais da violência urbana: o medo social, o qual deriva nas medidas repressivas contra jovens e adolescentes pobres, em nome da proteção da coletividade. É justamente para dar resposta as tensões sociais é que surgem, por exemplo, medidas como a redução da maioridade penal, cujo alvo é a população infratora oriunda de bairros da periferia, na perspectiva de restauração da ordem perdida. Nesse aspecto, Adorno (1999, p. 67) apresenta o seguinte comentário:

[...] Em uma conjuntura de sentimento de medo coletivo e de insegurança diante da violência, estimulado pelo pânico moral contra suspeitos de cometerem crimes, acirram-se e radicalizam-se as posições pró e contra a adoção de políticas exclusivamente repressivas, em especial destinadas aos adolescentes, autores de infração penal.

Esse comentário mostra que o medo social, em um contexto de violência e de insegurança urbana, produz preconceitos e estereótipos, o que leva a própria sociedade a criminalizar certos grupos, componentes às camadas pobres. Contudo, consideramos que agir sob o sentimento de preconceito para elucidar a insegurança significa uma medida paliativa e que gera ainda mais violência.

O medo da violência pode ser mais entendido na percepção de Chauí (1987), para quem sua origem e efeitos fazem com que não seja um sentimento isolado, mas articulada a outras situações formando um verdadeiro “sistema do medo”, o qual reflete diretamente na maneira de viver e pensar dos sujeitos. Conclui que “juntamente com o ódio, o medo é a mais triste das paixões tristes, caminho de toda servidão. Quem o sentiu sabe” (CHAUÍ, 1987, p. 39). Essa situação mostra o porquê das pessoas tendem a se isolar com elevados muros, cercas elétricas, fortalezas e portões fortificados, uma autorreclusão do mundo ao seu em torno.

A violência urbana ganha maior escopo, aumentando o medo das pessoas, na medida em que os meios de comunicação em massa a transformam em uma das suas grandes atrações, causando comoção social. Nesse sentido, Adorno (2006) pondera que a mídia confere grande atenção aos crimes violentos e brutais, difundindo a ideia de que estes sejam os mais recorrentes, mas que não confere com a realidade. Este autor explica que, no momento da seleção das notícias que irão a público, a notícia se torna estratégia para capturar audiência e ampliar mercado de seus patrocinadores e que acaba por aumentar o medo infundado da população.

Zaluar (1998) considera que onde não há organização social a comunidade se torna fraca e, nesse ambiente, os vizinhos passam a ter medo um do outro. Daí advém as adesões a favor da instituição de associações de moradores de bairros, com vista a fazer frente aos grupos violentos. Essa lógica reproduz a estratégia adotada pelos moradores do centro urbano, ao contratarem forças de segurança armada, sendo que nos bairros periféricos a população se fortalece e aumenta a sua segurança por meio de associação.

As áreas mais “elitizadas” a população busca se proteger da violência presente na cidade, usando de mecanismos como altos muros residenciais, cerca elétricas, câmeras de segurança. O termo “fobópole”, mencionado por Souza (2008, p. 9) traduz brilhantemente o condicionamento e a forma com a cidade passa a ser percebida pelas pessoas.

O medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, noticiários da grande imprensa, etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil [...] e se faz presente, hoje, em qualquer cidade.

Para Silva (2016) esse processo aprofunda ainda mais as desigualdades nas cidades caóticas, visto que somente a classe de maior poder aquisitivo tem subsídios financeiros para pagar por esses serviços, em contrapartida, a população pobre tenta se proteger da violência como pode. Nesse sentido, Silva (2016, p. 48-49) coloca que:

O medo vai cada vez mais se tornando uma cultura da metrópole, e a população seja ela em termos mais genéricos, rica ou pobre, tenta criar seus mecanismos de proteção, mecanismos de segurança em suas residências, desde os mais simples, como grades protetoras de condições sociais, porém, inseridos no mundo da criminalidade. Portas e janelas, como câmeras de segurança e grandes aparatos, a exemplo dos grandes condomínios e casas de alto poder aquisitivo. Aprofundando assim o processo de segregação que subsiste nas cidades caóticas, pois nem todos os seus habitantes podem se

proteger igualmente. A população carente dos bairros populares busca se proteger até mesmo dos próprios vizinhos meliantes, moradores também desses bairros e que vivem no mesmo cenário de precárias.

As classes dominantes impõem sua visão de organização e de espaços que visam construir para ter uma vida segura (SILVA, 2016). O espaço urbano manifesta, sobretudo, a materialização das desigualdades presentes na cidade, enquanto residências das áreas centrais possuem todo um aparato de segurança, outras não possuem condições mínimas de qualidade de vida.

A proliferação do crime violento desencadeou uma série de medidas de proteção e reação nos espaços urbanos, dentre essas medidas, para Caldeira (2011) o muro é mais emblemático, tanto simbólico quanto materialmente, essas estratégias operam de forma semelhantes, “elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos” (CALDEIRA, 2011, p. 9). Os muros construídos cruzam a própria cidade, em todas as direções, deixando claro uma tendência ao aprisionamento, ao controle social e à vigilância, cuja é a melhor tradução observada por Feitosa e Maia (2012, p. 5) da expressão “cidade carcerária” utilizada por Foucault.

Conforme os bairros vão se afastando do centro, verificamos a queda na qualidade de vida em termos de infraestrutura, serviços públicos, e as residências também apresentam outras formas. A insegurança ronda todos os lugares, afeta os diferentes grupos e classes sociais, tornando a cidade um espaço hostil e fragmentado. Dessa forma, o espaço urbano mostra-se materialmente desigual e injusto.

Para Caldeira (2011) a violência e o medo combinam-se aos processos de mudanças sociais nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação. Nesse processo, os grupos sociais, especialmente as classes mais altas, tem usado o medo da violência e do crime para fortificar o processo de exclusão social, seja pela retirada dos bairros tradicionais da cidade ou pelo uso de tecnologias de autoproteção, desvendando dessa forma as disparidades socioespaciais que existem nas cidades. Esses grupos sociais se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nas cidades, e assim, justificam a construção de enclaves fortificados.

Esses enclaves são espaços privatizados, que atraem especialmente os grupos sociais que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos, e assim preferem abandoná-los. Esses espaços são fechados e controlados privadamente, e passam a contrapor a ideia de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade dos espaços públicos. Essa ideia de privatização, cercamentos, policiamento e técnicas de distanciamento criam outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante. (CALDEIRA, 2011).

Apesar de serem espaços com formas e localizações diferentes, se articulam em um mesmo espaço – a cidade- e compartilham os efeitos da violência, com apreensões diferentes. Assim, as transformações urbanas, condicionadas pela crescente manifestação da violência, aprofundam ainda mais o processo de segregação socioespacial que se manifesta nessas formas urbanas.

Registramos que as ramificações da violência urbana são bem mais abrangentes do que se pensa, na medida em que abre espaço para atuação de outros agentes, tal como mostra o seguinte comentário:

[...] Assiste-se assim, nos países mais avançados tecnologicamente, à perda do monopólio estatal de violência urbana, fundamento de sua soberania, em proveito de empresas privadas de segurança, de grupos ou indivíduos armados e de organizações ou, até mesmo, de redes transnacionais do crime. Nos Estados Unidos, que detêm 43% do mercado de armas no mundo, existem hoje 67 milhões de pessoas armadas ou 70 milhões de armas, sendo produzido a cada ano, mais 1,5 milhões delas. O comércio interno de armas nesse país é o único não regulamentado, e escapa aos controles do Estado e dos consumidores (ZALUAR, 1998, p. 256-257).

Essa explanação acena para o avanço da segurança armada patrimonial, do mercado de armas e da indústria bélica, enfim, trata-se da segurança privada para combater a violência urbana. Merece destacar nesse sentido, que maior fluxo e comércio de armas contribuem para o contrabando de armamentos, o que contribui para acirrar a violência.

No Brasil, inclusive, a segurança armada privada está em alta, indício da presença da violência urbana. Segundo dados do Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo, “apenas no segmento de vigilância existem mais de mil empresas no estado de São Paulo que empregam mais de 400 mil homens armados. Só na capital São Paulo existe mais de 90 mil vigilantes, dez vezes o número de policiais civis do estado” (ZALUAR, 1998, p. 256-257). O uso da segurança patrimonial

privada armada é uma estratégia para reforçar e/ou preencher lacunas da segurança pública nos espaços urbanizados.

A questão é que, além da segurança privada armada, outros agentes ingressam para combater o aumento da violência urbana e que, em muitos casos, manifestam-se em homicídios, por meio de armas de fogo. Trata-se dos grupos de extermínios, esquadrões da morte, justiceiros e categorias semelhantes, contratados principalmente comerciantes e lojistas, responsáveis por muitos dos assassinatos e que ficam no anonimato, cujo perfil das vítimas é composto pela população adolescente, jovem, pobre e que moram em bairros periféricos (MISSE, 2002). Estes grupos, também violentos, impõem suas normas e regras, no sentido principalmente de coibir roubos e furtos nos centros urbanizados.

Misse (2002) pondera ainda que esse tipo de organização para combater a criminalidade urbana é bem definido espacialmente, voltado para os locais em torno dos centros urbanizados (guetos, bairros periféricos, comunidades pobres, favelas, etc.). No entendimento desse autor, a separação ocorre entre o asfalto (urbanizado) e terra batida (favela), efeito do adensamento populacional, sendo que neste último espaço se configura as relações de poder ligadas às redes ilícitas que envolvem atividades com o tráfico de drogas. Ou seja, a população das comunidades pobres é vista potencialmente como agente que desenvolve atividades ilícitas e que, por traz, produzem a violência urbana.

Além do tráfico de drogas e de armas, outras variáveis compõem a criminalidade urbana. Becker, citada no trabalho de Cano e Santos (2004), defende que a pobreza, a desigualdade e o aumento da violência estão ancorados basicamente em duas teorias. A primeira, é que a conduta de maximização da renda, personificada pelo '*homo economicus*', leva a optar pelo crime quando o diferencial de ganho das condutas ilegais sobre as legais é superior ao efeito inibidor da probabilidade de captura vezes a pena imposta e aos valores morais contrários a este tipo de opção.

Neste termo, a probabilidade de um crime seria inversamente proporcional à renda que a pessoa pode obter desenvolvendo ocupações legais e diretamente proporcionais à magnitude do produto do crime. Assim, a desigualdade reforçaria a disposição a cometer crimes nas pessoas pobres de duas formas: a baixa renda própria e a alta renda alheia. Esta primeira teoria se configura no crime contra o

patrimônio, mas na medida em que deva ser cometido com violência, um aumento deste tipo de crime pode resultar em homicídios (CANO; SANTOS, 2004).

A segunda teoria, proposta por Becker, é que a violência costuma ser um componente importante nas relações intra e intergrupais dos membros de organizações criminosas (teoria da frustração-agressão). Por este viés, a frustração das necessidades e das expectativas levaria os sujeitos a desabafar, por meio da agressão e que, por conseguinte, se manifesta em forma de violência (CANO; SANTOS, 2004).

Ainda que a violência urbana seja associada a fragilização de renda dos sujeitos que cometem crimes e homicídios dentro das cidades, Cano e Santos (2004) defendem que a violência poderia advir de uma combinação de fatores, passando pela rápida urbanização, com desconexão de algumas áreas, permeadas por precários serviços sociais, pobreza, falta de controle social, anonimato, desigualdade, falta de oportunidades para a juventude, etc. Enfim, todas essas mazelas sociais, segundo tais autores, levariam os sujeitos a buscar alternativas de sobrevivência nas cidades, culminando com elevados níveis de violência (CANO; SANTOS, 2004).

Estes fatores citados se aproximam dos questionamentos feitos por Misse (2002), ao buscar discernir a violência urbana, na perspectiva de apurar: quem são os autores de seus medos, de quem é a culpa? A quem deve ser responsabilizado? São as elites políticas ou econômicas? Quem são as elites que não enfrentam as questões sociais? E porque a polícia é despreparada, violenta e corrupta? São as comunidades pobres que abrigam o tráfico que espalha o terror na cidade? É a imprensa que estampa essa fragilidade em suas manchetes? E qualquer um destes estereótipos institucionalizados pode ser produto da fragilidade das relações sociais?

Essas e outras indagações revelam, de fato, que a violência urbana é algo difícil de identificar seus fatores que a compõem. Por este motivo, a criminalidade urbana pode ser considerada como um fenômeno complexo e multifacetado e que se manifesta de variadas formas (violência entre pessoas; ameaças, suicídios, roubo, furtos, etc.), decorrente da concentração das atividades econômicas nos centros urbanizados (LIRA, 2017).

Essa concentração propicia alterações nos fluxos migratórios em busca de oportunidades de emprego, renda e de melhores condições de vida, porém, ao contrário, os migrantes passam a ocupar, de maneira desordenada, as periferias, contribuindo para o adensamento populacional, espacial e de problemas sociais.

Ainda que a migração contribua para o aumento da criminalidade urbana, Misse (200, p. 34) acredita que “os efeitos da criminalidade precisam ser mais bem examinados em seus processos, por ser algo de elevada complexidade”.

Apropriado colocar aqui que o adensamento populacional requer o reordenamento dos espaços e que traz consigo a violência. Na visão de Cano (1997), os problemas urbanos, e sua solução, estão imbricados nos processos formadores da urbanização em seus diversos contextos históricos, políticos e culturais. Todavia, o entendimento dessa questão requer análise das diversas modalidades do uso e ocupação do espaço para identificar as especificidades do fenômeno da violência e, a partir daí, mensurar e tecer sobre sua problemática. Por essa vertente, “a violência acentua a desigualdade socioespacial numa cidade que já possui muitas” (CANO, 1997, p. 39).

A desigualdade socioespacial, como fator da criminalidade urbana, a partir do surgimento das periferias, encontra respaldo na pesquisa de Peralva (2000), para quem a violência urbana reflete a especulação imobiliária. Para a autora, este segmento é responsável por redesenhar a paisagem urbana e, por efeito, desencadear forte reação nas camadas populares, pelo reordenamento espacial desigual. Diante disso, as populações pobres inventam novos espaços habitáveis, em forma de guetos, favelas, assentamentos, comunidades e invasões, porém sem qualquer serviço de infraestrutura, acentuando as desigualdades. O mais grave, é que as favelas já não podem mais ser consideradas como o *locus* específico da pobreza, porque ‘a própria favela desceu o morro’ (PERALVA, 2000).

Ou seja, o reordenamento espacial desigual expressa uma estrutura assentada na desigualdade. Tal que Minayo (1998) concebe a violência urbana como violência estrutural que, pelo seu grau de enraizamento, se manifesta nos níveis elevados de desigualdade que, historicamente, significa chão sobre o qual se assentam muitas outras expressões. A autora em questão visualiza que o Brasil sempre foi marcado por ambivalências e ambiguidades, heranças de um país escravista e colonizado em que as relações sociais hoje estão entranhadas num tipo de *apartheid*, diga-se de passagem, que pode ser mais iníquo do que o da África do Sul e dos Estados Unidos.

Minayo (1998) conclui que os problemas culturais estruturantes, seculares e as imensas desigualdades da sociedade brasileira, acumularam-se e não foram superados e, pelo contrário, cresceram ainda mais, dando forma a novas questões trazidas pela pós-industrialização e pela globalização. Por isso, que a presença da

violência e da criminalidade na agenda da cidadania, coincide com os movimentos sociais pela democratização, as instituições de direito e a forte pressão de algumas entidades não-governamentais e organizações internacionais, com poder de influenciar o debate nacional, foram fundamentais para tornar a criminalidade urbana como uma questão pública.

Falando em democratização do país, muitos autores, como Peralva (2000), acreditam que a violência urbana seja fruto de práticas institucionais repressivas do passado, configurada na própria segurança pública. Esta autora argumenta que o processo de retorno à democracia dos anos subsequentes à década de 1980, pós-ditadura militar, foi acompanhado, paradoxalmente, pelo aumento da criminalidade violenta urbana. Aqui registramos que os militares nas ruas, e não no quartel, significa mecanismo para coibir a criminalidade nos espaços urbanizados e, ao contrário, sem a força repressiva a violência interpessoal se eleva.

Na visão de Peralva (2000) a liberdade, a partir da abertura democrática, pode ter relação com as desigualdades sociais e, por conseguinte, na violência urbana. Segundo essa autora, as reformas e mudanças nas instituições, nos processos de regulação social, bem como nas relações de poder, na ordem e esfera públicas não ocorreram a contento. Essa situação significou,

Por um lado, que a democracia terminou abrindo amplas possibilidades para que a violência se desenvolvesse e, por outro, a sociedade brasileira passou manifestar alto grau de tolerância e, em resposta, a violência produziu estratégias de adaptação e de (Re)segregação (PERALVA, 2000, p. 36).

Aqui temos um divisor de águas: após os governos militares, onde a liberdade era restrita e, depois, a partir da abertura democrática, a liberdade se tornou meio para que muitos da sociedade pudessem se expressar, manifestar, agir, fazer e, assim, por diante. Enfim, podemos considerar aqui que a liberdade colocou em questão as desigualdades sociais e, por essa lógica, a violência se tornou uma tática para contrapor essa situação, cujo fundo é o acesso aos bens, negados pela sociedade.

Diante dessa exposição, Peralva (2000) conclui que, para muito além dessas explicações, o crescimento da violência e da criminalidade, no interior do processo que formou a democracia brasileira, é complexo e multifacético, no qual tanto pobres, como ricos, encontram-se conjuntamente imbricados. A saída, como bem enfatiza essa autora, é compreender melhor como os brasileiros coproduzem a violência, da qual são as próprias vítimas, ou seja, a democracia traz consigo paradoxo quanto às

mudanças em relação ao papel que a violência e o crime passaram assumir na geografia pessoal e social da sociedade, derivados de conflitos de diversos, os quais dificultam as próprias instituições de administrá-los.

Nesse caso, podemos tomar os ensinamentos de Da Matta (1982), cujo autor concebe que a violência urbana seja fruto das relações que compõem a sociedade. Defende que, para ser compreendida, a violência tem que ser analisada a partir das suas singularidades e seus modos específicos de manifestação em cada sistema, considerando seus respectivos valores, ideologias e configurações que se combinam concretamente em situações históricas. Dessa perspectiva, a violência urbana é inerente às relações sociais e varia de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes grupos e sociedades no decurso do tempo.

Interessante são as descobertas de Cano e Santos (2004), quando investiga a influência da urbanização sobre a violência letal, buscando conceber o controle social para coibir essa situação. Estes autores constataram que o tradicional pensamento sociológico de que o controle social é mais poderoso nas áreas rurais, do que nos ambientes urbanos, pode ser explicado pelo fato de que o controle social informal tem validade nas pequenas comunidades, onde as pessoas se conhecem e o desvio social é imediatamente detectado e estigmatizado. Ao contrário disso, o anonimato no ambiente urbano faz diminuir o controle social, por um lado, e aumenta a impunidade, por outro.

Então, podemos discernir que a complexidade e multifacetada da criminalidade urbana podem residir no fato do anonimato do próprio ambiente urbano e, por isso, precisa ser colocada à luz das explicações. Assim, como também “a relação direta de causa e efeito entre pobreza e violência negligência e obscurece a desigualdade socioeconômica, a qual engendra a pobreza e apresenta correlação com a distribuição espacial criminalidade violenta” (PERALVA, 2000, p. 81). Por trás desse processo está a concentração de renda e as desigualdades que influenciam na distribuição espacial e que levam à violência urbana.

Todavia, Cano e Santos (2004) chamam atenção que a desigualdade apresenta um problema particularmente sério, que é em relação a sua unidade de análise para a sua mensuração. Para tanto, a renda, como objeto de análise, para mensurar a desigualdade se justifica por ser algo pequeno e fácil de ser operacionalizado e, indutivamente, pode representar um conjunto de indivíduos, gerando assim indicadores sociais de desigualdades. Portanto, o próprio método

usado para medir a desigualdade é complexo, o que se reflete também na identificação dos fatores que compõem a criminalidade urbana.

Ademais, Peralva (2000) critica que associar a violência e o crime à pobreza pode ser uma formulação simplista e mecânica, mas, sobretudo, é importante avaliar a geografia das mortes violentas, seja a geografia das intervenções policiais, seja das populações nas prisões ou da associação entre crime e pobreza. Nesse sentido, a autora coloca que, historicamente, as noções de revolta e de privação relativa se tonaram elementos para construir a relação entre crime e pobreza. Isso, na atualidade, significa que a desigualdade socioeconômica se vê imbricada na explicação do crime.

Portanto, registramos aqui o esforço e a tentativa de se apontar indícios para elucidar o problema da violência urbana, já que o fundo dessa situação passa pelos elementos responsáveis pela dinâmica da criminalidade, indo desde o tráfico de drogas e de armas, desigualdades espaciais e sociais, especulação imobiliária, entre outros elementos de menor visibilidade.

Todavia, é sábio ressaltar que a **correlação dialética entre a cidade e a violência**, assim como a Criminalidade Urbana, manifesta-se, como reitera Lira (2017), em um campo complexo e multifatorial, tendo por base um rizoma que conecta um ponto a outro ponto qualquer, porém cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, por representar regimes de signos diferentes. O pior que o rizoma não se deixa reduzir nem ao uno nem ao múltiplo, por não ser feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças, não tem começo e nem fim, mas sempre significa um meio para crescer e transbordar, revelando a multiplicidades desse processo.

Ainda que da dificuldade para se tomar o 'fio da meada' para uma explicação contundente da violência urbana, porém podemos identificar os principais vetores resultantes das interrelações do urbano e violência, por serem determinantes para influenciar as tendências de reorganização espacial das cidades brasileiras, como na cidade de Castanhal (objeto espacial deste estudo). Disso, deduz-se a dialética, presente nas categorias identificadas, para ser construída uma base metodológica analítica com o intuito de acentuar a compreensão do meio pelo qual a cidade e violência se correlacionam.

Situando aqui o nosso objeto estudado, acreditamos que as políticas públicas de enfrentamento e controle à criminalidade urbana deve trabalhar a causa primária da violência: a vulnerabilidade social, e não que os esforços institucionais se voltem

apenas para o urbano, de maneira unilateral, para propor alteração dos padrões arquitetônicos para melhorar a segurança dos domicílios urbanizados. Aliás, oportuno lembrar que a própria arquitetura contemporânea se desenvolve mediante as estratégias de autoproteção das classes médias e altas, manifesta nos condomínios residenciais, como se quisesse se proteger da ameaça das populações excluídas, periféricas e vulneráveis sociais.

Afinal de contas, historicamente, a violência urbana sempre se fez presente na sociedade brasileira, ainda que tenha assumidas roupagens diversas em vários momentos, contudo, o que marca a violência na cidade contemporânea é a sua magnitude, intensidade e recorrência. Nessa lógica, consideramos que a violência e criminalidade registrada nos ambientes urbanos seja, ao mesmo tempo, algo pancrônica (por possuir características típicas de diversos momentos históricos) e anacrônica (por seu paradoxal registro, em níveis brutais), por ocasião do processo de desenvolvimento da civilização.

### **CAPÍTULO 03 - A FORMAÇÃO DA CIDADE DE CASTANHAL E A PRODUÇÃO DE SEU ESPAÇO URBANO: CONTEXTUALIZANDO ELEMENTOS PARA PENSAR À CIDADE**

A presente seção busca apresentar elementos para pensar a cidade de Castanhal, assim como enfatizar sua importância dentro da rede urbana regional. Para isso, justifica-se o uso de uma abordagem com recorte regional, cuja finalidade é identificar as diferenciações e desigualdades presentes na cidade, a partir das relações que se estabelecem dentro desse recorte. Se faz necessário também apresentar elementos importantes dentro do contexto histórico-geográfico para compreender como se deu a formação e a produção do núcleo urbano de Castanhal.

Esse processo de formação da cidade e de produção do seu núcleo urbano resulta de um conjunto de ações, onde os objetivos sempre estiveram imbricados aos interesses de agentes que atendem a uma estrutura capitalista de produção do espaço, onde se exigem uma reprodução ampliada do capital, logo a cidade passa a ter a condição para acumulação. Esse processo projeta inúmeras implicações desiguais no espaço, tal como a violência urbana.

Como citado na seção anterior, são inúmeros os agentes que participam desse processo de produção do espaço urbano, como finalidades e interesses distintos, condição que forja o espaço urbano através de inúmeras contradições.

Ao se tratar da cidade de Castanhal, buscou-se fazer uma abordagem da produção do seu núcleo urbano, a partir do surgimento e disseminação das rodovias, entendendo esse processo como propulsor para a intensificação do crescimento urbano da cidade. Assim, podemos identificar os agentes de produção do espaço, destacando o papel do Estado nesse processo de organização espacial ligado às rodovias.

Por meio dessa análise periódica do crescimento acelerado do núcleo urbano e da importância da estrutura rede urbana da cidade de Castanhal é possível identificar os agentes que participam do processo de produção do espaço urbano da cidade, tornando visível a compreensão dos interesses e estratégias desses agentes, o que possibilita a compreensão da dinâmica da criminalidade violenta e das desigualdades socioespaciais em Castanhal.

### **3.1 O processo de intensificação da produção do espaço urbano da cidade de castanhal a partir do surgimento e disseminação das rodovias: uma breve periodização (1960-1990)**

Com a finalidade de analisar o processo de produção do espaço urbano da cidade de Castanhal e suas conseqüentes implicações socioespaciais, optou-se por entender como se deu a estruturação e consolidação da expansão urbana no município, principalmente a partir da disseminação das rodovias. Esse processo impulsionou grandes modificações na área urbana, assim como intensificou as desigualdades e diferenciações na cidade, na medida em que o espaço urbano se expandia, essas ampliações se ampliaram.

A gênese do processo de urbanização da cidade de Castanhal está relacionada à construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, conferindo à cidade, nesse período, o papel de entreposto comercial agrícola. Segundo Miranda (2009) no período de funcionamento da Estrada de Ferro Bragança Castanhal abastecia Belém com cultivos de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha e milho).

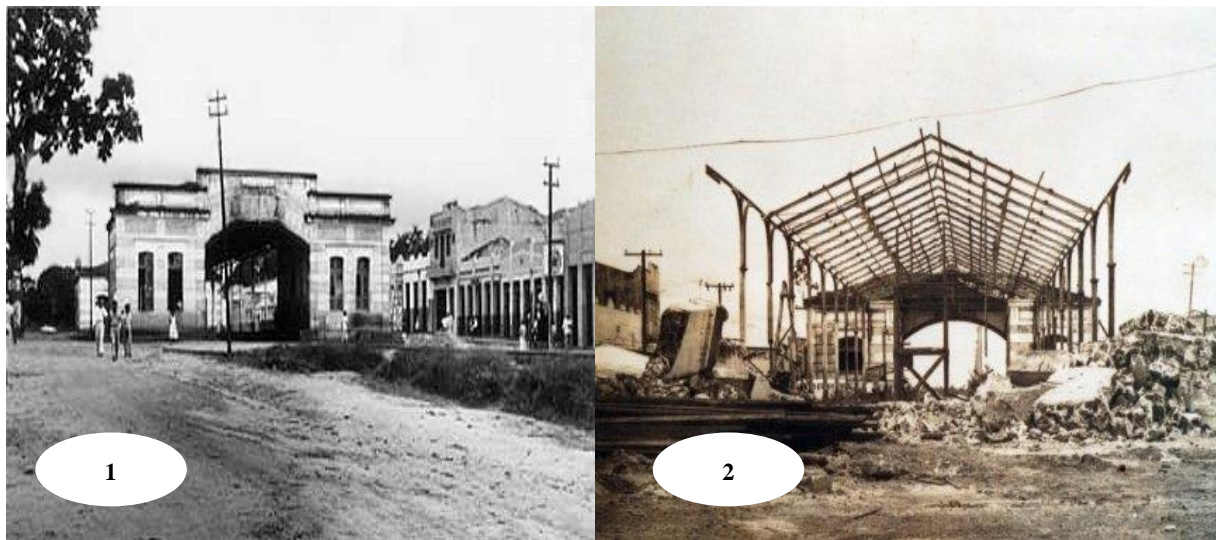
Anterior à Estrada de Ferro, Castanhal se configurava enquanto área rural de Belém, servindo como ponto de parada dos boiadeiros que tinham como destino à capital. Com a instalação da Estrada de Ferro, no ano de 1883, constata-se uma nova configuração territorial nesse espaço, principalmente após a inauguração da estação Ferrovia de Castanhal, em 1904, quando se evidencia o aparecimento de novas formas e funções que impulsionaram de sobremaneira o desenvolvimento do comércio, nascia um novo núcleo populacional chamado campus de Castanhal.

A Estrada de Ferro Bragança surge com o intuito de facilitar a comunicação e o transporte de alimentos entre Belém e Bragança, apesar do transporte pelas vias marítimas, Rio Guamá, ainda serem de suma importância, era considerado perigoso e que levava bastantes dias para até chegar ao destino final, assim, em junho de 1883, inicia-se a construção da EFB, e no dia 9 de novembro de 1884 é inaugurado os primeiros 29 quilômetros da ferrovia, que chegava até o momento, a colônia de Benevides, somente em maio de 1908, a ferrovia chega até o seu destino final que até então era a vila de Bragança. (ANDRADE, 2020, p. 57 *apud* ÉGLER, 1961).

Após a desativação da ferrovia surge o novo padrão de organização socioespacial no Município de Castanhal, ligado ao projeto de Integração Federal, a partir das integrações das rodovias. Esse novo padrão de organização, ligado às rodovias, viabilizou outras funções urbanas a Castanhal, aumentando sua interdependência com Belém e também sua malha urbana, sendo

assim novas formas foram impressas na paisagem de Castanhal, imprimindo-lhe novos conteúdos (ALVES, 2012).

**Figura 1** – A estação de Castanhal nos anos de 1950 (1) e a Demolição da Estação de Castanhal na década de 60 (2).



**Fonte:** Estações Ferroviárias do Brasil, 2019.

As figuras ilustram duas paisagens de importantes representações simbólicas no decorrer do desenvolvimento do núcleo urbano de Castanhal. A primeira imagem remota à Estação de Castanhal, nos anos de 1950, onde ainda nesse momento o município de Castanhal conferia o papel importante de empresto agrícola comercial. E a segunda imagem demonstra a demolição dessa estação, nos anos de 1960, definindo a partir desse momento um novo padrão de organização, voltada à construção das rodovias. (ALVES, 2012).

Segundo Alves (2012) essa fase refere-se ao terceiro momento no processo de formação da cidade de Castanhal, que data dos anos de 1960 a 1990, onde se enfatiza a utilização das rodovias para a interligação entre as cidades da região e entre essas e o restante do estado do Pará e do Brasil. Nesse momento, a rodovia substitui a ferrovia como vetor de organização do espaço.

O processo de Integração Nacional a partir das rodovias, que marca as políticas nacionais nas décadas de 1960 e 1970, marca também a Amazônia, que recebe várias dessas novas e importantes rodovias, símbolos da estratégia de integração, como é o caso da rodovia Belém- Brasília, BR-010, formando com a BR-316 (Pará – Maranhão) e a BR-308 (RIBEIRO, 2015, p. 5914). Além disso, Ribeiro ressalta:

As rodovias passam a ser os principais meios de interações entre os centros, porém oferecendo possibilidades de interações não apenas regionais, diretamente com Belém, como ocorria na estrutura marcada pela Estrada de Ferro de Bragança, mas dando a oportunidade de interações de caráter mais amplo, colocando-se na escala regional mais ampla, a Amazônia, ou mesmo na escala nacional.

Nesse novo padrão de organização socioespacial as rodovias passam a ser o principal meio de circulação inter-regional, permitindo interações não somente regionais, mas oferecendo possibilidades de relações mais amplas a nível nacional e internacional. Logo, as rodovias dão forma uma rede urbana mais complexa, com múltiplos circuitos, onde Castanhal aprofunda sua posição estratégica, nesse novo padrão de organização e circulação, uma vez que se configura como entroncamento de importantes rodovias, o que foi decisivo a sua constituição enquanto centro comercial e de prestação de serviços. (RIBEIRO, 2015).

A construção e disseminação das rodovias foram de extrema importância para a dinâmica econômica de Castanhal. A cidade passou a ter relações mais intensas com outros municípios, isso porque seu posicionamento geográfico é estratégico pelo fato da confluência de rodovias federais e estaduais. Nesse período de mudanças e rupturas no padrão socioespacial urbano de Castanhal, onde as rodovias aparecem como uma nova organização espacial, e como uma nova lógica de circulação dos mais variados fluxos, conseqüentemente a Estação Ferroviária perde sua função.

A consolidação do transporte rodoviário estimulou abertura de fronteiras, agrícolas, urbanas, comerciais e demográficas, onde as cidades que se localizavam próximas à rede rodoviária tiveram vantagens para o desenvolvimento dos seus núcleos urbanos, como em questão a cidade de Castanhal. Nesse eixo, a cidade de Castanhal se constitui em um importante centro de serviços para as atividades e a população de sua área de influência, promovendo novas sociabilidades econômicas e sociais a partir da década 1960.

Segundo Alves (2012) no ano de 1969 a cidade Castanhal é a primeira cidade que passa a receber energia elétrica diretamente de Belém, tal condição, impulsionou a chegada das atividades industriais, aumentando também o índice populacional e a urbanização no Município, é nessa década que a cidade de Castanhal ganha infraestrutura, que conseqüentemente, favorece o fluxo migratório.

Na década de 1970, houve a pavimentação e um prolongamento na Avenida

Barão do Rio Branco, principal via urbana de Castanhal, somada à construção do terminal rodoviário, o que ocasionou um crescente adensamento na malha urbana.

Nesse sentido Alves (2012, p. 44) coloca que:

O município de Castanhal, a partir principalmente daquela década (1960\*), começa a sofrer grandes alterações na estruturação do seu espaço, agora exige uma reestruturação ligada a conteúdo urbano cada vez mais consolidado, o que fortaleceu seu subsídio para seu dinamismo econômico, chegando inclusive ser conhecida como a "cidade modelo" no estado do Pará.

A emergência das rodovias desencadeou grandes alterações na estrutura urbana da cidade de Castanhal, assim como elevou a categoria de importância do município dentro da rede urbana regional, reforçada a partir desse entroncamento rodoviário, por onde circulam diversos fluxos econômicos, políticos e sociais, fortalecendo assim sua supremacia em relação às demais cidades que fazem parte da sua região de influência.

Segundo Cruz (2018) nesse período a malha urbana de Castanhal crescia mediante a ocupação de loteamentos, áreas de invasão e com a participação do Estado, através da construção de grandes conjuntos habitacionais aos arredores da área central e dos importantes eixos rodoviários, promovendo assim um seccionamento da malha urbana da cidade. Assim, se expressa ainda mais a importância do surgimento e disseminação das rodovias na cidade de Castanhal, visto que as áreas de expansão pós-rodovia acompanham os principais eixos de circulação da cidade: o eixo BR-316, a sudeste da cidade; o eixo da PA – 320, em direção a São Francisco do Pará, a nordeste da malha urbana; e o eixo da rodovia Transcastanhal a noroeste. (CRUZ, 2018).

Cabe destacar também que é nesses eixos de circulação rodoviária que se localizam a área principal de comércio e serviços de Castanhal, sendo-os: Avenida Barão do Rio Branco (antiga via ferroviária – Estrada de Ferro Bragança) e a Avenida Presidente Vargas (Rodovia -316) (AMARAL; RIBEIRO, 2016). Pontua-se aqui, a importância desses eixos rodoviários como via de circulação e para o desenvolvimento do núcleo da cidade.

Para Cruz (2018) nas últimas décadas as rodovias continuam tendo importância fundamental na condição espacial desempenhada pela cidade de Castanhal, entretanto novos elementos surgem para consolidar o papel importante da cidade de Castanhal dentro do contexto da rede urbana regional. Essas novas

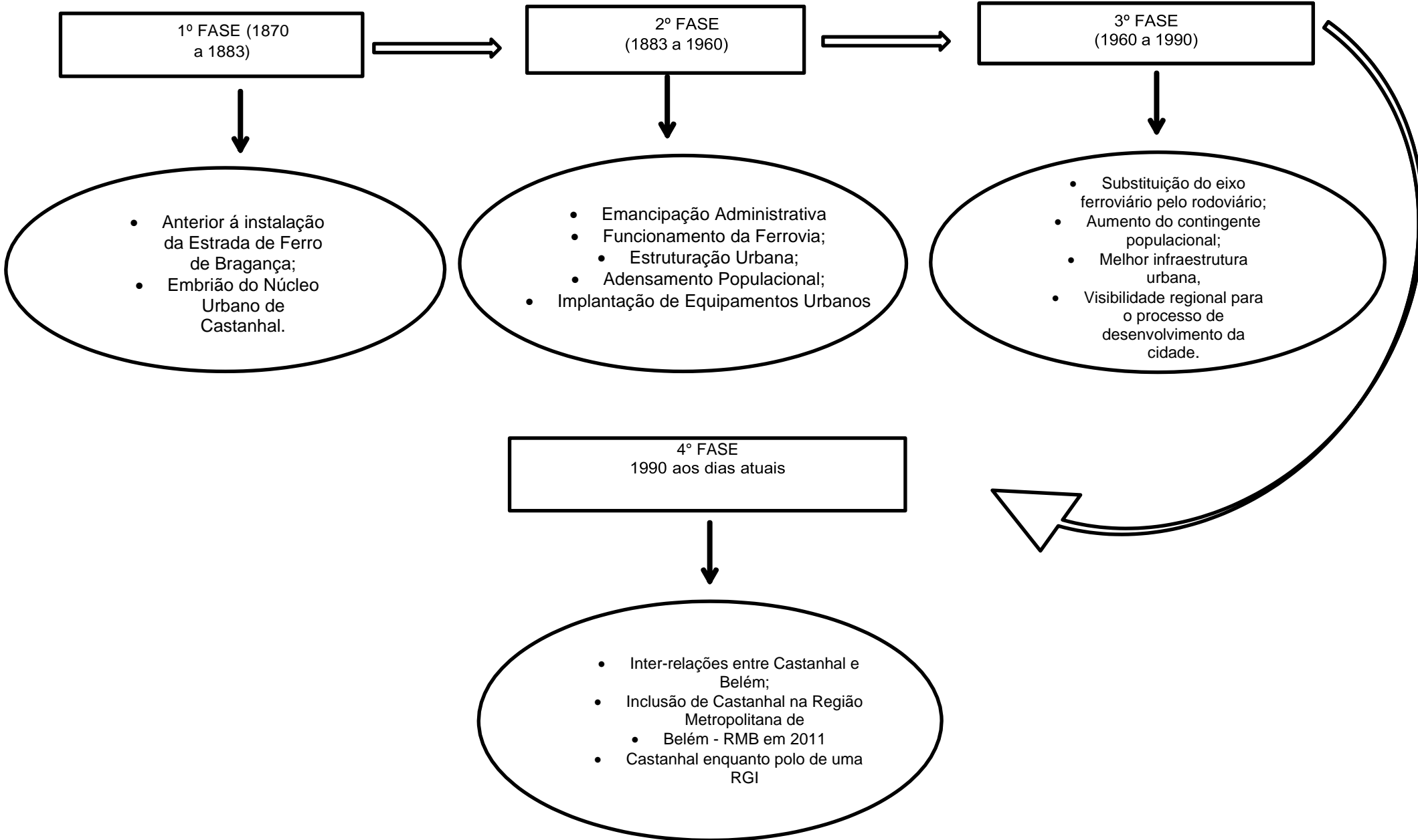
dinâmicas desvendam a produção do espaço urbano, tornando possível compreender o crescimento da sua população e da expansão da sua malha urbana, marcada pela atuação dos diferentes agentes de produção do espaço.

Enfatiza-se que processo de expansão do núcleo urbano de Castanhal, se efetivou pela emergência das rodovias, que se intensificou nos últimos anos, assim como o crescimento de sua população, ocasionando conseqüentemente o crescimento da própria cidade, visto que o espaço urbano concentra a maior parte de população.

Pensar nesse processo de produção do núcleo urbano da cidade Castanhal pressupõe entender e identificar os interesses e agentes que modelam esse espaço, assim como, relacionar essa produção desigual do espaço com as desigualdades socioespaciais e a violência urbana na cidade, entendendo que estas se projetam a partir dessas relações espaciais.

A figura 5 apresenta as principais fases no processo de formação da cidade de Castanhal, onde se podem considerar quatro momentos específicos relacionados ao contexto históricos de formação espacial: o primeiro remete a anteriormente à instalação da Estrada de Ferro; o segundo ao funcionamento da Ferrovia; o terceiro remete-se a substituição do eixo ferroviário pelo rodoviário; e o quarto momento é relativo às inter-relações entre Castanhal e Belém. Os quatros momentos foram propulsores para o processo de estruturação e consolidação da rede urbana de Castanhal, favorecendo um papel importante para cidade dentro da hierarquia urbana regional, consolidando enquanto uma cidade polo dentro da sua região de influência.

Esquema 3 - Organização do processo de formação de Castanhal



As transformações vivenciadas pela cidade de Castanhal podem ser compreendidas por uma lógica que passa a ser estruturada pelo modo capitalista de produção do espaço que exige uma reprodução ampliada da capital, onde a cidade passa a ter a condição para acumulação. Como consequência, a cidade materializa-se como um espaço cheio de implicações, onde a produção do seu núcleo urbano manifesta-se a partir de arranjos profundamente desiguais, apresentando assim, um espaço repartido para atender interesses específicos de determinados agentes de produção.

Esses momentos foram decisivos para a cidade de Castanhal se consolidar enquanto pólo de uma Região Geográfica Imediata (RGI), e conseqüentemente estabelecer e fortalecer relações econômicas, populacionais e comerciais com os municípios que fazem parte de sua zona de influência, como veremos na próxima seção.

### **3.2 Castanhal enquanto pólo de uma Região Geográfica Imediata – RGIC**

Nesse momento, justifica-se uma breve abordagem regional, cuja finalidade não perpassa por discutir o termo região enquanto categoria, mas assim apresentar a cidade de Castanhal a partir de sua rede urbana. Acredita-se que a análise feita por esse prisma de recorte regional, possibilitará a identificação de elementos que nos ajudarão a compreender o acelerado crescimento urbano da cidade, principalmente quando ressaltamos a importância de Castanhal na oferta de comércio e serviço para os municípios que fazem parte de sua zona de influência. Esses elementos são essenciais para a compreensão da dinâmica socioespacial da cidade. Assim sendo, essa revisão de abordagem regional se faz necessário devido ao papel polarizador que a cidade Castanhal exerce mediante os outros municípios que integram sua região.

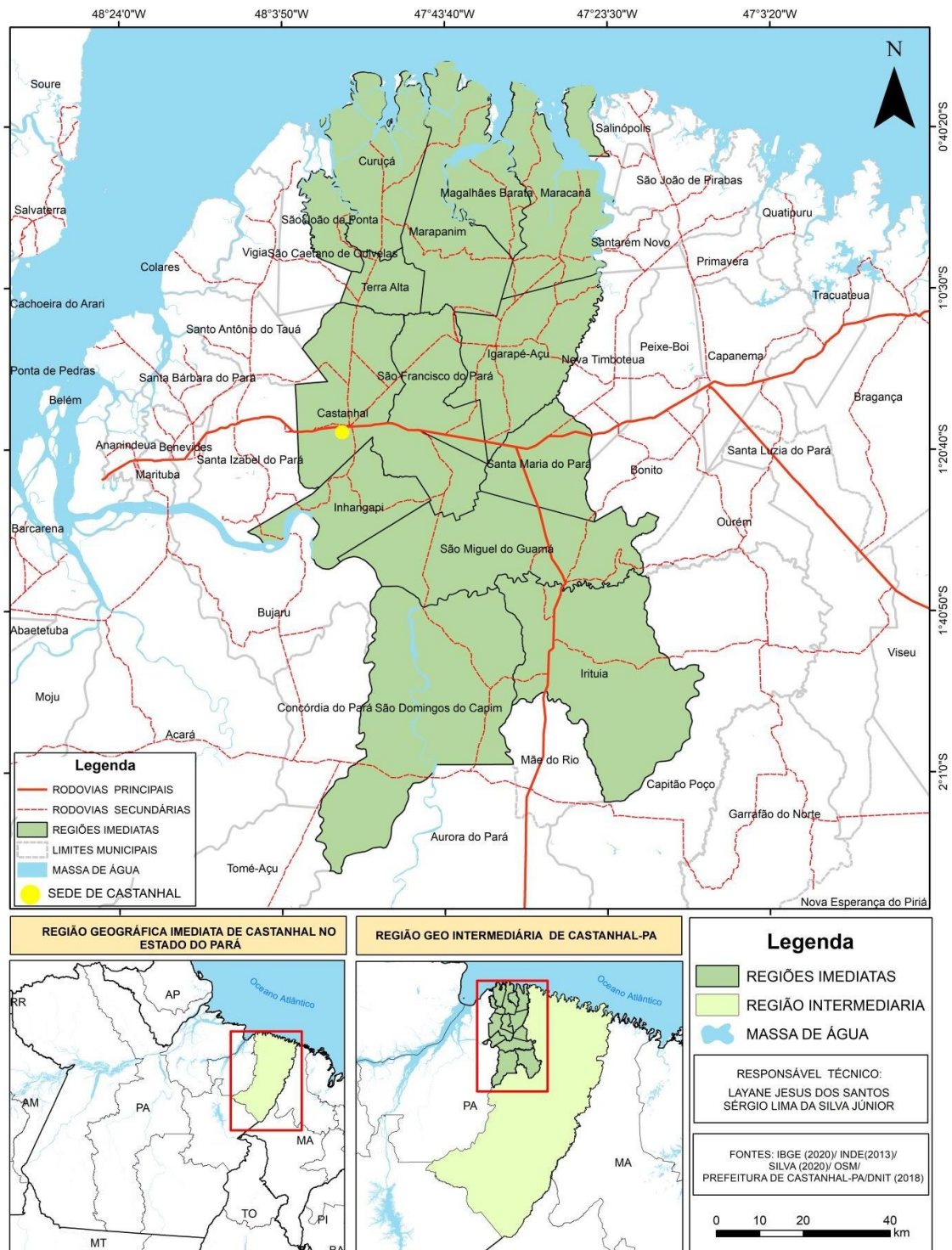
O recorte espacial aqui denominado Região Geográfica Imediata de Castanhal (RGIC) tem como base a recente regionalização oficial do IBGE (2017), onde se estabeleceu para essa classificação concepções regionais a partir de sua rede urbana, estabelecendo assim a identificação de cidades-polo e a relação dos municípios a elas vinculados.

Para o IBGE (2017) a necessidade de atualização dos recortes regionais vem ao encontro do expressivo aumento verificado na diferenciação interna do território

brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, tem-se a definição de um novo quadro regional que se vincula ao intenso processo de ocupação e ampliação dos espaços produtivos, apresentando novos desafios metodológicos à sua construção.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) apresenta-se nesse contexto, um duplo processo de mudança, não só estritamente socioeconômico, mas também de natureza político-administrativa, que alterou a geografia do país, gerando diferenças e desigualdades, que tornaram complexa a leitura de seu território, aumentando assim a demanda por uma nova Divisão Regional do Brasil. É nesse contexto, em um cenário de heterogeneidade do território brasileiro que emerge a urgência de uma nova regionalização, sobretudo, com a finalidade de detalhar o território brasileiro e seus atributos. Sendo assim, a partir desse quadro intencional, apresenta-se a cidade de Castanhal, que nesse cenário de unidade de nova regionalização subestadual, se apresenta segundo IBGE (2017) como uma Região Geográfica Imediata (RGIC), composta por 14 municípios: Castanhal; Curuçá; Igarapé-Açu; Inhangapi; Irituia; Magalhães Barata – Maracanã – Marapanim – São Domingos do Capim – São Francisco do Pará – São João da Ponta – Santa Maria do Pará – São Miguel do Guamá – Terra Alta. (MAPA 01).

**Mapa 3 - Localização de Castanhal dentro da RGIC**  
**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CASTANHAL-PA**



Fonte: IBGE, 2021.

Segundo o IBGE (2017) essa nova proposta de regionalização buscar apresentar elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do país, em especial para analisar de forma estratégica a diversidade regional. A produção

de novos recortes regionais possibilita subsidiar os planejamentos em escalas territoriais desagregadas e, portanto, de maior ligação aos problemas enfrentados pela sociedade. Visto que, é expressivo o aumento analisado na diferenciação interna do espaço territorial brasileiro, resultante das alterações econômicas, demográficas, políticas e ambientais.

Pensar nessa nova proposta de regionalização requer um esforço na construção do conhecimento geográfico esboçado na dinâmica dos processos de transformações recentes e preparados a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas. (IBGE, 2017).

As regiões geográficas imediatas são estruturadas a partir de centros urbanos próximos, para a satisfação das necessidades imediatas da população, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017).

Dessa forma, optou-se analisar a cidade de Castanhal, enquanto Região Geográfica Imediata, cujo entendimento de sua organização e estrutura urbana perpassa pela compreensão do papel desempenhado enquanto uma cidade polo dentro de sua área de influência. Essa recente classificação, reconhecida pelo IBGE a partir de 2017, permitiu pensar o espaço local a partir de suas particularidades, diferenças e desigualdades. Entendendo que é categórico pensar a região, historicamente, como uma articulação espacial por meio dos diferentes agentes sociais que nela estão inseridos.

A cidade de Castanhal tem na origem e crescimento do seu núcleo urbano dois momentos particulares, um momento relacionado à Estrada de Ferro de Belém-Bragança, e o outro relacionado à instalação de rodovias a partir da década de 1960, destacam-se esses acontecimentos para o processo de desenvolvimento do seu núcleo urbano e na constituição de sua centralidade regional.

Segundo Alves (2012) e Miranda (2009) um período muito importante nas mudanças socioespaciais ocorridas na cidade de Castanhal, refere-se a um período de transição de um padrão espacial voltado à cidade-ferrovia-colônia, para o padrão cidade-rodovia-colônia, essa transição contribuiu para o adensamento da malha

urbana da cidade, que conseqüentemente passou a necessitar de novas formas espaciais para suprir as necessidades de novas funções urbanas incorporadas.

Ao analisarmos a expansão e adensamento da malha urbana da cidade de Castanhal, a partir da década de 80, se reforça a importância da disseminação das rodovias nesse processo, visto que essa expansão se deu a partir de eixos bem definidos, onde se observa um crescimento urbano estruturado principalmente a partir das vias de transportes, destacando-se o eixo da BR-316, a sudeste da cidade; o eixo da PA-320, em direção a São Francisco do Pará, a nordeste da malha urbana; e o eixo da Rodovia Transcastanhal, a noroeste. Ressalta-se que entre a década de 80 a 90, a maior densidade da malha urbana da cidade se concentrava nos bairros centrais e/ou de zonas fronteiriças, como Centro, Novas Olinda, Estrela, Caiçara, Lanetama e Pirapora.

Posteriormente, em grande parte a expansão urbana se deu mediante a dilatação da periferia, como consequência da forte migração estimulada pelo papel polarizador que a cidade de Castanhal exerce, ocasionando dessa forma a concentração e expansão urbana nas áreas periféricas, principalmente, em direção ao sudeste do eixo interurbano, como destaque para o bairro do Jaderlândia, originado de uma ocupação em 1985, um dos bairros mais populosos de Castanhal e que apresenta características típicas de uma periferia urbana, concentrando pobreza, violência, precários serviços públicos (RIBEIRO, 2017).

Esse eixo de expansão merece uma análise particular devido ao seu expressivo adensamento urbano e as rupturas que se deram a partir do bairro do Jaderlândia que culminou no surgimento de outros bairros, com o caso de Oscar Reis, Bom Jesus, Heliolândia e Rouxinol. Esse processo de fragmentação contou com a participação dos diversos agentes de produção do espaço, como os agentes socialmente excluídos, o Estado e promotores imobiliários, materializando nessas áreas seus interesses que se desvendavam por meio das desigualdades nesses espaços.

Ribeiro (2015) coloca que na atualidade ocorre um fortalecimento da expansão da cidade e a partir da promoção imobiliária de loteamentos e também por meios de políticas públicas de habitação. Em 2009, destaca-se a participação do Estado com implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), onde esses empreendimentos do programa tem forte impacto na expansão da malha urbana de Castanhal, seguindo os mesmo eixos de expansão já implementados por outros

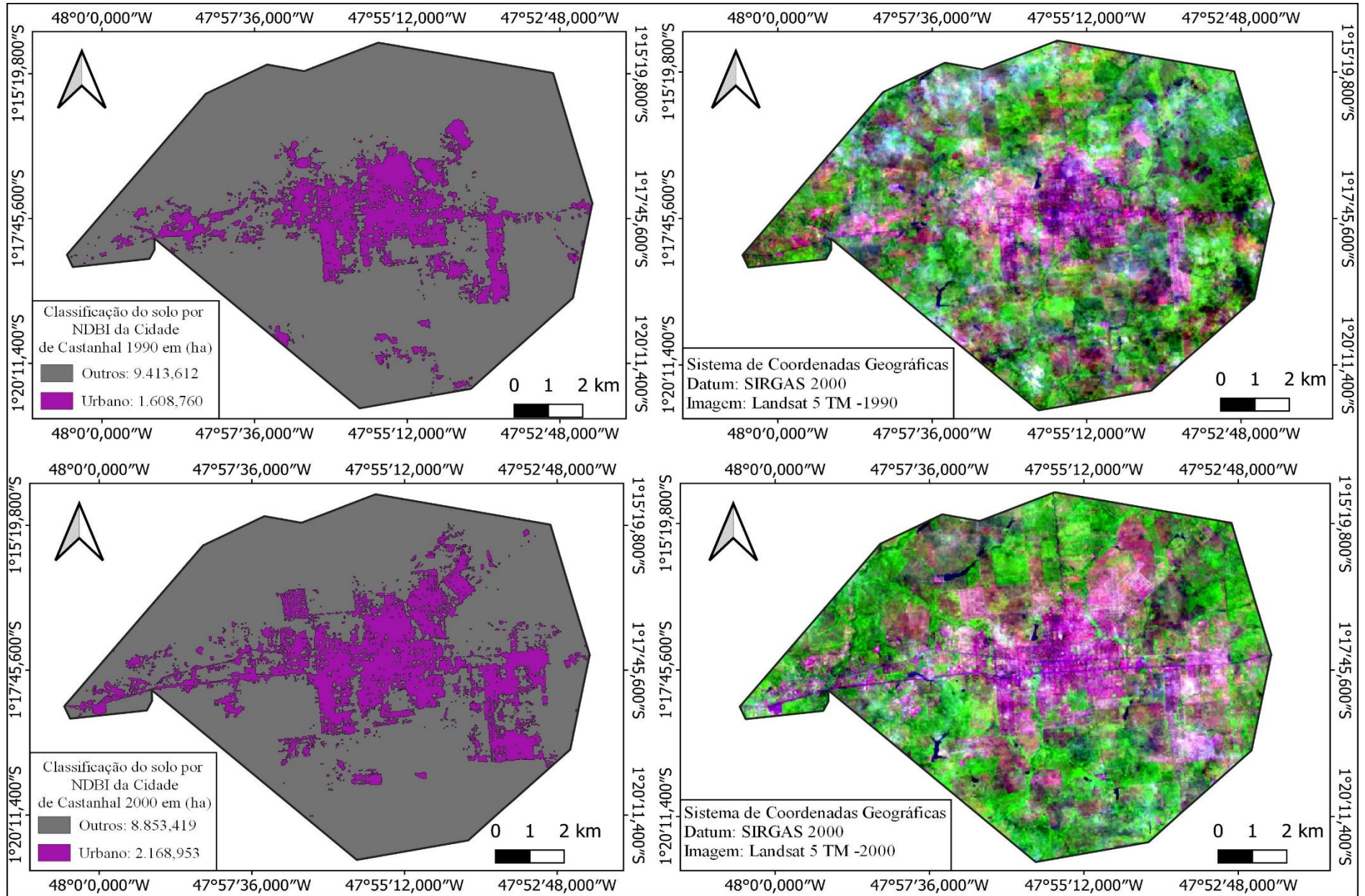
agentes, como o Jardim das Flores, alicerçado em política de habitação conduzida pelo Estado, localizando-se próximo ao bairro Jaderlândia e ao lado da ocupação Heliolândia, tendo como principal via de acesso ao centro da cidade a BR-316 (CARVALHO; SILVA; CARRERA; RIBEIRO, 2019). Nesse eixo também se encontra o Residencial Girassol, caracterizado pelas diretrizes de faixa 1 do PMCMV. A cidade de Castanhal possui posicionamento geográfico estratégico, pelo fato da confluência de rodovias federais e estaduais.

O município é cortado pela BR-316 e também pelas PA-320 e PA-136, assim, se estabelecendo enquanto importante entroncamento rodoviário. Essa condição acabou intensificando o fluxo de pessoas e mercadorias, que contribui para o crescimento urbano e para intensificar as desigualdades nesse espaço. Castanhal configurou-se como umas das cidades mais importantes no âmbito da rede urbana amazônica, segundo Ribeiro (2016) a cidade passou a ser centro econômico e gerador de emprego e renda, unificadora de mercados e receptora dos fluxos migratórios. Essas características tornaram a cidade de Castanhal pólo de atração, condição importante para configurar-se enquanto uma Região Geográfica Imediata.

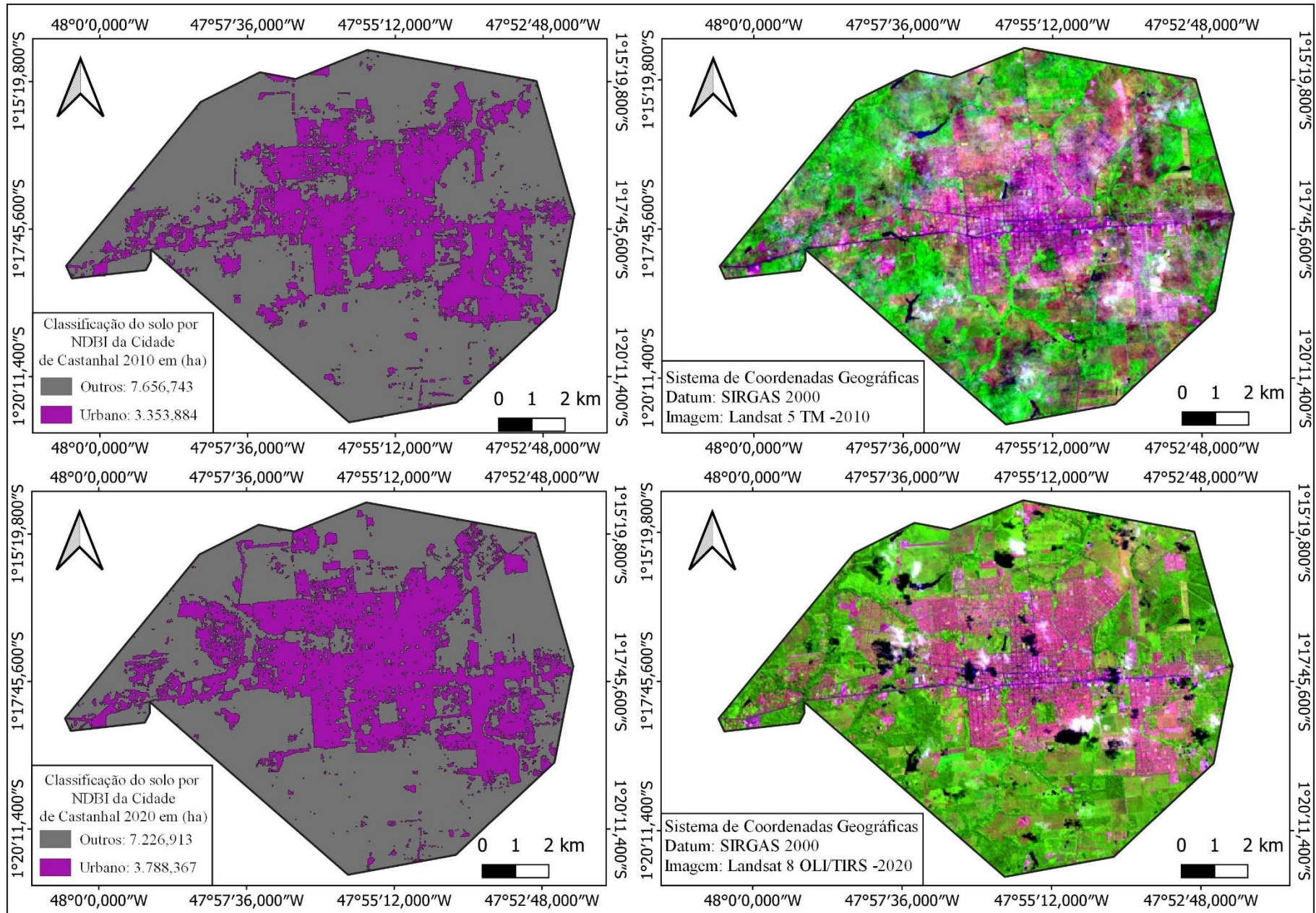
Segundo o IBGE (2021) nas últimas décadas, Castanhal passou por um expressivo crescimento populacional, passando de 65.251 habitantes, em 1980, para 173.149, em 2010, e com um número estimado para o ano de 2021 de 205.667 habitantes. Esse crescimento populacional vem reforçando o expressivo quadro de expansão urbana da cidade que cresce e, paralelamente atrai e concentra diversas atividades e serviços, e também estimula inúmeras implicações desiguais no espaço.

Podemos verificar esse crescimento urbano através da utilização do Normalized Difference Built-Up Index (NDBI) um método eficiente para acompanhar o processo de crescimento urbano nas cidades. Para isso, foram utilizadas imagens orbitais com intervalos de temporal de 10 anos, sendo manipuladas cenas do satélite Landsat-5/TM do ano de 1990, 2000 e 2010, e imagem do satélite Landsat-8/OLI-TIRS do ano de 2020 disponíveis no Google Earth Engine (GEE) que é uma plataforma online que detêm um diretório de imagens de satélites das últimas décadas, atualizadas constantemente, e fornece ferramentas computacionais para análises da superfície terrestre (GORELICK *et al.*, 2017).

Mapa 4 - NDBI da Área Urbana de Castanhal 1990 a 2000



Fonte: Elaboração do próprio autor (2022)



Fonte: Produção do próprio autor (2022)

A partir do método NDBI foi possível sistematizar os dados quantitativos para área de urbana da cidade de Castanhal, nos intervalos descritos, e posteriormente associado aos dados populacionais da cidade, resultando em dados de densidade demográfica urbana. A tabela a seguir organiza os dados da população urbana, área urbana e densidade demográfica, como podemos ver:

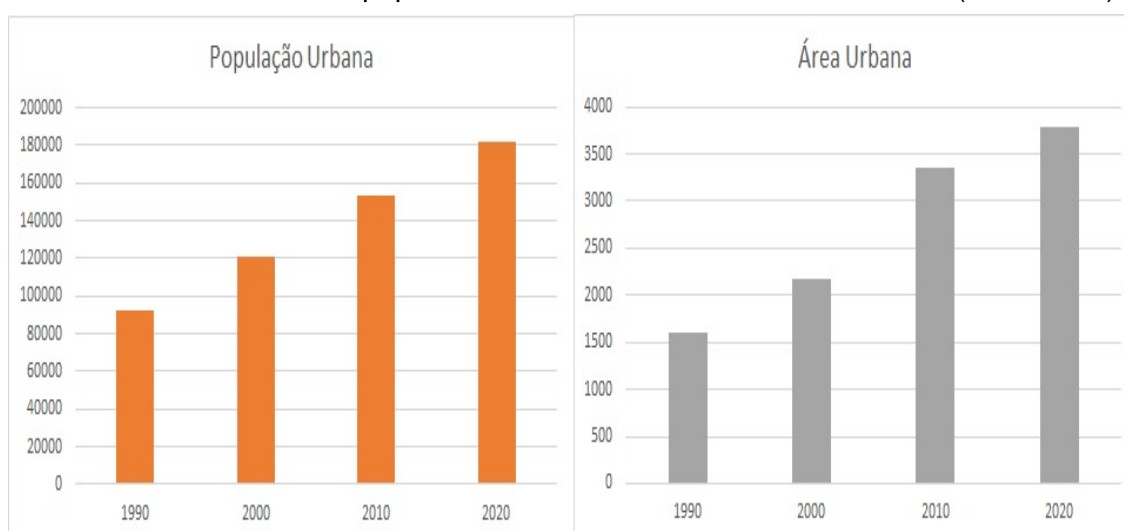
**Tabela 1** - Dados de População, Área e Densidade demográfica urbana em Castanhal.

	1990	2000	2010	2020
<b>População Urbana</b>	92.852	121.249	153.378	182.180* <sup>12</sup>
<b>Área Urbana</b>	16.08	21.68	33.53	37.88
<b>Densidade Demográfica Urbana</b>	<b>5.774</b>	<b>5.592</b>	<b>4.574</b>	<b>4.809</b>

Fonte: IBGE, 2022 & NDBI, 2022.

Podemos verificar que entre o ano de 1990 e 2000, houve um aumento populacional urbano de 30,6 %, acompanhado de um crescimento de 34,8 % da área urbana nesse mesmo período. Entre o período de 2000 a 2010 houve um aumento de 26,5% da população urbana e um crescimento de 54,65% da área urbana nesse mesmo período. Entre o intervalo de 2010 a 2020 houve (aqui se trata de estimativa populacional) um aumento da população urbana em 18,7%, enquanto a área urbana se expandiu em 12,97%. Podemos verificar essa dinâmica de crescimento no gráfico abaixo:

**Gráfico 1** - Crescimento populacional e da área urbana em Castanhal (1990-2020)



Fonte: IBGE, 2022 & NDBI, 2022.

<sup>1</sup> Foi projetado o coeficiente de população urbana obtido no censo de 2010, sobreposta sobre a estimativa populacional de 2020.

Podemos relacionar essa dinâmica de crescimento populacional e expansão urbana com os fatos históricos-geográficos ocorridos nesses períodos, sendo esses propulsores para refletir essa realidade de crescimento demográfico da cidade. Em momento inicial, onde se obteve um crescimento paralelo e quase contínuo da área e população urbana, se deu em um contexto em que houve a substituição do eixo ferroviário pelo rodoviário, e como consequência o aumento do contingente populacional, devido à possibilidade de fluxo estabelecidos a partir desses novos eixos de circulação. Esse momento também permitiu uma melhora na infraestrutura urbana, e assim, dando visibilidade regional para o processo de desenvolvimento da cidade, estimulando fluxos migratórios devido ao atrativo do *slogan* de “Cidade Modelo”, que na medida em que atraía novos habitantes, também aumentava a demanda por moradia e como consequência se expandia a área urbana.

Em um segundo momento, podemos considerar a chegada dos programas de habitação na cidade de Castanhal como motor indutor para o crescimento populacional e expansão da área urbana. Esses programas de habitação necessitam de novos espaços para se matarealizarem, ocasionando assim a expansão da área urbana em maior proporcionalidade. Assim, podemos perceber que em um dado momento, o aumento da área urbana foi bem mais expressivo que o aumento populacional, logo a inserção dessas políticas de habitação no espaço urbano justificaria esse processo.

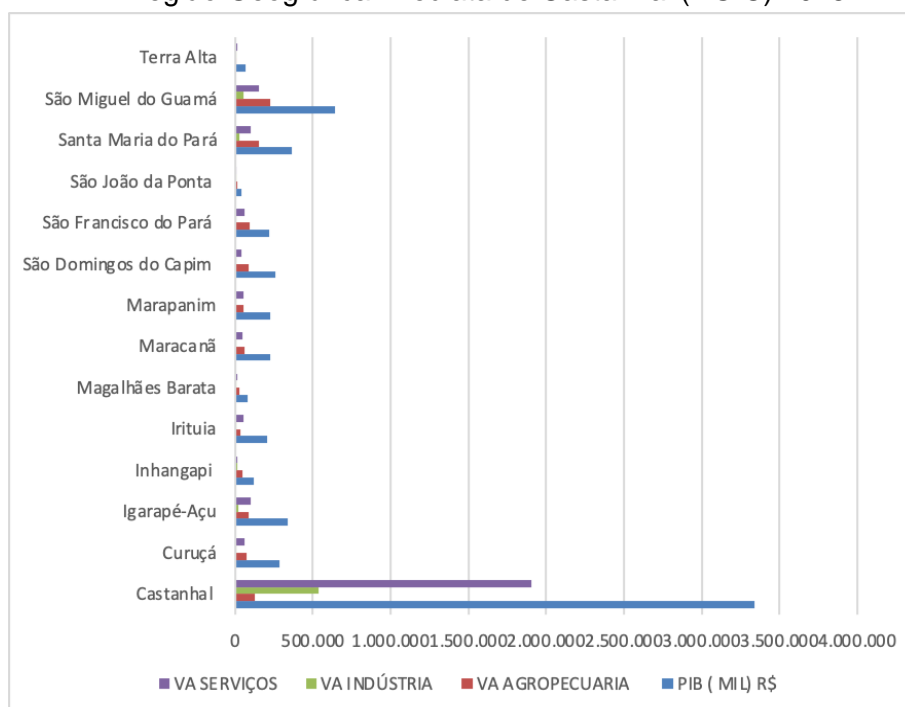
Em um momento mais atual, onde tanto o crescimento populacional e o aumento da área urbana têm se tornado menos expressivo quando comparado aos períodos anteriores, podemos identificar a dispersão das áreas periféricas, ocasionado o surgimento de periferias recentes e também a presença de loteamentos urbanos nessas áreas, onde a população se descentraliza e começa ocupar novas áreas. A dilatação das áreas periféricas e o surgimento desses loteamentos contribuem para a expansão da área urbana e o aumento populacional da cidade. Em Castanhal podemos identificar essas áreas periféricas recentes, como o caso do Milênio, localizado a Oeste do bairro do Pantanal, Caiçara II, Sonho Dourado, localizado no sentido sul do bairro do Cariri, Caveirão, localizado ao Norte do bairro Santa Catarina, Vale do Sol, no sentido Noroeste do bairro Cristo Redentor e a Pedreira entre o Imperador e Imperador II, entre outros.

É possível identificar também um número expressivo de loteamentos em áreas periféricas, como por exemplo, o loteamento Agroindustrial Meire e Braga, localizado no bairro do Heliolândia, loteamento Jardim da Felicidade, no bairro da Santa Lídia, loteamento Paraíso, no bairro Saudade II, Loteamento Osasco I, II e III, localizado ao sul do bairro do Estrela, Loteamento Estrela Real, localizado no bairro do Novo Estrela e o loteamento Transcastanhal, localizado entre Fonte Boa e o Novo Estrela. Esses elementos do processo de (re)produção do espaço urbano refletem diretamente na expansão urbana e na composição populacional da cidade, sendo possível identificar a conjuntura socioespacial a partir da inserção desses agentes no processo de produção do espaço urbano.

Ribeiro e Miranda Neto (2021) ressaltam que a composição populacional reflete na concentração das atividades urbanas, especialmente comércio e serviços, mas também de indústrias em Castanhal. Nesse sentido, as características da área de influência acabam definindo o perfil do comércio e dos serviços oferecidos por Castanhal, visto que não haveria necessidade de concentrar tantos serviços se a demanda fosse apenas para seu próprio município.

Como se observa no gráfico 02, em relação ao setor econômico, a cidade de Castanhal possui o maior PIB dentre as cidades que compõem a Região Geográfica Imediata de Castanhal. Destaca-se principalmente o comércio e serviços oferecidos pela cidade, que no ano de 2018 totalizou R \$1.905.634 correspondente a mais de 57% do PIB municipal. Expressando dessa forma o papel que município exerce enquanto cidade-pólo dentro da região. Nesse contexto, se evidencia as interações das cidades que compõem a Região Geográfica Imediata de Castanhal, sobretudo, pela necessidade de busca por serviços que não são ofertados em seus municípios de origem, intensificando o fluxo contínuo em direção à Castanhal.

**Gráfico 2 - Composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Castanhal (RGIC) 2018.**



**Fonte:** FAPESPA, 2021.

A produção industrial é o segundo setor econômico mais importante do município de Castanhal, e o primeiro da sua área imediata, totalizando em 2018, R \$539.879, correspondente a 76% de toda sua área de influência. Em relação à agropecuária, segundo setor econômico de maior importância entre os municípios que compõem a RGIC, a papel do município de Castanhal é mais reduzido, se expressa enquanto o terceiro município com maior PIB dentro da região de influência.

A agropecuária se mostra enquanto o principal setor produtivo da maior parte dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Castanhal, mas não exerce maior influência dentro da região, por conta da força do comércio e dos serviços polarizados em Castanhal. Para Ribeiro e Miranda Neto (2021), o expressivo conteúdo rural de serviços voltados para o campo em Castanhal, resulta dessa necessidade de atender a esses municípios.

A tabela 2 representa a evolução da população urbana, rural e total de Castanhal e dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Castanhal (RGIC) entre 1970 a 2010. Podemos destacar na Tabela 1 a predominância da cidade de Castanhal frente os demais municípios que compõem a sua região de influência, somando aproximadamente 54% da população urbana da RGIC em 2010. Em relação à taxa de urbanização de toda a RGIC, entre 1991 a 2000 é de 57,6%, enquanto de 2000 a 2010 é igual a 59,3%. Nessa análise, a cidade de Castanhal

possui a maior taxa de urbanização dentre os municípios de influência, correspondendo em 2010 a um valor de 88,6%, caracterizando assim a eminência urbana do município.

**Tabela 2 - Castanhal. População da Região Geográfica Imediata de Castanhal 1970 a 2010**

<b>Município</b>	<b>Domicílio</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Castanhal	Urbano	25.667	53.317	92.852	121.249	153.378
	Rural	12.243	11.929	9.219	13.247	19.771
	Total	37.910	65.246	102.071	134.496	173.149
Curuçá	Urbano	8.423	9.622	9.995	9.422	12.174
	Rural	14.114	14.781	15.781	16.738	22.120
	Total	22.537	24.403	25.776	26.160	34.294
Igarapé-Açu	Urbano	5.432	9.520	12.610	19.489	21.207
	Rural	10.534	13.485	14.697	12.911	14.680
	Total	15.966	23.005	27.307	32.400	35.887
Inhangapi	Urbano	411	615	1.614	2.036	2.771
	Rural	6.199	6.718	5.054	5.645	7.266
	Total	6.610	7.333	6.668	7.681	10.037
Irituia	Urbano	1.387	2.096	4.024	5.826	6.524
	Rural	32.006	42.868	27.086	25.926	24.840
	Total	33.393	44.964	31.110	31.752	31.364
Magalhães Barata	Urbano	2.115	2.598	3.323	4.183	3.795
	Rural	2.943	3.398	4.008	3.510	4.320
	Total	5.058	5.996	7.331	7.693	8.115
Maracanã	Urbano	6.744	8.673	9.652	11.712	11.656
	Rural	11.345	12.443	15.923	15.859	16.720
	Total	18.089	21.116	25.575	27.571	28.376
Marapanim	Urbano	6.127	7.089	7.712	9.490	11.704
	Rural	10.795	10.632	12.375	15.228	14.901
	Total	16.922	17.721	20.087	24.718	26.605
São Domingos do Capim	Urbano	691	13.167	3.956	5.877	6.589
	Rural	29.095	50.381	38.570	21.528	23.257
	Total	29.786	63.548	42.526	27.405	29.846
São Francisco do Pará	Urbano	1.458	2.778	4.030	4.907	5.113
	Rural	5.369	7.744	7.589	9.338	9.947
	Total	6.827	10.522	11.619	14.245	15.060
São João da Ponta	Urbano				1.163	1.031
	Rural				2.872	4.234
	Total				4.035	5.265
Santa Maria do Pará	Urbano	3.088	5.255	9.117	11.709	13.328

**Fonte:** IBGE, 2010; Elaboração: SILVA JUNIOR, 2021.

Os dados apresentados mostram a importância de Castanhal dentro de sua região de influência, enfatizando sua supremacia, do ponto de vista econômica e

demográfica. A cidade de Castanhal se apresenta enquanto uma cidade predominantemente urbana, onde suas relações se dão, principalmente a partir dessas demandas urbanas.

Essas demandas se estabelecem, a partir dos diferentes agentes sociais, e projetam no espaço urbano diferentes interesses, que paralelamente fragmenta e articula o espaço urbano. Esses interesses forjam e materializam inúmeras desigualdades no espaço, que fica visível nas inúmeras contradições espaciais, assim como a violência urbana.

### **3.3 Caracterização da estrutura urbana da cidade de Castanhal**

Nessa seção iremos analisar a caracterização do espaço urbano da cidade de Castanhal e suas transformações, entendendo que essas transformações são resultados dialéticos de fatores políticos, culturais e econômicos que em conjunto se manifestam através dos padrões imobiliários, intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e manipulação dos mercados de terra. (CORRÊA, 1989; CRUZ 2019; GOTTDIENER, 2010).

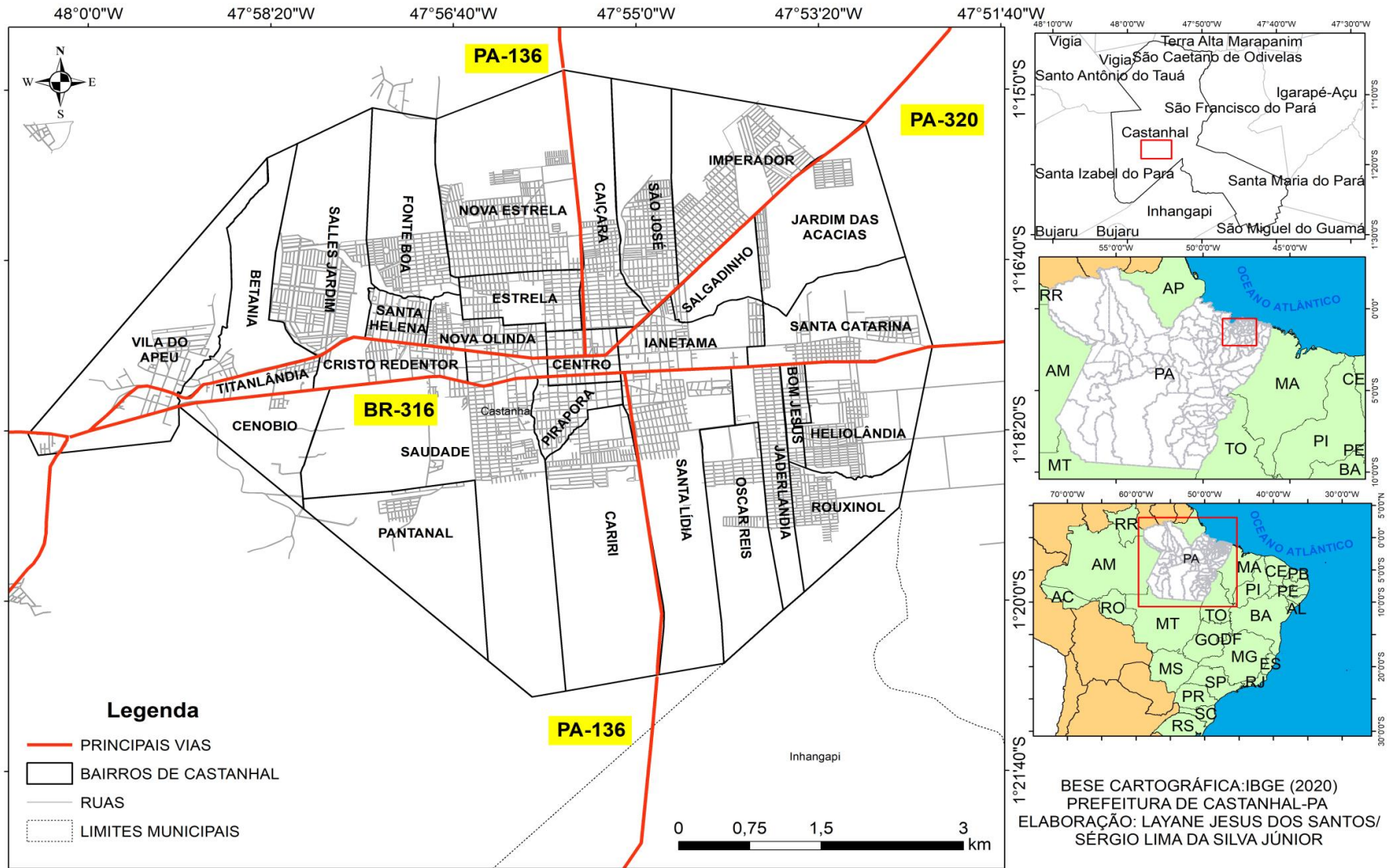
Ao estudarmos sobre as transformações na estrutura urbana de Castanhal nas últimas décadas, evidencia-se que essas mudanças e rupturas no espaço se materializam enquanto um produto direto das articulações de agentes específicos de produção, onde as manifestações dos seus interesses se projetam no espaço urbano. Segundo a Lei Municipal N° 029/2019 de 18 de outubro de 2019 que dispõe sobre a criação, denominação e delimitação dos bairros do município de Castanhal, os bairros que integram o território da cidade, são:

I- Betânia;	IX – Fonte Boa
II - Bom Jesus;	X – Heliolândia
III – Caiçara;	XI – lanetama
IV – Cariri;	XII – Imperador
V – Cenóbio;	XII – Jaderlândia
VI – Centro;	XIV – Jardim das Acácias
VII – Cristo Redentor;	XV – Novo Olinda
VIII- Estrela	XVI – Novo Estrela

XVII- Oscar Reis	XXIII- Santa Catarina
XVIII – Pantanal	XXIV – Santa Helena
XIX – Pirapora	XXV – Santa Lídia
XX – Rouxinol	XXVI – São José
XXI – Salgadinho	XXVIII – Saudade
XXII – Sales Jardim	XXVIII- Titalândia

Os limites dos bairros seguem os critérios de percurso dos logradouros sempre para direita, formados por coordenadas geográficas e recursos naturais existentes no município. Para visualização da distribuição espacial dos bairros, apresenta-se a representação a seguir:

**Mapa 6 - Distribuição espacial dos bairros da cidade de Castanhal**  
**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BAIRROS DE CASTANHAL-PA**



Fonte: IBGE, 2021; Elaboração: SILVA JUNIOR, 2021.

Nos anos de 1990 a área urbana da cidade Castanhal apresentava doze bairros, hoje após 31 anos a cidade se projeta com um total de vinte e oito bairros, oficialmente reconhecidos pela Lei Municipal N° 029/2019. O crescimento da cidade Castanhal ao longo das últimas décadas acontece, principalmente, a partir do adensamento e expansão da sua malha urbana. Pode-se afirmar que a expansão da cidade de Castanhal, seguiu um padrão de crescimento a partir da ocupação dos espaços periféricos da cidade.

No que se trata a sua estrutura urbana de Castanhal, alguns autores em estudos recentes, como Ribeiro e Miranda Neto (2021) e Cruz (2018), buscaram caracterizar a estrutura urbana de Castanhal e a definindo como relativamente simples, onde se identifica apenas uma área central bem definida, que serve de referência, pela concentração do comércio e serviços, tanto para a população residente do município, quanto para as pequenas cidades que compõe sua área de influência. (RIBEIRO; MIRANDA NETO, 2021). Nessa área também estão localizados o prédio da gestão municipal de Castanhal, agências bancárias, redes e comércios varejistas e atacadista, instituições como SENAI e SENAC, entre outros.

**Figura 2 - Área Central: Perspectiva comercial da Avenida Barão do Rio Branco**



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022)

Na figura 2 é possível compreender a economia popular a medida que os guardadores de veículos se posicionam nas vias estruturantes do município, bem como o comércio (regular ou não) que se posiciona nestas a partir das atividades do comércio varejista de pequeno e médio porte; gerando ainda, o mercado de compra e aluguel de imóveis aos promotores imobiliários.

**Figura 3** - Área Central - Presença de Equipamentos Urbanos – Agência bancária Federal.



**Figura 4** - Área Central - Presença de Equipamentos Urbanos – Agência bancária Federal.



**Figura 5** – Área Central – Presença de Equipamentos Urbanos – Prefeitura Municipal e Secretaria de Finanças.



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

A presença desses elementos comerciais e institucionais, nessa faixa principal de circulação de Castanhal, reforça a importância de cidade dentro de sua região de

influência, o que a caracteriza enquanto uma cidade imediata, justamente por disponibilizar essa variedade de serviços que atendem a população da cidade e dos outros municípios que demandam diariamente por esses serviços ofertados. Essa relação se reflete no PIB, onde esse setor é mais importante de cidade e a da RGIC.

Essa dinâmica de circulação comercial, concentrada principalmente na Avenida Barão do Rio Branco, ocorre principalmente no período diurno, das oito da manhã às dezoito horas da tarde, período mais intenso de fluxo, visto que é nesse período que há disponibilidade de mobilidade urbana intermunicipal. A população não residente do município de Castanhal depende dos serviços privados, principalmente de associações de vans, táxi lotação, entre outros, para sua locomoção. Os pontos de embarque e desembarque estão distribuídos estrategicamente, em torno da área central da cidade, de acordo com as vias de acesso, nesse momento se reforça a importância das rodovias para a dinâmica da cidade.

**Figura 6** - Parada das Vans: T. Alta, Curuça – Abade, Marapanim e Marudá.



**Figura 7** - Parada das Vans: Castanhal-São Francisco – Igarapé-Açu e Maracanã.



**Figura 8 -** Terminal Rodoviário de Castanhal.



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

Outro eixo importante de circulação da cidade é a Avenida Presidente Vargas (BR-316), onde se encontra outros tipos de serviços, como, lojas de autopeças, serviços que atendam as demandas do campo, como as agrolojas e empreendimentos de autosserviço, que atendem particularmente ao público da metrópole de Belém em viagem para o litoral.

**Figura 9 -** Av: Presidente Vargas (BR - 316). Faixa contínua de serviços de autopeças.



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

No que se refere aos serviços destinados às atividades realizadas no campo, Amaral et al. (2016) ressalta a importância que a cidade de Castanhal exerce na oferta

de tecnologias e serviços para as atividades agrícolas. As conexões realizadas pelas feiras, empresas de abastecimento e pelas agrolojas, evidenciam a polarização que a cidade exerce em relação aos serviços de tecnologias, ferramentas e as diversas demandas para as atividades no campo dos municípios que pertencem a sua região geográfica.

**Figura 10** - Área Central - Av: Presidente Vargas (BR-316). Presenças das Agrolojas.



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

Destaca-se também, ao considerar a dinâmica e estrutura urbana da cidade de Castanhal, a importância da atividade industrial. Nos últimos anos, a cidade de Castanhal passou por um processo de expansão no setor secundário. O Plano Diretor Participativo de Castanhal destaca que esse crescimento do setor está relacionado ao processo de integração produtiva entre os setores primário e secundário, que propiciou um link entre eles gerando assim, a sinergia necessária para a expansão da indústria na cidade.

Ainda segundo o Plano diretor participativo o Parque Industrial da Cidade de Castanhal é composto por estabelecimentos que executam atividades de

transformação, beneficiamento e montagem de produtos de consumo. As indústrias localizam-se em área de fácil acesso e com razoável estrutura de apoio. Alguns estabelecimentos estão localizados ao longo da rodovia BR 316 em meio à malha urbana.

A atividade industrial concentra-se ao longo da Avenida Presidente Vargas, devido à grande importância do eixo rodoviário para o desenvolvimento da atividade, bem como para fins de escoamento da produção, de acesso à matéria-prima e de facilidade de acesso ao mercado consumidor (CRUZ, 2018; DUARTE, 2013). Essa atividade econômica se tornou de grande importância para a dinâmica urbana da cidade, considerando a sua potência econômica e também suas implicações socioespaciais projetadas no espaço urbano.

**Figura 11** - Área Industrial da Hileia no perímetro da BR-316



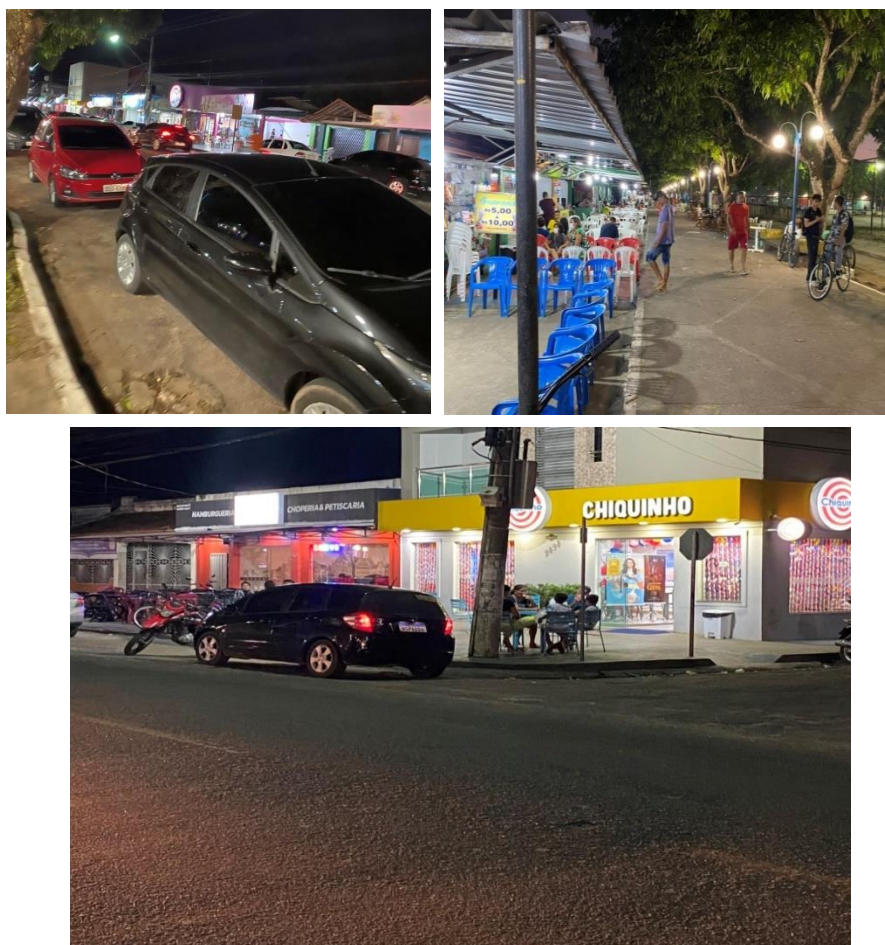
**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

Esses elementos presentes na estrutura urbana de Castanhal atuam enquanto propulsor para a dinâmica social da cidade, visto que essas atividades também atraem fluxos migratórios para a área urbana. Geralmente são habitantes de municípios vizinhos que se deslocam em busca de trabalho, e ao chegar à cidade não podendo pagar pelos espaços mais estruturados, buscam na periferia sua opção de moradia, e

muitas das vezes esses espaços não oferecem condições básicas de infraestrutura urbana.

Cabe destacar em Castanhal a oferta de serviços de empresas multinacionais e nacionais, com franquias de lojas de fast foods, de vestuário e de perfumaria. No bairro do Estrela e no Centro, podemos encontrar a oferta de diversos serviços gastronômicos. O bairro do Estrela destaca-se, principalmente, pela oferta de serviços alimentícios, onde se encontram as lojas de fast foods e lanchonetes, sobretudo no entorno da Praça do Estrela, na Avenida Maximino Porpino, na Alameda Tiradentes e na Travessa Quintino Bocaiúva. Essa expansão e concentração de atividades que tendem a se instalar no bairro Estrela se dão principalmente, por conta da concentração de pessoas e famílias com considerável poder aquisitivo.

**Figura 12** - Área Central: Perspectiva da dinâmica no entorno da Praça do Estrela



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

Nos bairros mais distantes do centro estão localizados todos os empreendimentos residenciais destinados para famílias de baixa renda, como o caso

de Fonte Boa e Novo Estrela, onde estão localizados respectivamente os programas do Jardim Tangarás, Parque dos Castanhais e Parque dos Buritis. Indo no sentido nordeste da cidade, encontra-se o Residencial Japiim, localizado no Jardim das Acácias e no sentido sudeste destacam-se o Jardim das Flores e o Residencial Girassol, localizados respectivamente nos bairros do Heliolândia e Rouxinol.

**Figura 13** - Residencial Jardim dos Ipês.



**Figura 14** - Conjunto Habitacional Parque dos Buritis



**Figura 15** - Conjunto Parque Dos Castanhais



**Figura 16** – Residencial Japiim



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

Esses programas tendem a ser destinados para as famílias de baixa renda, logo se localizam nas áreas periféricas da cidade, visto que os habitantes dessas unidades não competem à escolha de localização de construção, na medida em que essa condição é feita pelo Estado. Geralmente, o entorno dessas unidades são áreas insalubres, que muitas das vezes são desprovidas de condições básicas de

saneamento, características que contribuem para que essas áreas sejam marcadas pelas injustiças sociais como a criminalidade urbana.

O setor imobiliário atua de forma desigual no espaço urbano da cidade, nota-se esse processo desigual na medida em que entendemos que a dinâmica dos empreendimentos que atendem demandas sociais de maior poder aquisitivo se diferencia, sobretudo, quando esse público pode escolher a localização e estrutura do imóvel que mais lhe agradam. Fica evidente, que atuação desses agentes específicos de produção do espaço, promove as localizações hierárquicas e distribuição desigual desses empreendimentos construídos na cidade de Castanhal.

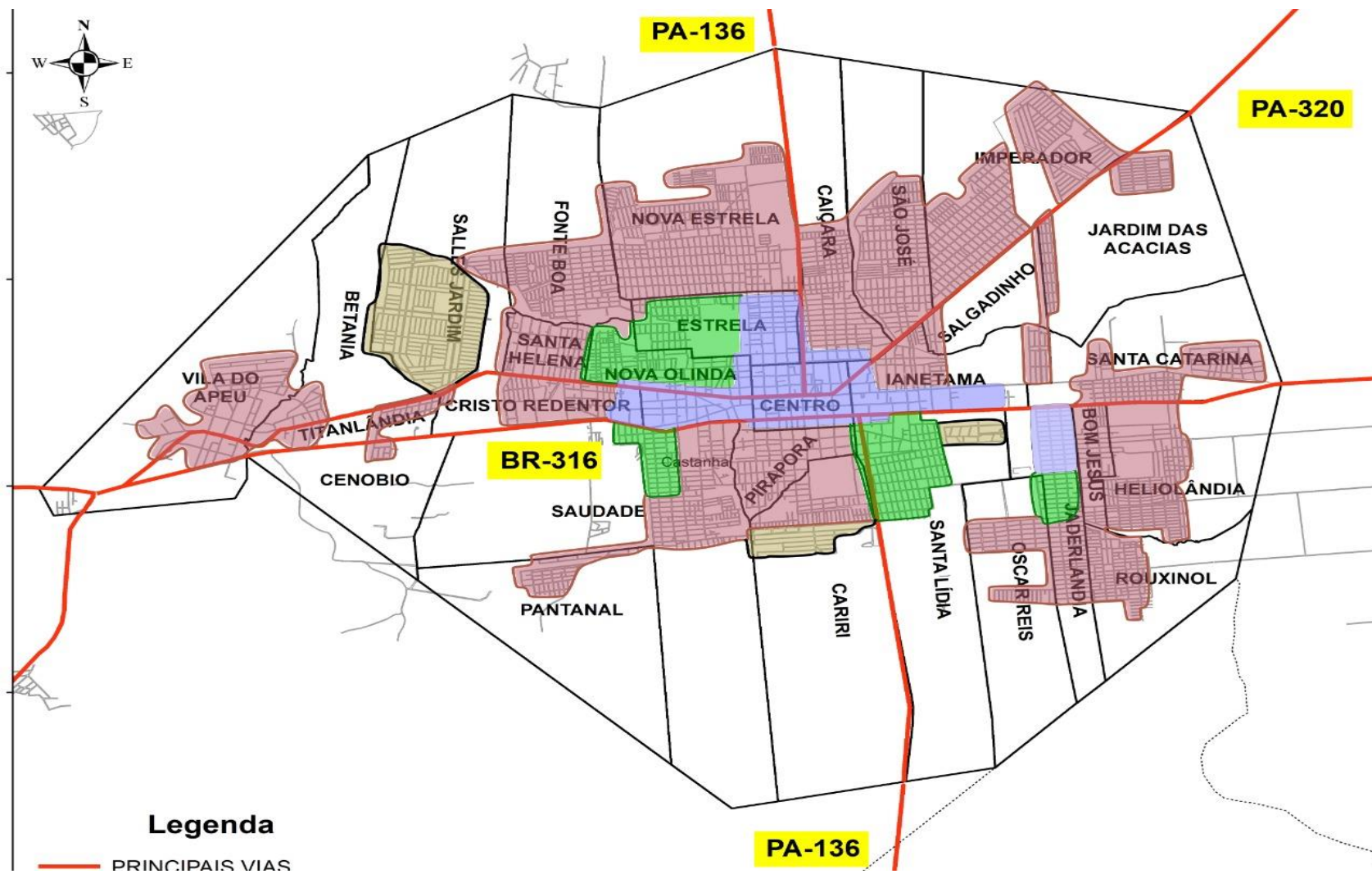
Mediante aos conhecimentos espaciais acerca de área urbana de Castanhal, e alinhada à proposta metodológica de estudo de Reis e Bernardes (2017) os espaços urbanos da pesquisa podem, assim, ser descritos da seguinte forma:

- a) **Área Central** – Espaço Urbano que possui toda uma rede de infraestrutura indispensável à vida moderna, destacando-se pela sua verticalização e concentração das principais atividades comerciais, de serviço, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e interurbanos (REIS E BERNARDES, 2017 apud GARCIA & RIBEIRO FILHO, 2012; SANTANA, 2014).
- b) **Área Periférica** – Constitui-se como a área mais afastada, em torno do núcleo central, tendo como principais características as residências populares e de classe média baixa, com a presença de cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas (REIS & BERNARDES, 2017 apud COUTO, 2012). Nessas áreas são nítidas as manifestações de pobreza, sendo comum a precariedade de serviços essenciais, como unidade de saúde, estabelecimentos de ensino, rede de esgoto, ausência de pavimentação entre outros. A produção desigual e excludente das cidades fez com que esses espaços distintos fossem criados, agregando aqueles com poder aquisitivo próximo, e os colocando em áreas mais estruturadas e centrais, enquanto aquele com menor poder aquisitivo é realocado para as áreas mais afastadas (periféricas) destes centros.
- c) **Área de transição** – Espaços próximos da Área Central apresentam

também área de decisões onde se localizam as sedes de escritório em sua região de influência. As áreas de transição constituem-se uma faixa onde se consegue identificar a redução de infraestrutura urbana em direção às suas periferias, o que resulta de uma expansão urbana desordenada. Esses espaços, em algum momento do processo de urbanização da cidade se encontraram em condições periféricas, todavia com o aumento populacional e a crescente de demanda por domicílios, parte desse grupo social que vivia nas áreas centrais e não conseguiu acompanhar o padrão econômico para habitar nessas áreas se deslocou (REIS; BERNARDES, 2017).

Para melhor visualizar essa categorização do espaço urbano de Castanhal, foi classificada a representação a seguir, onde se associou cores para identificar as áreas descritas acima, levando em consideração a presença e/ou ausência, em maior ou menor grau, de equipamentos urbanos, serviços públicos e privados e a presença e/ou ausência efetiva do Estado.

Figura 17 - Categorização do Espaço Urbano de Castanhal.



Fonte: Produção do próprio autor (2022).

As áreas associadas à cor roxa seriam as áreas com maior presença de equipamentos urbanos, uma infraestrutura mais moderna, a presença de equipamentos públicos e privados, onde se concentram os terminais de transporte público e privados, e onde se localiza área comercial da cidade, como se ilustrou nas fotos apresentadas inicialmente nesta seção. Cabe destacar que uma área associada a essa cor, localizada no bairro do Jaderlândia, rua inicial, atende aos critérios dessa designação de centralidade, devido à concentração de comércio e serviços, tendo a presença de equipamentos urbanos, constituindo-se enquanto uma área de subcentralidade importante frente os bairros desse eixo, como podemos verificar nas fotos abaixo:

**Figura 18** – Auto posto na área de subcentralidade do Jaderlândia.



**Figura 19**– Perspectiva da Av: DR: Adailson da Silva Rodrigues, principal via de acesso do Jaderlândia (subcentralidade).



**Figura 20** - Subprefeitura do Jaderlândia



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022)

As áreas associadas à cor verde destacam-se por serem consideradas áreas de transição, localizam-se em zonas próximas às áreas centrais. Nessas áreas ainda podemos verificar a presença de equipamentos urbanos, infraestrutura expressiva, oferta de serviços, mas na medida em que se afastam das áreas centrais e se aproxima da periferia, a presença dos equipamentos urbanos se tornam menos expressiva, assim como as ofertas de serviços e a infraestrutura. A caracterização das áreas de transição em Castanhal se molda com a presença, ainda que em menor grau, de infraestrutura urbana na presença do Estado. Como podemos ver nas figuras a seguir:

**Figura 21** - Secretaria Mun. de Educação, localizada no Nova Olinda, área de transição.



**Figura 22** - Perspectiva da via principal do bairro Santa Lídia, área de transição.



**Figura 23** – Perspectiva da área comercial da Av: Altamira, área de transição.



Fonte: Produção do próprio autor (2022)

As áreas associadas às cores lilás, ditas como periféricas, revelam um nível muito baixo ou quase inexistente de infraestrutura, assim como a ausência do Estado. Os serviços públicos não atendem a demanda da população local, não há cumprimento da cidadania, e não há um cumprimento efetivo da lei, e quando existe, é em desfavor da população pobre que reside nessas áreas (REIS; BERNARDES, 2017). Por essas características, essas áreas são marcadas pela desordem social e espacial, e que por muitas vezes, acabam se tornando reduto da criminalidade e violência urbana. As figuras abaixo ilustram as condições precárias vivenciadas nas áreas de caracterização periférica, bem como a presença de elementos relacionados à violência urbana, como mensagens codificadas dos agentes envolvidos na criminalidade urbana.

**Figura 24** – Mensagem escrita “Proibido roubar” em muros no bairro Santa Catarina.



**Figura 25** - Caracterização do espaço precário no bairro Heliolândia.



**Figura 26** – Mensagem de demarcação territorial de associações criminosas no Jardim Modelo.



Compreende-se assim, que a estrutura urbana de Castanhal apresenta elementos importantes para analisar a conjuntura social do espaço urbano da cidade, assim como, entender as implicações de arranjos negativos que se projetam no espaço a partir desses elementos, e assim estreitar relações com as desigualdades socioespaciais e a violência urbana que se espraiam na cidade.

## **CAPÍTULO 04 - VIOLÊNCIA URBANA E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CASTANHAL**

Nesse momento, retomamos as concepções teóricas apresentadas por Beato Filho (2012), onde enfatiza que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados à desorganização urbana, uma vez que nesses espaços ocorre um processo de deterioração do mecanismo de controle. As formas de ocupação formal e informal desses espaços são determinantes nas suas configurações e, por extensão, no desenvolvimento de mecanismo de controle social ou da ausência deles nesses territórios (BEATO FILHO, 2012; LIRA; MONTEIRO, 2017). Em partes, tal correlação pode ser explicada pelos fatores que influenciam a violência urbana. A violência revela-se imbricada a fatores da desordem urbana, ao ponto de permitir diferenciar o que se chama de violência urbana (LIRA; MONTEIRO, 2017).

Para compreendermos como essa lógica se apresenta na cidade de Castanhal, partiremos para análise de recortes espaciais que apresentam particularidades expressivas no que diz respeito aos dados de violência urbana e indicadores sociais. Assim, buscaremos identificar, de maneira provisória, as afinidades eletivas entre os dados de homicídios e a desigualdade socioespacial. Pretende-se demonstrar por meio dos dados cartografados dos homicídios os bairros onde há uma inscrição espacial diferenciada do fenômeno.

Importante entender que não é de pretensão, nem de natureza metodológica usar os dados apresentados como determinantes para explicar de forma definitiva as causas da violência urbana nessas áreas. Aqui levo em consideração os dados enquanto condicionantes da manifestação da violência, entendo que esses desvendam uma correlação estreita entre a violência social e os espaços marcados pelo crime.

Esses espaços fazem parte do conjunto, da totalidade, não são espaços de outro mundo, portanto não devem ser vistos e dados como espaços excluídos ou reforçar estereótipos sobre a população que nele vive. Lira *et al* (2006) afirma que a abolição do outro para um espaço excluído é uma tentativa de ocultação da realidade da nossa sociedade, onde se busca uma reafirmação dada a violência – como uma imagem unificada, querendo inventar um lugar da

violência. Desse modo, é necessário estudar com prudência a correlação entre os fatores que influenciam a violência urbana, e partindo do pressuposto de que a violência da frase urbana é estruturante da sociedade e que os fragmentos espaciais são religados material e simbolicamente por diversas redes (ZANOTELLI *et al.*, 2006).

Antes de entrarmos em discussão dos fatores que condicionam a violência urbana na cidade de Castanhal, buscamos aqui a caracterização da área de intensificação de pesquisa, o setor Sudeste da cidade, para a interpretação de sua forma de produção e apropriação do espaço. A definição e organização da estrutura urbana da cidade de Castanhal perpassam pela compreensão do papel desempenhado enquanto cidade-polo de uma zona geográfica de influência. Essa classificação permitiu pensar o espaço geográfico local a partir de suas particularidades, diferenças e desigualdades. Concebemos que seja categórico pensar o *lócus* de estudo, historicamente, como uma articulação espacial por meio dos diferentes agentes sociais que nela estão inseridos.

Os acontecimentos histórico-geográficos presenciados pela cidade de Castanhal foram fundamentais para a consolidação da sua centralidade regional. As transições desses fatos contribuíram para o adensamento da malha urbana da cidade que, conseqüentemente, passou a gerar novos arranjos espaciais, e paralelamente novas demandas urbanas para suprir as necessidades de novas formas e funções urbanas incorporadas.

Ao nos atentarmos para expansão e adensamento da malha urbana da cidade de Castanhal, pontualmente a partir da década de 1980, reafirmamos que a importância das rodovias se acentuou nesse processo, visto que essa expansão se deu a partir de eixos bem definidos, marcado pelo crescimento urbano estruturado, principalmente a partir das vias de transportes, tendo como eixo corredor a BR-316, a sudeste da cidade; o eixo da PA-320, em direção a São Francisco do Pará, a nordeste da malha urbana; e o eixo da Rodovia Transcastanhal, a noroeste (ALVES, 2012).

Até os anos de 1990, a cidade de Castanhal tem uma maior densidade da malha urbana nas áreas centrais e zonas fronteiriças. A partir desse período, se observa mudanças profundas, como resultado de um processo de

reestruturação da rede urbana, da produção do espaço urbano e da inserção da cidade em contextos de dinâmicas globais.

Posteriormente, em grande parte a expansão urbana da cidade de Castanhal, deu-se mediante a esse processo de expansão das áreas periféricas, como consequência da forte migração, estimulada pelo papel polarizador que a cidade de Castanhal exerce, ocasionando a concentração e expansão urbana, principalmente, em direção ao sudeste do eixo interurbano, como destaque para o bairro do Jaderlândia, originado pelo processo de ocupação, em 1985, sendo um dos bairros mais populosos de Castanhal e que apresenta características típicas de uma periferia urbana, concentrando pobreza, violência e precários serviços públicos (RIBEIRO, 2017).

Esse eixo de expansão merece uma análise, devido ao seu expressivo adensamento urbano, levando as rupturas, o que culminou no surgimento de outros bairros (Oscar Reis, Bom Jesus, Heliolândia e Rouxinol). Esse processo de fragmentação espacial contou com a participação dos diversos agentes de produção do espaço, como os agentes socialmente excluídos, o Estado e promotores imobiliários, materializando nessas áreas seus interesses que se desvendavam por meio das desigualdades nesses espaços.

Ribeiro (2017) coloca que ocorre um fortalecimento da expansão da cidade a partir da promoção imobiliária de loteamentos e também por meios de políticas públicas de habitação. A participação do Estado com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, é exemplo da forte presença deste agente indutor na expansão da malha urbana da cidade de Castanhal. Este e outros empreendimentos habitacionais têm como sua principal via de acesso o centro dessa cidade e a BR-316 (CARVALHO *et al.*, 2019).

Estes cinco bairros (áreas de intensificação de estudo) **Setor sudeste do eixo interurbano da cidade de Castanhal** se distanciam do centro comercial e dinâmico da cidade de Castanhal (na Avenida Barão do Rio Branco, paralela à BR-316). Ou seja, as unidades pesquisadas se situam na periferia deste centro dinâmico, fazendo limite com a Avenida Presidente Vargas.

Este setor, constituído pelos bairros analisados, assim como outros localizados na periferia, sente os efeitos das desigualdades socioespaciais, pois, geograficamente, são unidades distantes do centro da cidade mais

estruturado, onde se concentra a maior oferta de serviços e oportunidades de trabalho. Assim, devido à ausência dessas oportunidades e de melhores condições de sobrevivência, essas áreas concentram em sua grande maioria populações de baixa renda, sendo essas as principais vítimas de um espaço socialmente desigual.

Essas áreas por serem espaços de baixo valor, atraem grupos sociais de menor poder aquisitivo, tornando-as um mecanismo de inserção desses grupos na cidade, ainda que habitem em condições precárias, visto que esses não possuem condições de escolher melhores áreas para morar, passando a viver em um território de caos e de privação das necessidades básicas, convivendo com o preconceito, sentimento de exclusão, vulnerabilidade.

Podemos considerar que o processo de urbanização estimulou o crescimento da cidade com a construção de casas, prédios (privados e públicos) redes de esgoto, ruas, avenidas, escolas, hospitais, rede elétrica, etc. Todavia, os benefícios da urbanização, acompanhado de crescimento populacional, não abrangeram a todas as áreas de castanhal, forçando parte de seus habitantes a viverem em espaços segregados, com precária estrutura de saneamento, água e esgoto, entre outros serviços públicos de alta essencialidade. Essas áreas, com altos indicadores de arranjos negativos urbanos, serão discutidas com mais prioridade nessa seção, para posteriormente identificar as relações intrínsecas entre esses espaços e a violência urbana em Castanhal.

#### **4.1 Interpretações das desigualdades socioespaciais a partir dos indicadores socioeconômicos**

Nessa seção, serão analisados os principais elementos que atuam enquanto condicionante da dinâmica da violência urbana na cidade de Castanhal, diante de um contexto de produção desigual do espaço urbano e das desigualdades socioespaciais, a partir da amostra de bairros analisados: Jaderlândia, Heliolândia, Oscar Reis, Rouxinol e o Bom Jesus, por meio de três ferramentas de pesquisa: **(a)** informações geográficas de produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais; **(b)** indicadores socioeconômicos; e

pelos **(c)** autores supracitados nesta dissertação para fundamentar os dados apurados com a pesquisa.

A partir de então, buscamos produzir diferentes indicadores de desigualdades, visando revelar os elementos que condicionam e determinam a transformações socioespaciais na cidade de Castanhal, em especial nestes bairros. Para tanto, foram tomados como parâmetro para discutir esses indicadores, os índices socioeconômicos das famílias que residem nesses bairros, e assim discutir a discrepância da distribuição de renda como um fator para a retroalimentação da violência urbana.

Para Reis e Bernardes (2017) essa perceptiva pode ser examinada em contextos históricos brasileiro em que o constante crescimento do PIB não acompanhou, ao menos não na mesma proporção, a redução das desigualdades sociais. Assim, para esses autores, há um inter-relacionamento intrínseco entre a criminalidade e desigualdade social, que pode ser constatado, inclusive, em análises de estática das vítimas de homicídios. As características das vítimas de homicídios podem revelar o quadro social de desigualdades que a colocam em situação de vulnerabilidade maior em relação, comparados aos grupos sociais de maior poder aquisitivo, estabelecendo assim, uma conexão (*in*)direta entre pobreza e violência (CANO; SANTOS, 2001; REIS; BERNARDES, 2017).

Percorrendo essas considerações, os grupos sociais de maior poder aquisitivo, podem adquirir mecanismo de proteção que os segure das ondas de violência que circulam na cidade, através dos enclaves fortificados, sistemas de alto padrão de seguranças, ou até mesmo no deslocamento para áreas mais seguras. Nesse cenário, a sociedade desigual economicamente torna-se, novamente excludente, visto que ela oferece menor risco aos grupos de maior poder aquisitivo e expõe os indivíduos vulnerabilizados economicamente.

As desigualdades socioeconômicas refletem na vulnerabilidade maior dos indivíduos de baixa renda, esses indivíduos tendem a se tornarem vítimas da violência urbana, já que não possuem condições materiais de assegurar ferramentas mais sofisticadas de proteção pessoal e patrimonial, e tampouco condições de habitar espaços urbanos condições mais adequadas de infraestruturas, e reverter situações para reduzir sua vulnerabilidade. Nesse sentido, para discutir os fatores socioeconômicos e sua relação com a violência

urbana, foi necessário avaliar a renda auferida pelas famílias dos bairros pesquisados e a relação dessa variável com as desigualdades socioespaciais.

**Tabela 3 – Classes de renda auferida pelas famílias (por famílias)**

Faixa de renda familiar per capita	Faixa de renda familiar per capita					Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de ½	Sem resposta	
<b>Extrema Pobreza</b>	14.504	0	0	0	0	14.504
<b>Pobreza</b>	0	6.484	0	0	0	6.484
<b>Baixa Renda</b>	0	0	10.132	0	0	10.132
<b>Acima de ½ SM</b>	0	0	0	5.774	0	5.774
<b>Sem resposta</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	14.504	6.484	10.132	5.774	0	36.894

**Fonte:** CREAS, Castanhal, 2022.

Com base na última linha na horizontal (total), em termos absolutos, constatamos que 14.504 famílias convivem em extrema pobreza, isto é, abaixo da linha da pobreza, a qual abrange menor número de famílias: 6.484. Os que são considerados na categoria baixa renda representam 10.132 famílias, e os que ganham acima de 1/2 Salário Mínimo (SM) significa 5.774 famílias.

Destes dados apurados, podemos conjecturar as seguintes situações: (a) o maior contingente populacional pesquisado se encontra em extrema pobreza; (b) na medida em que a população passa auferir algum tipo de renda, às famílias incluídas nessa situação vão reduzindo; e (c) a renda familiar significa uma forma de mensurar as condições e a qualidade de vida das populações dos bairros de Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia.

Ou seja, se a maior parte das famílias se encontra em extrema pobreza, então podemos dizer que este tipo de exclusão é um o lado visível da produção desigual no espaço. Certamente que essas famílias, além de morar em precárias moradias e sem infraestrutura, enfrentam dificuldades para ter acesso aos bens essenciais para uma vida digna, dada a sua baixa condição financeira. Estas famílias, assim como aquelas que vivenciam a pobreza, são privadas de bens

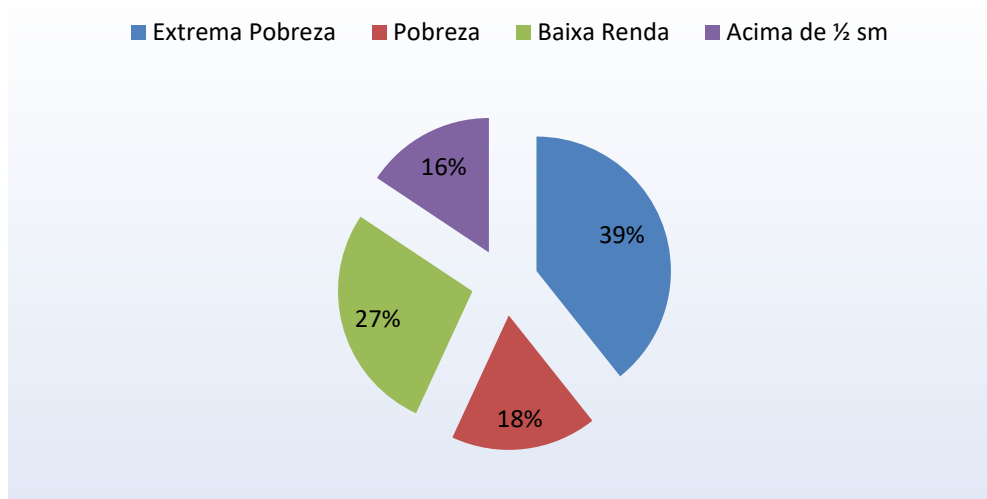
essenciais para a reprodução social, como alimentos, vestuários, educação, saúde, água potável e outros mais.

Aprofundando a discussão do trabalho, como fonte de renda, é interessante colocar que atualmente o Brasil, e o mundo, não passa por condições favoráveis para gerar postos de emprego, em vista da situação da pandemia da Covid-19. Podemos considerar que a taxa de desemprego no Brasil esteja elevada, pois supera a casa dos 10%, pois levantamento do IBGE (2021) revela que a taxa média de desemprego no país é de 13,2% em 2021, ainda do ligeiro recuo em relação ao ano de 2020 (13,8%).

Ainda que a taxa de desemprego no Brasil esteja elevada, a própria pandemia da Covid-19 favoreceu ao serviço, cujo segmento tem grande representatividade na cidade de Castanhal, seguido pelo serviço público na administração local, além de possuir uma forte indústria processadora de frutas do estado do Pará. Enfim, estes e outros segmentos fazem com que Castanhal tivesse o maior PIB da região que integra é um dos maiores do estado do Pará.

Constatamos aqui outro aspecto contraditório do processo de urbanização e modernização da cidade de Castanhal, porque, se por um lado, temos uma economia significativa, por outro temos muitas das famílias convivendo em situação de extrema pobreza e pobreza, indicando que as mesmas se encontram em vulnerabilidade social nos bairros de Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia. Ou seja, a vulnerabilidade social, reflete o último elo de uma cadeia que passa pela urbanização, produção de novos espaços, desigualdades socioespaciais e pela segregação dos espaços, constituídos pelos bairros periféricos.

A segregação dos espaços, engendrada na exclusão social, a partir do nível de renda, pode ser analisada também pelo gráfico a seguir:

**Gráfico 3** - Percentual de renda auferida pelas famílias (por famílias)**Faixa de renda familiar per capita**

**Fonte:** CREAS, Castanhal, 2022.

Estes percentuais refletem os dados organizados na tabela 3 e mostram a renda auferida pelas famílias, em termos relativos. Assim, 39% das famílias (14.504) convivem em extrema pobreza, seguido pelos 27% considerados como baixa renda (10.132) e os que ganham acima de  $\frac{1}{2}$  SM representam 16% (5.774). Este resultado apenas reforça a realidade de exclusão e injustiças de todas as ordens vivenciadas pelas famílias que residem nessas áreas.

Este resultado reflete a pesquisa de Barbosa (2012), cujo autor discute a desigualdade socioespacial, destacando a desigual distribuição de renda, a qual se reflete nas precárias condições de habitação e consumo de serviços básicos. Essa carência de estrutura de condições de reprodução da vida humana se reflete na dinâmica socioespacial, visto que o Estado enquanto agente produtor do espaço urbano, não é capaz de homogeneizar a estrutura social e tampouco consegue universalizar direitos sociais. Nesse caso, a extrema pobreza ou mesmo a pobreza, assim como as desigualdades advêm da baixa renda auferida pelas populações, acompanhada do baixo nível de escolaridade, analfabetismo, desqualificação profissional, famílias numerosas, etc.

Carlos (2013, p. 37) acentua a discussão, quando coloca: “a urbanização, antes de significar o crescimento da cidade, revela um processo profundo de transformação nas formas e conteúdo da produção do urbano, colocando em risco a própria reprodução da existência humana dos indivíduos [...]”. As

condições socioeconômicas as quais essas famílias vivem refletem esse risco apontado pela autora, visto que essas condições revelam a ausência de condições necessárias para a sobrevivência humana. Cabe também ressaltar que nos espaços periféricos se manifestam dois fatores que afetam a qualidade de vida das populações: as transformações no mercado de trabalho e o acesso à moradia, as quais promovem grandes concentrações populacionais, tornando a cidade vulnerável.

Ainda na análise de renda auferida pelas famílias, identificamos que essas também podem ser mensuradas a partir de cada indivíduo ou por pessoa, conforme as classes e rendimento, revelando singularidades ainda mais objetivas.

**Tabela 4 - Classes de renda auferida pelas famílias (por pessoa)**

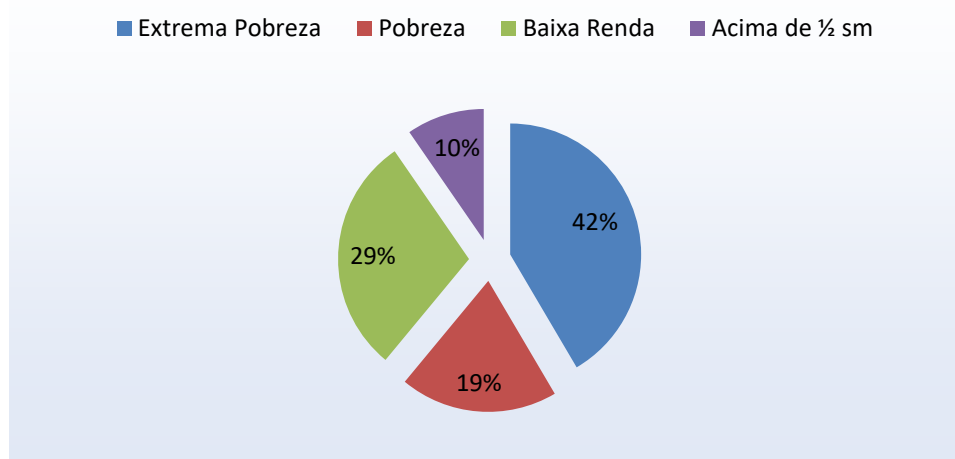
Faixa de renda familiar per capita	Faixa de renda familiar por pessoa					Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de ½	Sem resposta	
<b>Extrema Pobreza</b>	40.018	0	0	0	0	40.018
<b>Pobreza</b>	0	18.773	0	0	0	18.773
<b>Baixa Renda</b>	0	0	28.310	0	0	28.310
<b>Acima de ½ SM</b>	0	0	0	9.262	0	9.262
<b>Sem resposta</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	40.018	18.773	28.310	9.262	0	96.363

**Fonte:** CREAS, Castanhal, 2022.

Com base na última linha na horizontal (total), em termos absolutos, registramos que 40.018 indivíduos convivem em extrema pobreza; os que vivenciam a pobreza são 18.774; os indivíduos de baixa renda são na ordem de 28.310 e os sujeitos que auferem uma renda acima de 1/2 SM correspondem a 9.262. A maior parte dos indivíduos que reside nos bairros de Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia vivencia extrema pobreza no em torno de uma cidade urbanizada, modernizada e que é considerada 'modelo' para os demais municípios paraenses. Estes resultados também podem ser apresentados em termos porcentuais, como veremos a seguir.

**Gráfico 4 - Percentual de renda auferida pelas famílias (por pessoa)**

**Faixa de renda familiar per capita  
Tabulação por pessoa**



**Fonte:** CREAS, Castanhal, 2022.

Nessas estatísticas os dados se comportaram da seguinte maneira: Extrema pobreza (42%), pobreza (19%), baixa renda (29%) e acima de 1/2 SM (10%). Aqui também a Extrema pobreza é evidente, como se os bairros fossem verdadeiros “bolsões de pobreza”, dada a ausência de condições para que as famílias tenham acesso aos bens e serviços de primeira necessidade.

A comparação entre as duas rendas auferidas (familiar/individual) é que os indicadores individuais se elevam praticamente três vezes mais, indicando isso que o componente familiar é, em média, de três indivíduos por família, ou seja, estamos diante de um arranjo familiar pequeno, conforme a leitura dos dados. A próxima tabela objetiva apresentar, exclusivamente, os dados dos cinco bairros pesquisados, tendo como parâmetro as classes de renda em que as famílias estão inseridas.

**Tabela 5 – Condições de renda das famílias nos bairros pesquisados**

Localidades	Faixa de renda familiar per capita					Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2	Sem resposta	
Bom Jesus	103	62	70	35	0	270
Heliolândia	364	135	161	50	0	710
Jaderlândia	2063	650	1075	500	0	4288

Oscar Reis	115	189	250	109	0	663
Rouxinol	192	156	176	94	0	618

**Fonte:** CREAS, 2022.

Estas estatísticas revelam que o bairro que está em maiores condições de vulnerabilidade social é o Jaderlândia, dado ao fato de ser o mais populoso (4288 habitantes), logo acaba apresentando um índice acentuado de extrema pobreza (2.063), seguido pela classe de baixa renda (1.075) e os que auferem uma renda acima de  $\frac{1}{2}$  SM representa 500 famílias. Aqui cabe uma nota, de que este bairro surgiu no apogeu do fenômeno das invasões na cidade (1985), sendo um forte determinante para o maior adensamento de Castanhal, além de sua condição de área de transição, justificando o porquê essa unidade recebeu maior fluxo de pessoas.

Outro bairro de relevância populacional (710) e que se encontra nessa mesma situação é o Heliolândia, onde se tem famílias que estão em extrema pobreza (364); pobreza (135); baixa renda (161); e as que ganham acima de  $\frac{1}{2}$  SM. Nessa unidade a situação socioeconômica segue a mesma dinâmica do bairro de Jaderlândia.

De fato, o mapa cartográfico da produção e distribuição do espaço na cidade de Castanhal corrobora, em termos de extensão, que o maior bairro é Jaderlândia, seguido pelo bairro de Heliolândia. Estes significativos espaços periféricos, para Rodrigues (2007), revelam inúmeras desigualdades, expressão direta do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social. Isto é, a desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da posse da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade, da exploração e espoliação da força de trabalho e, com destaque, a apropriação desigual do espaço.

A produção do espaço são mecanismos de desenvolvimento excludentes, coerente com a lógica capitalista, que se apropria dos espaços urbanos, cujo interesse gera relações de produção desigual do espaço urbano que, em última instância, estimulam problemas sociais, levando a violência urbana. Reforça-se que, neste trabalho, a renda tem relação direta com a condição de

vulnerabilidade socioeconômica das famílias, a partir de quatro classes de mensuração desta variável (Tabela 6).

**Tabela 6** - Famílias que vivenciam condições de vulnerabilidade no conjunto de bairros da cidade de Castanhal

<b>Localidade</b>	<b>Extrema Pobreza</b>	<b>Pobrez a</b>	<b>Baixa Renda</b>	<b>Acima de 1/2 S.M.</b>	<b>Total</b>
Betânia	108	44	85	57	294
Bom Jesus	103	62	70	35	270
Caiçara	524	292	457	312	1585
Cariri					
Cenóbio	4	1	1		6
Centro	29	15	52	33	129
Cristo	348	98	203	108	757
Estrela	163	100	196	136	595
Fonte Boa	1054	506	780	369	2709
Heliodândia	364	135	161	50	710
Ianetama	332	175	372	302	1181
Imperador	822	393	525	246	1986
Jaderlândia	2.063	650	1075	500	4288
Jardim das Acácias	168	52	106	45	371
Nova Olinda	465	286	503	364	1618
Novo Estrela	892	372	533	222	2019
Oscar Reis	115	189	250	109	663
Pantanal	214	79	85	40	418
Pirapora	239	115	237	168	759
Rouxinol	192	156	176	94	618
Salgadinho	138	64	92	69	363
Sales Jardim	9	2	5	3	19
Santa Catarina	556	192	316	176	1240
Santa Helena	179	68	126	77	450
Santa Lídia	548	307	559	371	1785
São José	1082	439	680	341	2542
Saudade	744	425	828	489	2486
Titelândia	154	74	137	87	452
<b>Total</b>	<b>11609</b>	<b>5291</b>	<b>8610</b>	<b>4803</b>	<b>30313</b>

Fonte: CREAS, Castanhal, 2022.

No conjunto total dos bairros distribuídos em Castanhal, as famílias que vivem em condições de vulnerabilidade, em sua maior proporção, residem nas

áreas periféricas da cidade, onde se constituem os espaços segregados, constituindo-se em sua grande maioria como reduto da violência urbana, podemos inclusive identificar essa realidade com depoimentos diretos dessas famílias. Dessa forma, analisando a tabela 6, em seu sentido vertical na última coluna (total), podemos visualizar os bairros que mais convivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica, sendo assim, em ordem da magnitude dos dados, os bairros que sobressai são: Jaderlândia (4.288); Fonte Boa (2.709); São José (2.542); Saudade (2.486); e o Nova Estrela (2.019).

Desta mensuração, podemos realizar três análises: primeiro: essas unidades são os que mais sofrem como vítima da produção desigual do espaço e das desigualdades socioespaciais e pela exclusão de ordens diversas, segundo: o indicador de vulnerabilidade do bairro Jaderlândia representa o dobro das demais unidades, indicando que as sequelas da urbanização são mais acentuadas nesse bairro; terceiro: por serem notórios nessa estatística, os bairros com maiores incidências de vulnerabilidade (ainda que não faça parte deste estudo), devem ser contemplados com políticas sociais de compensação financeira e outras, na perspectiva de melhorar as condições materiais e de vida das famílias que residem nesses bairros.

Dados recentes do CadÚnico (2022) apenas reforçam o contexto de vulnerabilidade, o qual as famílias convivem nos bairros pesquisados. Segundo essa plataforma cerca de 36.894 famílias vivem em condições de vulnerabilidade social na cidade de Castanhal, proporcional a 47% da população castanhalense. Desse total de famílias, 82% das famílias vivem em áreas urbanas e 21% residem nos Bairros de Jaderlândia, Heliolândia, Oscar Reis, Rouxinol e o bairro Bom Jesus.

Portanto, quando analisamos a vulnerabilidade, tendo como parâmetro o fator renda, observamos que uma fatia significativa das famílias é vítima de um processo de produção desigual do espaço e que se reflete nessa realidade de uma sociedade tão desigual e excludente e que também tem seu reflexo nas áreas periféricas de Castanhal.

Oportuno chamar Jovenildo Rodrigues (2015), cujo autor pesquisou a renda auferida pelos chefes de famílias na cidade de Marabá e constatou aumento dessa variável, na ordem de 102,11% daqueles que ganham até 1 SM;

ao passo que na cidade de Santarém este mesmo indicativo foi de 93,51%. Fazendo a leitura desses dados, o que aumentou foi apenas a quantidade de chefes de famílias que recebem o mesmo nível salarial, e não que esta variável tivesse aumentado.

Com base nestes dados apresentados por Rodrigues (2015), podemos considerar que esta mesma lógica possa estar ocorrendo com os chefes de famílias que moram nos espaços segregados da cidade de Castanhal, pontualmente nos bairros de Jaderlândia, Heliolândia, Oscar Reis, Rouxinol e Bom Jesus. Ou seja, para compensar o SM e, principalmente aqueles que estão na linha de extrema pobreza, as famílias são incluídas em programas sociais de renda do governo (federal, estadual e municipal), na perspectiva de melhorar suas condições de vida, e como mecanismo para coibir a violência urbana.

Essa mesma análise do fator renda para mensurar as condições de vulnerabilidade das famílias, sobretudo, deve também levar em conta os chefes de família sem qualquer rendimento (ainda que não apareça na paisagem das tabelas e gráficos aqui apresentados). Sem poder de compra, a situação de vulnerabilidade apenas se acentua, favorecendo a busca de alternativas para a sobrevivência, a ponto de serem cooptados pela criminalidade e que, por sua vez, gera violência urbana, efeito perverso das desigualdades socioespaciais que se espraiam na cidade.

O contexto de vulnerabilidade socioeconômica é tão fundamental para desvendar essa intrínseca relação de discrepância de renda como condicionante para retroalimentação da criminalidade, que essa perspectiva pode ser observada e acentuada nos depoimentos da população vulnerabilizadas, como na fala supracitada a seguir:

Aqui no bairro, principalmente ali para trás, existem muitas famílias que não tem renda nenhuma, sobrevivem com bem pouquinho... às vezes casa com 6 pessoas ou até mais. Sem dinheiro eles vão passar necessidade né? Aí procura a Dona Ruti, ele tem esse papel de ajudar muitas mães. Isso também é violência contra essas famílias. Pra ser sincera, nossa área tem muitas necessidades, não tem ônibus, não tem médico e não tem trabalho. A gente é abandonado pra cá... Os meninos vão trabalhar pra "eles" porque a família não tem dinheiro pra dar e

também não tem trabalho, lazer, aí eles pegam os meninos para trabalhar pra eles (Informação Verbal).<sup>3</sup>

Neste depoimento, podemos destacar a importância de as famílias terem trabalho e renda, pois, em ausência desses elementos fundamentais, o cenário de uma inclusão perversa e ilegal surge como “alternativa” como podemos acentuar, nas palavras da interlocutora, “os meninos vão trabalhar para “eles” porque a família não tem dinheiro para dar e também não tem trabalho [...] isso também é violência” como relatou, com grande propriedade.

Essa realidade reflete a pesquisa de Barbosa (2012), ao considerar que o nível de renda, além de ser um critério para definir o local de moradia, é um determinante das condições econômicas e sociais, afetando seu poder aquisitivo, enquanto sujeito consumidor. Em um contexto de ausência de oportunidades de trabalho, as famílias dos bairros pesquisados ficam sem fonte de renda, não tendo assim capacidade para adquirir bens de primeira necessidade, vivenciando situação de vulnerabilidade que, dependendo no nível de renda, podem se enquadrar na Extrema Pobreza, Pobreza, Baixa Renda ou Acima de 1/2 SM.

As consequências da urbanização e da modernização são algo mais abrangentes, tal que Marcelle Silva (2018) diz que os próprios bairros nada mais são que mecanismos de exclusão, tanto na parte superior, quanto na parte inferior da hierarquia social. Todavia, essa autora chama atenção que a segregação das condições de vida das famílias acarreta situações de crises no próprio espaço construído, ocorrendo isso tanto no plano social, ecológico, político, democrático e ideológico, colocando a cidade em risco de insegurança e de violência urbana.

No caso da cidade de Castanhal consideramos que a crise urbana, em um primeiro plano, ocorra nos espaços periféricos pela ausência de condições materiais para a sobrevivência das famílias. Já em um segundo momento, essa mesma crise se amplia para o centro urbanizado, em forma de crimes, configurando-se na violência urbana. Essa nossa conjectura reverbera o ponto

---

<sup>3</sup> Entrevista com a moradora do bairro do Rouxinol. Castanhal. Fevereiro de 2022.

de vista de uma moradora de um dos bairros pesquisados sobre a questão da vulnerabilidade, conforme o seguinte relato:

A realidade aqui é que geralmente são pessoas e famílias que não tem condições de viver lá para frente (*\*refere-se ao centro*). Mas, aqui também não tem muita opção de viver bem né? Falta tudo, tem casas aí que não tem água... A gente não tem opção de trabalho para ganhar nosso dinheirinho. A verdade, meu amigo, é que aqui é tudo precário, a gente é esquecido pelos políticos. Essas áreas que tem muita gente, muitas casas, pode ir lá, é gente sem trabalho, os meninos indo fazer coisa errada. Quando surge um trabalho quase sempre é no centro, mas aí não temos ônibus, a gente paga de 10 á 15 reais de mototáxi, vai todo o que a gente ganha (Informação Verbal)<sup>4</sup>

Tomando apenas um pequeno recorte dessa interlocutora [...] pode ir lá, é gente sem trabalho, os meninos indo fazer coisa errada [...]. Este trecho significa uma amostra de como a crise de vulnerabilidade econômica nesses espaços precários pode se ampliar para o centro urbanizado, em forma de crimes: a falta de oportunidade! Necessidades de sobrevivência do grupo familiar. Aqui a desigualdade socioespacial expressa as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida pelas classes sociais.

No entanto, essa apropriação é impossibilitada por parte de determinados grupos sociais, onde em muitos casos os indivíduos não têm o mínimo para a sua sobrevivência, convivendo assim em precárias condições de vulnerabilidade, e acabam buscando alternativas para ter acesso aos bens de que precisam.

O nível de renda que se reflete nas condições de vida das famílias foi também objeto de investigação de Barbosa (2012). No pensamento desse autor, as formas de desigualdades espaciais e econômicas se refletem no acesso aos serviços essenciais, explicada pela distribuição desigual de renda e, na esteira, segue a ausência de abastecimento de água, saneamento e educação. Enfim, esse processo reflete o modelo de estrutura social hierárquica, marca da sociedade capitalista, a qual se manifesta na exclusão, precariedade, pobreza, concentração, entre outras tantas desigualdades, funcionando como obstáculo

---

<sup>4</sup> Entrevista com a comerciante e moradora do bairro do Heliolândia. Castanhal. Dezembro de 2021.

as oportunidades para as populações dos bairros de Jaderlândia, Heliolândia, Oscar Reis, Rouxinol e Bom Jesus.

Aqui se reforça que a estrutura social hierárquica do sistema vigente expressa às desigualdades socioespaciais, exclusão e vulnerabilidade, o que leva as famílias a se constituir como segregados, favelados, entre outras categorias para se referir a extrema pobreza ou pobreza, como podemos conferir na seguinte passagem:

O Jaderlândia tem muita gente, não é todo bairro, mas tem umas áreas que são mais precárias. A violência não é muito igual a anos atrás. Tempo atrás eles entravam na casa de dia, não tinha hora. Hoje é um pouco menor, mas ainda tem. Mas existem muitas famílias que vivem na pobreza. Muitas famílias sobrevivem nem com um salário. Os nossos políticos não olham para isso. Acho que tem muitas coisas que precisam ser feitas aqui, mas sobre isso que tu questionaste, sobre a fonte de renda, acho que é o principal. Esses dados que você estuda, de família vulnerável, né? Pode ver que aqui tem mais. Aí junta tudo, gente sem oportunidade, áreas do bairro que parece “favela”, não tem segurança, aí fica violento, perigoso, acho que é isso (Informação Verbal).<sup>5</sup>

Esse relato expressa as condições desiguais em que essa população vive, onde se constitui as paisagens das áreas periféricas “[...] áreas... que parece favela, não tem segurança, aí fica violento, perigoso [...]”. Essa foi justamente a qualificação que um morador do bairro Jaderlândia supracitou durante a entrevista, ou seja, são máculas atribuídas aos espaços segregados advindos da produção desigual do espaço.

Essa concepção que relaciona os bairros periféricos com a violência tem dois aspectos danosos: às pessoas que residem nos bairros de Jaderlândia, Heliolândia, Oscar Reis, Rouxinol e Bom Jesus enfrentam preconceito; e estes espaços se tornam desvalorizados. A pesquisa de Silva (2018) ratifica essa situação, ao constatar que as periferias são concebidas locais desvalorizados, marcados pela mínima participação do Estado e das instituições públicas e, assim, as famílias que moram nesses espaços, são abandonadas à própria sorte, tornando-se, locais propícios para o estabelecimento de determinados territórios, espaços marcados pela ilegalidade e criminalidade.

---

<sup>5</sup> Entrevista com moradora do bairro do Jaderlândia. Castanhal. Janeiro de 2022.

Trata-se de um caminho de mão dupla: se o estado não está presente, as populações se tornam vulneráveis socialmente, efeitos da reprodução das relações sociais, assentadas nas estruturas socioeconômicas desiguais, geradora de pobreza e de violência; e vice-versa.

Contribuem também para desvalorizar os bairros periféricos as próprias políticas habitacionais, na medida em que:

Os conjuntos habitacionais, financiados pelo Estado, destinados à população de baixa renda, são, em geral, construídos em descontinuidade com o tecido urbano metropolizado, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. Mesmo quando são construídos no tecido urbano estruturado, o preço aumenta, excluindo aqueles de direito – os trabalhadores. Esse mesmo processo de expulsão dos centros urbanizados se reproduz, também, nas áreas ocupadas em forma de favelas e loteamentos precários (RODRIGUES, 2007, p. 77).

A Política Habitacional está subordinada à especulação imobiliária, a qual elege os melhores espaços para adquirir e construir propriedades, tornando o espaço como fonte econômica para determinados grupos, contribuindo assim para a reprodução do capital, em detrimento das áreas periféricas, onde o aspecto mais visível é a sua segregação, acompanhada de mazelas sociais. Essa vertente reproduz o pensamento de Silva (2018), onde enfatiza que a desigualdade socioespacial é fruto da própria metropolização do espaço, imposta pela urbanização capitalista. Esse processo reflete as contradições de reprodução do espaço urbano e das relações sociais de apropriação do espaço da cidade pelas diversas classes, cuja última instância é a segregação socioespacial, a qual reflete a desigualdade de poder econômico.

Para Santos (1993) a urbanização é associada à pobreza, porque o processo de urbanização se encontra vinculado estritamente à produção das desigualdades socioespaciais, uma vez que a estrutura socioespacial se encontra profundamente arraigada ao fortalecimento das estruturas de poder e aos interesses de manutenção do modo de produção capitalista, com o intuito de garantir a reprodução do capital no espaço. Por isso, é visível o espaço precário ser marcado pela ausência de oferta de serviços públicos.

A título de análise, podemos considerar que a desigualdade socioespacial é consequência da urbanização e reconfiguração desigual do espaço. Este processo desponta como contraditório e gerador de conflitos na reprodução do

espaço urbano e na apropriação desigual de espaço e que resulta na segregação dos espaços, cujo fundo é resguardar interesses do capital, perpetuando a hegemonia da classe dominante, a partir da apropriação desses espaços.

Contudo, são notórias, pela sua dinâmica, as possibilidades de crescimento para a cidade de Castanhal. Todavia, os poderes constituídos devem criar mecanismos para mitigar os problemas sociais, derivados das desigualdades, a partir de maior adensamento da infraestrutura urbanizada e com abertura de oportunidades de acesso ao emprego, renda, alimentação, cultura, lazer, saúde, educação, etc. Acreditamos que a questão não é a segregação do espaço ou a constituição dos bairros periféricos, mas sim, o descaso do poder público para com as famílias que ali residem, já que boa parte das mesmas vivenciam a extrema pobreza.

A cidade de Castanhal é permeada por graves problemas sociais, onde parte significativa de sua população convive em ambientes precários, fruto de uma produção excludente. Os dados socioeconômicos refletem uma realidade perversa, a partir de suas categorias, onde se identifica as disparidades entre espaços que atendem os ricos e os espaços que acolhem os grupos sociais excluídos. Esses últimos, por sua vez, tendem a conviver com essas diversas manifestações da desordem social, tal como a violência urbana.

#### **4.2 Interpretações das desigualdades socioespaciais a partir dos indicadores de homicídios**

A crescente taxa de criminalidade no Brasil tem despertado interesses de diversos autores sobre o assunto, e um dos apontamentos para as causas desse crescimento, seria a intensificação das desigualdades. Ainda que muitas teorias fossem difundidas para discutir a definição das causas da criminalidade e da violência, Beato (1998) preocupou-se em agrupar essas idéias em duas linhas teóricas contrastantes. Em uma das vertentes acredita-se ao delinqüente e aos atos criminosos uma “agressão ao consenso moral e normativo da sociedade”, assim o “baixo grau de integração moral produziria o fenômeno do crime”. (KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011).

Em outra perspectiva já abordada inicialmente neste trabalho, é defendida que a causa desse fenômeno se devia fundamentalmente a fatores de natureza

econômica, como privação de oportunidades, a desigualdade social e a marginalização, tornando esses estímulos decisivos para o comportamento criminoso. Para Beato (1998) umas das hipóteses clássicas sugeridas por essas abordagens que explicariam a incidência da criminalidade, seria a desigualdade de condições socioeconômicas nas localidades, regiões ou municípios. Em outras escolas, as variáveis socioeconômicas que foram relacionadas com os crimes de homicídio, foram: *índices de desigualdade econômica* (quanto maior a desigualdade, maior será a taxa de homicídio); *índices de estrutura populacional, englobando o total da população e a densidade populacional* (áreas maiores e mais densas têm taxas de homicídio maiores); *índices de desemprego* (efeito negativo); e *estrutura etária* (não significativo) (KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011).

Apesar de inúmeras controvérsias, muitos autores defendem a existência de uma interação estreita, embora não causal, entre a criminalidade violenta, em especial dos homicídios e as condições socioeconômicas (KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011). Podemos entender que a criminalidade violenta, em específico o homicídio, pode ser considerado um fenômeno multifacetado e complexo, sendo suas explicações diversificadas e controversas. Sendo assim, compreende-se que as diversas teorias sobre as causas dos homicídios não encontram unanimidade para uma explicação universal sobre o assunto.

As teorias que defendem a existência de causalidade entre pobreza, violência e homicídios, são bastante contestadas, porém mesmo diante destas inúmeras controvérsias, Adorno (2002) argumenta que não se pode “deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência (p. 112)”. O autor argumenta que estudos em algumas capitais, indicavam que as taxas de homicídios eram flagrantemente mais elevadas em áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de posto de trabalho, por serviços de lazer e cultura (ADORNO, 2002).

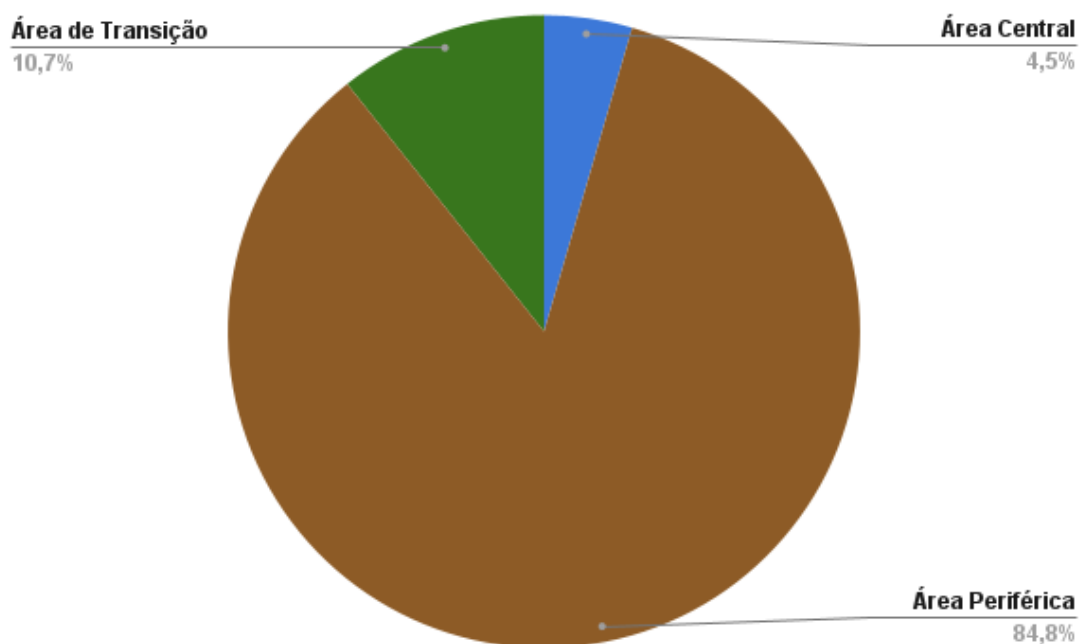
Nesse caminho, Cano & Santos (2001) apresentam em diversos estudos interurbanos, que habitantes de baixa e média renda correm riscos maiores de

serem assassinados, em relação aos grupos sociais de renda mais elevada. Segundo esses autores, no espaço urbano das cidades brasileiras, as mortes violentas eram mais altas entre as populações de bairros pobres do que a população de classe média alta. Essa realidade se manifesta na cidade de Castanhal, como veremos posteriormente com os dados apresentados. Esses elementos parecem indicar, nesses bairros, maior tendência para desfechos fatais em conflitos sociais, interpessoais e intersubjetivos (ADORNO; 2002; CANO; SANTOS, 2001).

Ainda nessa perspectiva, estudos apresentados por Adorno (2002) revelam uma série de indicadores de má distribuição de recursos e de equipamentos urbanos encontra-se concentrado em áreas centrais – uma área onde as condições e infraestrutura urbana são mais favoráveis. É, por consequência, nos bairros que compõem as periferias, que são visíveis a maior concentração de violência e maior concentração de desigualdade.

Nestas áreas se tem maior a concentração populacional, o maior crescimento demográfico, a proporção de congestionamento domiciliar. Também são as áreas com menor oferta de emprego, menor em oferta de atendimento hospitalar, educação e espaços de promoção para o lazer. E nelas são concentradas as maiores taxas de homicídios, fenômeno que será apresentado posteriormente, ao longo desta seção, através dos gráficos ilustrativos.

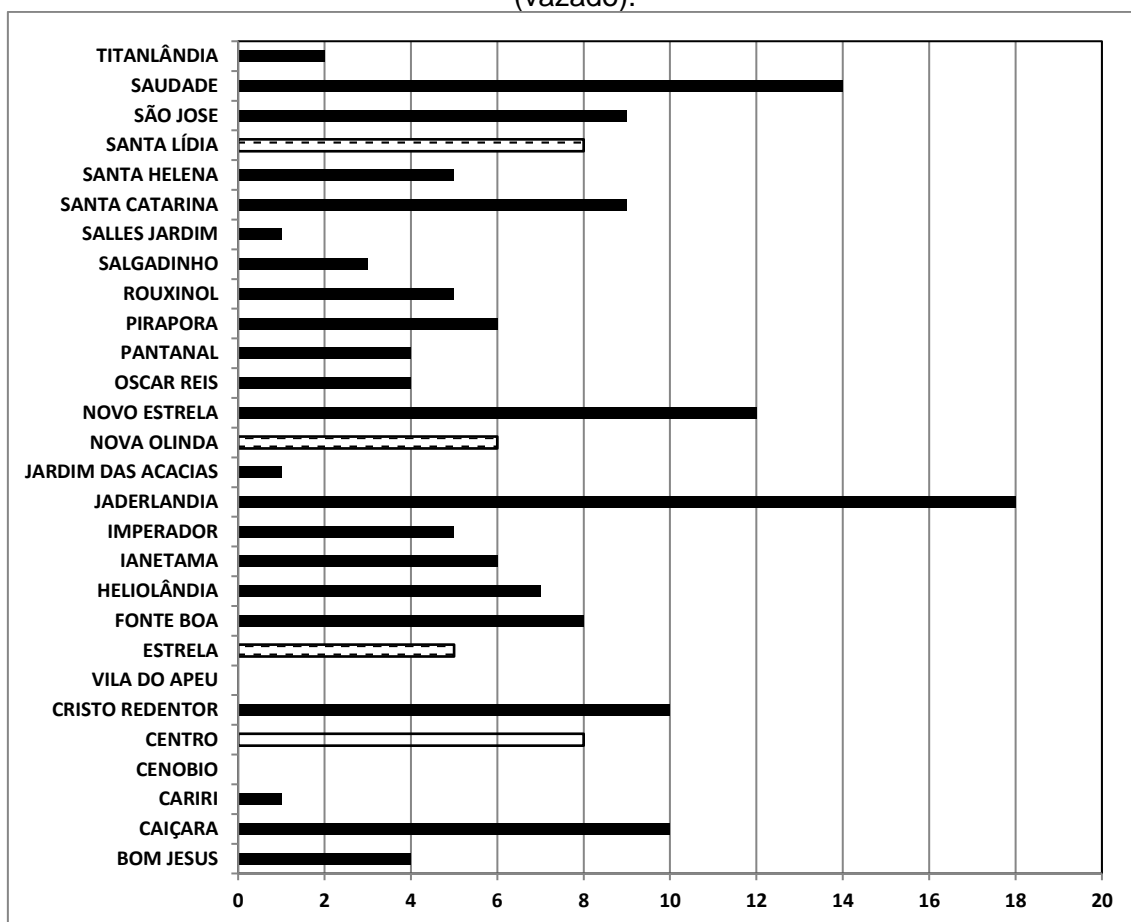
No tocante aos números de homicídios em Castanhal, a SIAC informou a seguinte série de registros: 79 no ano de 2019, 45 no ano de 2020 e 54 no ano de 2021. No entanto, esses registros não ocorreram em todos os bairros de Castanhal, estando presente no ano de 2019 em 17 bairros, de um total de 28 bairros distribuídos na cidade. No ano de 2020, esses registros ocorreram em 16 bairros, e no ano de 2021, esses registros estiveram presentes em 17 bairros da cidade. Analisando os dados apresentados, podemos identificar as áreas dentro do espaço urbano onde há um maior número de registro desses homicídios, como se observa no gráfico a seguir:

**Gráfico 5 - Homicídios acumulados por área de concentração urbana.**

**Fonte:** SIAC (2022)

Os dados revelam que as maiores concentrações de vítimas por homicídios se encontram em áreas periféricas (84,8%), enquanto os menores índices se acumulam na área central (4,5%) e os números médios nas áreas de transição (10,7%). Buscando ainda mais especificidades, podemos identificar nos bairros que compõem essas áreas, onde há maiores números de ocorrências como mostrar o gráfico abaixo:

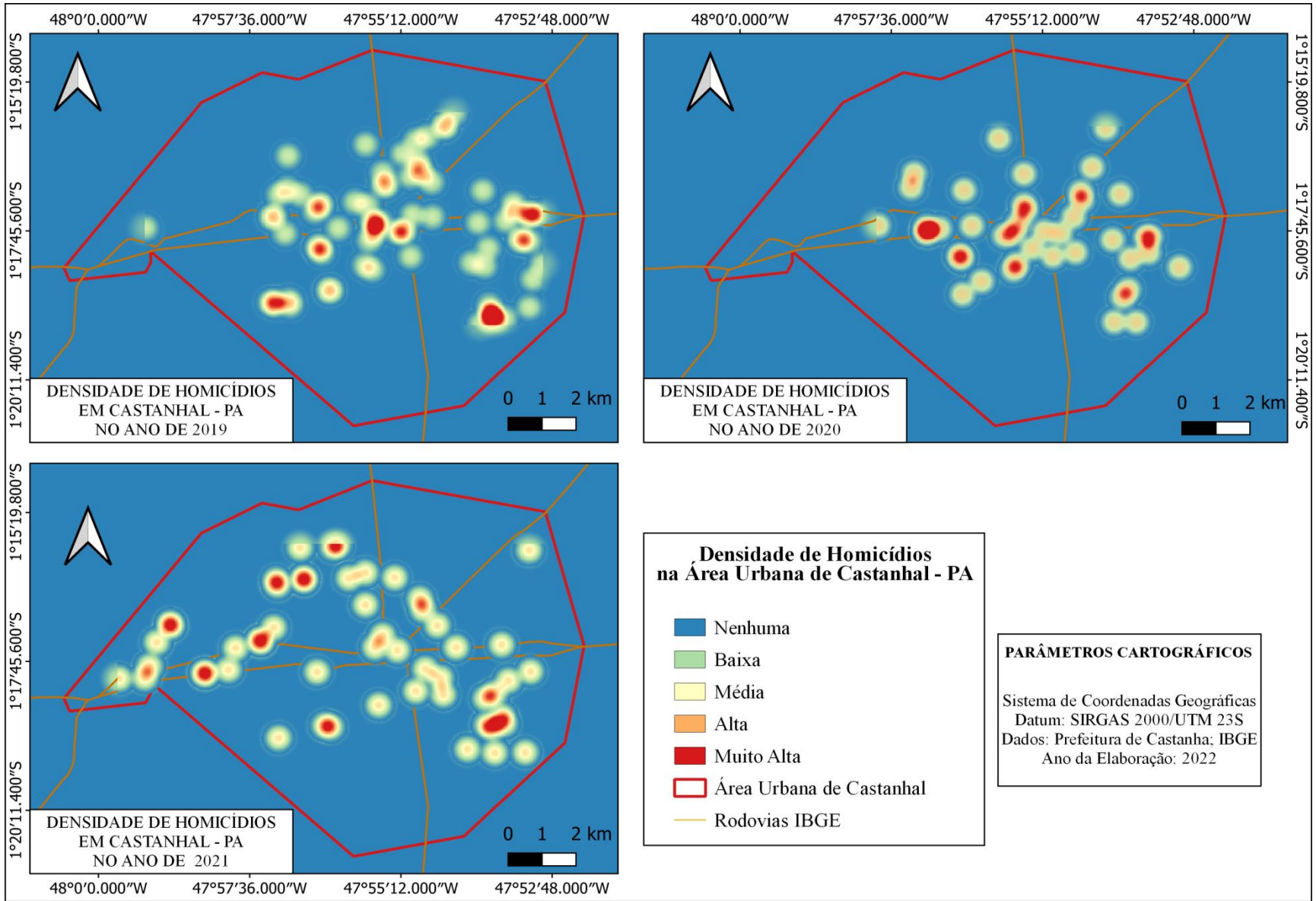
**Gráfico 6** - Homicídios acumulados por bairro em Castanhal referente ao período de 2019 a 2021: área periférica (preto), área de transição (tracejados) e área central (vazado).



**Fonte:** Produção do autor. SIAC (2022).

Falando especificamente dos bairros que são destacados nesse estudo (Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia) que compõe área periférica, observa-se que esses concentram um total de 21% das ocorrências de homicídios na área urbana de Castanhal, uma porcentagem consideravelmente alta, levando em consideração a proporção de média entre os números de ocorrências e a quantidade de bairros distribuídos na cidade. Essas concentrações ficam mais evidentes quando se realiza o geoprocessamento dessas variáveis, como observa na representação a seguir:

Mapa 7 - Densidade de homicídios na Área Urbana de Castanhal – PA (2019-



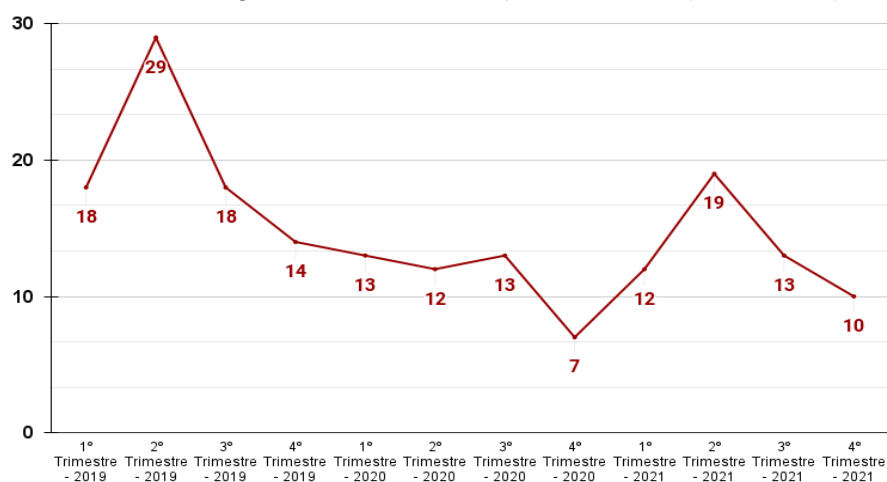
Fonte: SIAC (2022)

Para essa representação, os dados foram utilizados na ferramenta de Kernel com raio exato de 10 metros, buscando mostrar uniformemente as áreas onde há concentrações mais elevadas de homicídios na área urbana da cidade de Castanhal. Assim, a metragem de raio utilizada propiciou uma melhor observação das regiões de influência dos atos ilícitos ocorridos nas áreas urbanas de Castanhal.

Mediante, podemos fazer as seguintes observações:

**a)** em 2019 onde se registrou um maior número de homicídios ocorridos na cidade de Castanhal, se teve uma expressiva concentração dessas ocorrências no setor sudeste da cidade, (onde se localizam os bairros tidos como relevantes para essa pesquisa), setor que compõe em seu eixo de expansão os bairros periféricos de maior contingente populacional; maior concentração de invasões irregulares e um grande número de famílias em condições de vulnerabilidade; uma segunda mancha se concentra ao norte desse setor, também em áreas de condições periféricas, nessa área, a margem esquerda da BR-316, se localiza o bairro de Santa Catarina, onde mais recentemente se registram o surgimento de novas áreas de invasões que tendem a ruptura desse bairro, gerando conflitos sociais, interpessoais e intersubjetivos por apropriação de territórios, como o caso do Jardim Modelo e o Caveirão; outras manchas de concentrações se destacam no sentido sudoeste da cidade, em direção ao bairro da Saudade e Pantanal (área periférica) e outra em direção ao bairro do Nova Olinda e Estrela (área de transição);

**b)** em 2020 se observa uma redução na intensidade de concentração de homicídios em toda a cidade, alterando a dinâmica de espacialização dos dados, podemos visualizar essa dinâmica no gráfico a seguir:

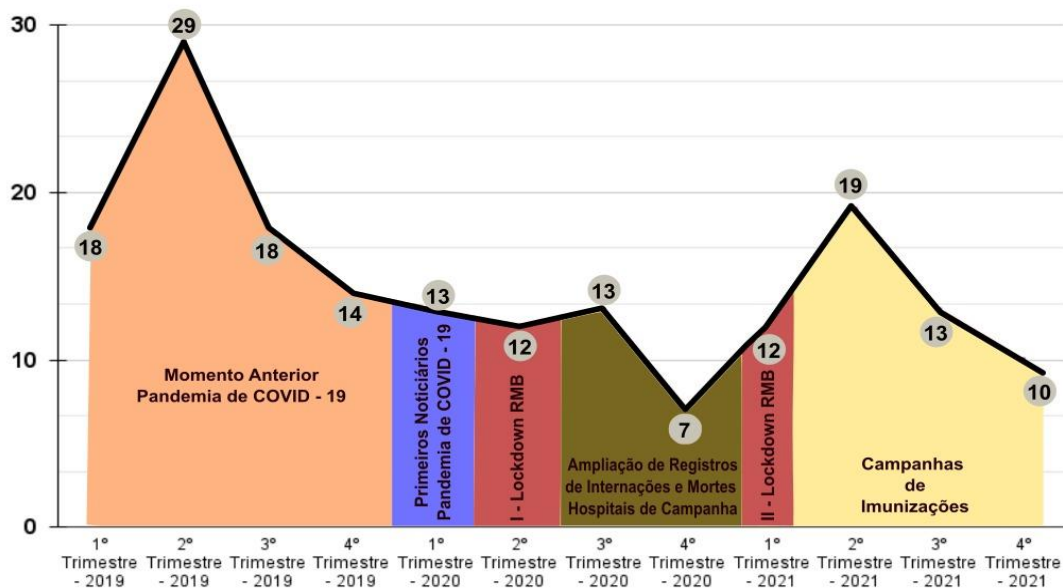
**Gráfico 7 - Registro de homicídios por semestre (2019-2021).**

Fonte: SIAC (2022).

Mas é salutar considerar que apesar da redução no número de ocorrências de homicídios, ainda é nos bairros que compõem a área periférica que se tem uma maior concentração dessas manchas seguida dos bairros que compõem a área de transição.

Cabe ressaltar também que o ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19, onde a rotina e hábitos dos cidadãos foram alterados pelas medidas e ações governamentais, com a finalidade de mitigar e propagação do vírus. Para isso, diversos agentes sociais se mobilizaram em campanhas de evitação de contato social, através do isolamento, **lockdown**.

Nesse contexto, diversos estudos foram apresentados com a finalidade de mostrar os impactos dessa medida sobre as diversas áreas da sociedade. Aqui abriremos um parêntese, para correlacionar os efeitos da pandemia na alteração do comportamento da violência urbana na cidade de Castanhal.

**Gráfico 8** - Registro de homicídios por semestre e a cronologia da Pandemia no Pará.

**Fonte:** Elaboração do próprio autor (2022)

Com base nessa representação podemos observar que no período anterior à pandemia do Covid-19, 2019, se obteve o maior registro de ocorrências de homicídios na cidade de Castanhal. Já no primeiro trimestre de 2020, observou-se uma redução de 27,7 % em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. Nesse período de incidências, o Governador Helder Barbalho anuncia seu primeiro pacote de medidas, onde determina o fechamento de bares, restaurantes, shopping center e meios considerados não essenciais por tempo indeterminado, a partir das 0h do dia 21 de Março. As viagens também foram suspensas por 15 dias, mas a medida ainda não valeria de imediato. E os bares e restaurantes passam a funcionar como Delivery. Essas medidas amenizam a dinâmica de circulação populacional nos centros urbanos.

Essa redução ainda é maior, se compararmos o segundo trimestre de 2019, em relação ao segundo trimestre de 2020, onde houve uma redução de 58,7% de ocorrências de homicídios na área urbana. Nesse contexto, a situação pandêmica começa a se agravar, medidas mais severas começam a ser impostas. Visto que no mês de Abril se tem o primeiro registro de ocorrência de morte pela doença no Estado e o primeiro registro na cidade de Belém. Como consequência, o governador anuncia o segundo pacote de medidas, onde os cortes de internet e de outros serviços de telecomunicações estão suspensos por 60 dias e foi

determinado o fechamento de balneários durante os feriados, e restrição de eventos em até 10 pessoas e a suspensão de missas, cultos, reuniões e encontros presenciais por 15 dias. Ainda nesse trimestre, ao não atingir a meta de 60% no isolamento social, foi decretado Lockdown em dez cidades do estado, sendo: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Breves, Vigia e Santo Antônio do Tauá. Posteriormente se verificou a ampliação dos registros de internação e mortes. Essas medidas alteraram a dinâmica de circulação nessas cidades, alterando a dinâmica urbana das cidades, e conseqüentemente dos fenômenos arranjados desses espaços.

Os principais indicadores sobre violência no Brasil foram divulgados no 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública - levantamento anual feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre diversas variáveis, o estudo identificou uma redução de 6,5% nas mortes violentas intencionais no ano passado frente a 2020. Entre diversas variáveis identificadas, por esse levantamento, que podem explicar essa redução, um fator apontado é a menor circulação de pessoas na rua devido à pandemia. Por esse motivo, de uma possível relação na redução de homicídios, após a decretação da situação de emergência no estado, com a aplicação de medidas de isolamento social, se teve a necessidade de contextualizar com os dados aqui apresentados.

Outro fator a ser considerado para essa redução de homicídios na cidade de Castanhal se deu por práticas de estratégias integradas de Sistema de Inteligência, entre órgãos de segurança pública, principalmente no que se refere ao combate de consumo e comercialização de drogas, visto que a droga é considerada um “trampolim” para as ocorrências de homicídios, como se observa na fala transcrita de um Agente de Segurança Pública.

Nós conseguimos reduzir os homicídios em Castanhal em praticamente 90%. Como se deu isso? Se deu de forma integrada: Superintendência da Zona do Salgado, Polícia Militar (5º Batalhão. Delegacia de Homicídios. Todo mundo trabalhando de forma conjunta. Sistema de Inteligência para evitarmos esse tipo de ocorrência. Principalmente nos horários que mais aconteciam, que são os horários noturnos. Horário das 22:00 horas e aproximadamente até as 02:00 da manhã. Esse horário era quando eclodiam os crimes de homicídios. Isso está relacionado a festa clandestina, consumo de entorpecentes. A gente vem combatendo muito isso. Esse ano, a gente tem orgulho de falar, a gente destruiu só de uma vez mais de 15 milhões de pó, pó de cocaína. Uma carga valiosíssima, a gente conseguiu arrebentar aqui na nossa Regional. A incineração foi feita aqui no espaço que tem essa máquina para

incinerar, justamente como Ministério Público, Renato Chaves, Imprensa, Guarda Militar [...] A gente fez um negócio para ser auditável, um negócio muito sério. E quando você derruba um negócio desses você evita vários crimes na cidade. **A droga é um trampolim até chegar nesse ápice de crime de homicídios.** Começamos a combater mais as causas. A gente combatendo a causa, a gente conseguiu reduzi (Informação Verbal).<sup>6</sup>

Como podemos perceber as causas que definem a maior ou menor concentração de ocorrências de homicídios em uma determinada área se apresenta de forma multifacetária. Conforme o contexto e entendendo as particularidades, identificando os agentes envolvidos, será possível apresentar, dentro de um prisma local, as condicionantes correlacionadas a esse tipo de crime no espaço urbano para compreender sua dinâmica socioespacial.

**c)** Em 2021 houve um aumento de 20% das ocorrências de homicídios, em relação ao ano anterior. Podemos observar que apesar do aumento no número de ocorrências, os pontos em que elas se concentram, permanecem nos bairros das áreas periféricas. Ao nos atentarmos a observação de concentração das manchas, identificamos que o eixo sudeste, sentido Heliolândia, Rouxinol, Bom Jesus, ainda se destaca enquanto área de concentração desse tipo de violência. Outras manchas aparecem no sentido Norte e Noroeste da cidade, em direção aos bairros de Fonte Boa e Nova Estrela.

Podemos observar, através dos gráficos apresentados e da representação do Mapa de calor, que as áreas periféricas da cidade de Castanhal, são as áreas que mais concentram o número de ocorrências de homicídios. Essas áreas se caracterizam, sobretudo, pelas expressivas desigualdades socioespaciais e acúmulos de vulnerabilidade socioeconômica, tornando áreas propícias para o reduto da criminalidade. A associação dessas áreas a esse tipo de violência fica explícita no depoimento do delegado regional de Castanhal.

O homicídio é um crime que é totalmente imprevisível e de efeitos permanentes. Te diria que os bairros que mais ocorrem esse tipo de ocorrência, são os **periféricos**. Podemos pegar o Jaderlândia, Oscar Reis, Portelinha (*extensão do Jaderlândia*), Jardim Modelo, Propira (pausa). São os periféricos que normalmente concentram esse tipo de ocorrência (informação verbal).<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Entrevista com o Delegado da Superintendência de Castanhal, Paulo Henrique. Janeiro de 2022.

<sup>7</sup> Entrevista com o Delegado da Superintendência de Castanhal, Paulo Henrique. Janeiro de 2022.

A população que reside nessas áreas sente na pele diariamente as múltiplas formas de violência, através dos acúmulos de vulnerabilidade socioeconômica, das diversas desigualdades às quais são submetidas e que as acomete sua maior vitimização. Podemos perceber esse sentimento de subalternização e vulnerabilidade que a população residente dessas áreas sente no depoimento a seguir:

A gente não tem direito a nada, não tem nada aqui. Aqui é tudo improvisado. Se eu te falar que não violento aqui, tô mentindo para ti. A gente conhece aqui como “Carandirú”. Só pro senhor entender. É tudo ilegal, foi invadido. O povo não tinha onde morar, veio pra cá. Mas, aí eles acham que somos tudo vagabundo, porque invadimos. **Nosso bairro é muito grande e violento.** A gente sofre de todas as formas. Dias desses “derrubaram” o nego ai de cima, mas parece que ele procurou, entregou a boca para a polícia e os caras atiraram nele na frente de todo mundo. Faz pouco tempo. É perigoso aqui. As pessoas já têm preconceito com pobre, né? Aí entra em uma área dessa aqui, onde tem violência, fica com mais medo ainda. ***Eu acho assim, que se tivesse as ruas ajeitadinhas, iluminação, se tivesse as polícias por aí...outra coisa, se tivesse hospital, escola, tudo que a gente tem direito como humano, não seria assim, gente matando, roubando, morrendo.*** Não é porque sou pobre que vou roubar ou matar, mas tem outros que não pensam assim, querem dinheiro, querem usar drogas, aí não tem como pagar, vai fazer o quê? Vão pro mundo do crime [...] Mas, se eu tivesse condições, não morava aqui não, é muito feio, eu como moradora me sinto com medo, imagina que vem de fora né? (Informação verbal).<sup>8</sup>

Em outro depoimento, outro morador ressalta essa correlação da precarização e a violência urbana nessas áreas.

Essa área aqui é mal falada porque é dita como perigosa, e é verdade. Principalmente lá pra trás. Tem área periférica mesmo, sem condições mínimas pro pessoal morar. É muita pobreza. Nesse caso do “Carandirú” são pessoas que não tem onde morar e foram pra lá, sem nenhuma infraestrutura. Aí tu sabes que quanto mais carente mais fácil de ocorrer violência. Não é porque é pobre, é porque não tem segurança, entendeu? O cara não vai te assaltar se tiver muita gente na rua, se for claro, se tiver policial por perto, acontece porque não tem nada né? Tu perguntou sobre homicídios, geralmente quando morrem por aqui, são eles que se envolvem com drogas ou brigas. Mas quem sofre mesmo são os moradores, que passam por essas necessidades. A polícia costuma entrar aqui, aí eles veem como terra sem lei, por ser só gente pobre, o político nem olha (Informação Verbal).<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Entrevista com morador do Residencial Girassol, conhecido popularmente como Carandiru, no bairro do Rouxinol. Castanhal. 17 Agosto. 2022.

<sup>9</sup> Entrevista com a moradora do Jaderlândia. 18 Agosto. 2022.

Podemos perceber em ambos os depoimentos que os entrevistados, mesmo que de forma subjetiva, acabam correlacionando as condições precárias do espaço urbano à criminalidade. Essas características relatadas podem ser visualizadas nos registros a seguir:

**Figura 27** - Invasão de Conjunto Habitacional, conhecido popularmente como “Carandirú”.



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

**Figura 28** - Carandirú- Instalação elétrica informal.



**Figura 29** - Carandirú – Casa com portas e janelas improvisadas.



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

Para Ramão e Wadi (2008) “as grandes disparidades sociais e espaciais ajudam a formar o caldo de cultura da criminalidade urbana violenta, ainda que não a expliquem de modo simples e linear” (p. 6). Os estudos recentes ainda indicam a existência de uma correlação da violência nos espaços urbanos com contexto de acentuadas desigualdades sociais, econômicas e de carências na infraestrutura e de serviços coletivos de necessidade básica, embora a intensidade dessa associação possa variar no tempo e no espaço. (RAMÃO; WADI, 2008).

Ainda nessa perspectiva, podemos compreender que a violência urbana, pode ser considerada como um resultado expressivo do crescimento desigual das cidades brasileiras, aprofundando o processo de desigualdade, de forma que essas colocam uma grande parte da população em condições de abandono. Podemos visualizar esse processo nas áreas periféricas da cidade de Castanhal. Oportuno neste momento destacar um depoimento de uma moradora do bairro do Bom Jesus que muita dialoga com essa questão.

A sensação que temos às vezes aqui é de total abandono. Os políticos esquecem daqui. Não adianta prometer e não trazer nada. A gente não tem acesso a médicos, precisamos ir para o centro ou outros bairros distantes. Tem mulheres aí que estão há bastante tempo querendo uma consulta com ginecologista. O Bom Jesus, Heliolândia, lá pra trás do Rouxinol, acho que são as piores partes. No Jardim Tropical (como se chamava o Heliolândia) não tem pavimentação nas ruas, a água da Cosampa chegou a pouco tempo, mas não em todas as casas. **Mas assim, tudo que acontece ruim, é mais para trás, parece que eles escolhem esses locais mais pobres para cometer crimes.** Quando morre alguém, é no *olho d'água* ou próximo. Você pode andar por aí, é tudo precário (Informação verbal).<sup>10</sup>

As figuras abaixo ilustram a fala da entrevista da, na medida em conseguimos visualizar a precariedade das áreas citadas.

---

<sup>10</sup> Entrevista à moradora do Bom Jesus. 18 de Agosto.

**Figura 30** - Heliolândia: Via de acesso ao bairro.



**Figura 31** - Bom Jesus: Caracterização de áreas periféricas.



**Fonte:** Produção do próprio autor (2022).

Na medida em que as cidades crescem e não podem acolher a todos de forma semelhante, se expulsa parcela dessa população dos centros urbanos e oferece a periferia como opção de moradia, todavia essas áreas periféricas não oferecem condições básicas de sobrevivência, os equipamentos urbanos são ausentes ou insuficientes nesses espaços, em muitos casos, não há unidade básica de saúde, redes de escolas, redes de comércios e serviços. (CHAGAS, 2014; LIRA, 2016; SILVA, 2007).

Corroborando com as preposições acima mencionadas, Bordin (2009, p.20) enfatiza a produção do espaço urbano como elemento gerador de violência, sendo assim, para o autor,

Ao refletirmos sobre os processos que geram violência, temos, no campo da Geografia, a produção do espaço urbano como elemento gerador de violência, seja ela na utilização da especulação imobiliária, seja na expulsão das populações menos favorecida para as periferias e cidades das regiões metropolitanas geralmente desprovidas de condições mínimas de habitação e infraestrutura, onde o custo de vida tende a ser menor, distanciando, muitas vezes, do seu local de trabalho, dificultando-lhes ainda mais o cotidiano, ocasionando mais gastos financeiros e de tempo com transporte, já onerando, de forma geral, os reduzidos salários.

Existem várias teorias que buscam entender a natureza da violência, assim como os fatores que enraízam esse fenômeno. Embora a compreensão desse fenômeno pareça difícil, as situações que envolvem a violência e a criminalidade são resultados de ações humanas em uma sociedade desigual que se reflete no

espaço, logo, as análises geográficas se fazem necessárias já que esse fenômeno decorre das relações entre o homem e o espaço. (SANTOS, 2015).

A importância dos estudos geográficos para as abordagens acerca da problemática da violência urbana é entendida na medida em que se compreende que esse fenômeno se materializa no espaço urbano e, esse espaço conduz elementos para sua reprodução e espacialização - entendendo que Geografia é uma ciência que se preocupa em explicar a sociedade através da sua relação com o espaço geográfico, um espaço que é produto da transformação das relações entre homem-sociedade-natureza.

Como proposto inicialmente, partimos do pressuposto de que a produção do espaço urbano é pensada e materializada de forma excludente, subordinada a lógica capitalista e, conseqüentemente, produz espaços precários. Esses espaços caracterizados pela insuficiência de qualidade urbana surgem na medida em que as cidades crescem e não agregam a todos de forma semelhante (tal condição intrínseca no processo de produção do espaço urbano), estimulando dessa forma a expulsão dos agentes menos favorecidos dos centros da cidade e os coloca em áreas pouco desenvolvidas. (CHAGAS, 2014; SILVA, 2014).

A produção desigual do espaço urbano intensifica as desigualdades socioespaciais, como já mencionado, espaços distintos começam a ser criados, onde áreas serão planejadas e estruturadas para atender determinados agentes sociais, por outro lado, surgirão áreas de insuficiências para atender os agentes excluídos, logo essas áreas se tornarão áreas de subversão e reduto de poder para a criminalidade.

O problema da violência e sua latência, principalmente na periferia urbana, ocorrem devido a um complexo de ações que proporcionam sua materialização no espaço e que possibilitam diversas formas de refutação da ordem social. Nesse contexto, o espaço contribui decisivamente para formação de um complexo sistema de relacionamento social e isto se traduzirá em uma sociabilidade complexa. (ALVAREZ, 2015).

Para o autor supracitado acima, os espaços periféricos contribuem para as ações de refutação de ordem social, de forma que esses espaços criam territórios e espaços diferenciados e marcados pela “desordem” social. Nessa perspectiva Chagas (2014) enfatiza que as áreas de periferização são locais propícios para o

estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a “ausência” de segurança pública e das instituições de controle público e dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões.

Não pretendemos, mesmo que subjetivamente, fazer uma criminalização da pobreza, mas sua propensão que favorecem em determinados locais à ocorrência da violência. As condições particulares de uma determinada área periférica, geralmente estão correlacionadas como um dos fatores que potencializam a violência, sobretudo, nesses espaços de grandes desigualdades socioespaciais. Nesse contexto, Chagas, Silva e Silva (2014) enfatizam que:

[...] os espaços em que há baixa estrutura organizacional de família, igrejas, centros comunitários e mesmo a participação do Estado, como é o caso de bairros pobres ou áreas de invasão. Fica mais difícil o controle social e de certa forma a proliferação da violência e da criminalidade, uma vez que a sociedade local não consegue se mobilizar para impedir tal situação.

Complementando, Chagas *et al.* (2014) coloca que podemos apontar diversos fatores dentro do espaço urbano que podem contribuir para o aumento da violência, como: a exclusão social, a pobreza e a favelização, que se apresentam intensamente em áreas periféricas, desvalorizadas e abandonadas pelo poder público, dessa forma tornando esses ambientes propícios à difusão da criminalidade. É nesse cenário de carência, de omissão do Estado e de insuficiência de políticas setoriais como saúde, educação, segurança, inclusão cidadã que a violência se manifesta em maior intensidade.

Compreender como os aspectos das condições de produção do espaço urbano e a produção das disparidades sociais que dele são produzidas é de fundamental importância para entender como esses espaços geram elementos para potencialização da violência urbana, tornando-os reduto da criminalidade.

#### **4.3 Para pensar a Justiça espacial e o Direito à cidade como uma condição equânime**

Ao longo da elaboração dessa pesquisa, destacamos elementos socioespaciais, que em combinação, colocam parte da população em condições de vulnerabilidade, demandando assim, o atendimento de várias necessidades essenciais para sua sobrevivência. Essa parte da população vulnerabilizada são os

grupos que mais sofrem com os arranjos negativos que resultam dessa produção capitalista do espaço, carecendo assim, de justiça social. Compreendemos que justiça social expressa políticas e mecanismos para erradicar a desigualdade e exclusão social entre determinado agrupamento de pessoas, com vista a superar dada situação de vulnerabilidade. Justamente nesse contexto de justiça social que buscamos apresentar e discutir as famílias que residem nos bairros de Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia, porque elas são vítimas de um processo excludente e vivenciam as diversas injustiças socioespaciais.

Defendemos aqui que estas famílias devem ser incluídas em políticas para lhes assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo desenvolvimento da cidade de Castanhal, devendo ser oportunizada pelo emprego, renda, moradia digna, etc. Enfim, deve fazer valer seus direitos, como cidadãos.

A justiça social tornou-se ferramenta fundamental de enfrentamento das desigualdades sociais e para mitigar a pobreza, que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o Dia Internacional de Justiça Social, comemorado no dia 20 de fevereiro. A lógica de difundir este tema é de despertar globalmente olhares para a urgente necessidade de se promover ações direcionadas para a promoção da dignidade humana e fortalecer a igualdade social entre todos.

A justiça social se apresenta como uma forte ferramenta de equidade para transformar a sociedade, na busca da superação das desigualdades que vivenciam as famílias subalternizadas. Todavia, alguns autores, como Benach (2017) e Carlos (2017), chamam atenção de que a justiça social é uma categoria que vem sendo usada recorrentemente na perspectiva neoliberal. Por este viés, segundo estes autores, a justiça social apenas serve para aprofundar e legitimar o modelo social, econômico e urbano vigente, sustentado na desigualdade.

Na análise de Benach (2017) a banalização do conceito de justiça social na perspectiva neoliberal, se refere estritamente a qualquer pequena melhora ou concessão do sistema capitalista, totalmente desconectado com a lógica da urbanização capitalista, que promove as contradições nos espaços urbanos. Nessa linha de discussão, Carlos (2017) dá a sua contribuição, porém na perspectiva do "direito à cidade", considerando que este termo vem também sendo usado de maneira banal, por meio de discursos hegemônicos, tais como: direito de toda a moradia digna, como meios de subsistência a alimentação, saúde, educação,

transporte, trabalho, lazer, etc. Notamos que este último autor relaciona a Justiça Social ao direito à cidade, ainda que sua definição não expresse os princípios elementares para erradicar e/ou mitigar as desigualdades e a exclusão social.

Na abordagem do planejamento de políticas públicas urbanas o direito à cidade foi incorporado na categoria “empreendedorismo urbano” e/ou “gestão democrática das cidades” (CARLOS, 2017). Essa acepção, inclusive, foi adotada no planejamento e gestão urbana participativa, tão propalada e defendida por prefeituras de alguns municípios brasileiros. Segundo o autor em questão, a gestão democrática das cidades, em premissa, permite o diálogo com a sociedade nas decisões que envolvem a alocação dos recursos financeiros em investimentos públicos nas cidades.

Especificamente sobre a justiça espacial, este termo “apresenta muitas dificuldades para a sua definição e compreensão” (BENACH, 2017, p. 16). Essa incerteza levou o autor a fazer dois questionamentos: o que realmente significa o “direito à cidade” e a “justiça espacial”? Qual o verdadeiro conteúdo destes termos e sua potência explicativa?

Para dar respostas a essas reflexões, recorreremos ao conceito de Direito à Cidade, formulado em 1960 por Lefebvre. Para este autor, mudar a cidade significa abrir caminhos para a constituição de outra sociedade, e que não seja o capitalismo e a sociedade de consumo. Trata-se, conforme este autor, de um projeto utópico de sociedade que tem como cerne a luta contra as contradições da lógica capitalista de produção do espaço. Para maior entendimento desse tema, apresentamos o seguinte recorte:

[...] o direito à cidade se afirma como um apelo, uma exigência. Se anuncia indiretamente como tendência de fugir da cidade deteriorada e não renovada, a vida urbana alienada antes de existir “realmente”. O direito à cidade não pode ser concebido como um simples retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana transformada, renovada [...]. Só a classe operária pode ser tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização (LEFEBVRE, 2008, p. 117-118).

Segundo essa teoria de Lefebvre, os gestores enfrentam desafios para pensar uma nova realidade para as cidades, uma realidade contrapõe os fundamentos de uma sociedade capitalista, fundada em distinção de classes, passando pela crítica ao Estado e da lógica que fundamenta a reprodução da cidade em mercadoria. Lefebvre também se opõe aos discursos ideológicos

hegemônicos (cidade empreendedora e gestão democrática), os quais realizam o direito à cidade mediante um urbanismo pragmático, inviabilizando a construção do projeto social que oriente o futuro numa outra direção.

Contudo, Carlos (2017), ao analisar o conceito proposto por Lefebvre, evidencia a necessidade de se compreender o caráter de classes da produção capitalista no espaço urbano e que, por sua vez, submete o uso social da cidade ao valor de troca. Este processo, sustentado na propriedade privada, reforça todas as formas de diferença e desigualdade de acesso à moradia, transporte, saneamento, lazer e apropriação dos lugares. Nestes termos, a propriedade privada é o fundamento que sustenta as desigualdades e a necessidade do direito à cidade.

Por isso, Carlos (2017) argumenta que a importância da obra de Lefebvre reside em fundamentar mecanismos capazes de impor limites à propriedade privada. Tal que foi justamente essa que permitiu levantar a bandeira de luta que esclarece as contradições de classes da sociedade capitalista. Nestes termos, a noção de direito à cidade descreve um caminho para realização de uma sociedade urbana como projeto, que pressupõe para sua realização a consciência da privação, em um caminho em direção à transformação e a mudança.

Deparamos aqui com um elemento novo – a *consciência* - como componente à justiça social, entendida como uma compreensão de mundo que passa pelo deslocamento da produção do conhecimento dos planos epistemológicos para a compreensão da prática social, em uma verdadeira articulação teoria e prática. Por este ângulo, Carlos (2017) atribui ao direito à cidade uma teoria utópica, assim como a proposta de Lefebvre.

A definição de direito à cidade, proposto por Lefebvre (2008), foi também objeto de discussão de Harvey (2012) e Soja (2010). Estes autores acreditam que o direito à cidade se relaciona com dois planos distintos, porém, articulados, a saber: (a) num primeiro plano às demandas práticas dos movimentos sociais urbanos e (b) num segundo plano a uma proposta filosófica que visaria à utopia de realização de outra sociedade.

Verdi e Nogueira (2017) dissertam sobre essas duas dimensões de análise, em que argumentam existir ausência de distinção e fundamentação do que seja a luta atual (necessária) e a luta teórica (utópica).

Essa argumentação abriu precedente para que Harvey (2012) considerasse que o direito à cidade se constitui claramente como uma pauta revolucionária por ser outra forma de produzir a cidade, ou seja, produzir espaço. Este autor defende que o direito à cidade seja um direito coletivo, não exclusivamente aos recursos e a infraestrutura da cidade, mas ao exercício coletivo do poder sobre o processo de urbanização.

Verdi e Nogueira (2017) retomam a discussão, afirmando que o direito à cidade continua aparecendo como uma utopia, mas que contém a possibilidade da sua realização no presente, desde que seja por meio do seu caráter revolucionário.

Harvey (2012) volta a destacar sua análise na articulação entre a expansão do capitalismo e o processo de urbanização, por considerar que as cidades surgem como resultado da concentração de mais produto e a urbanização é a forma de absorver o excedente produzido no processo de produção do capital. Por este olhar, o autor entende que não haveria cidades sem mais valia e sem classes sociais diferentes.

Na percepção de Verdi e Nogueira (2017), essa definição significa que a urbanização capitalista produz cidades que concentram riqueza e poder, transformando assim o conteúdo espacial destas cidades, aprofundando a segregação e as injustiças espaciais, a qual se torna o aspecto fundamental da produção e urbanização, e que, portanto, se apresenta como principal alvo das lutas por justiça espacial.

Soja (2010), por sua vez, considera que a reivindicação dos movimentos sociais por justiça espacial seria uma forma de atualização do conceito de direito à cidade, pautado na reivindicação de outras condições de vida na cidade urbanizada. O autor propõe que a luta por um acesso mais equitativo à riqueza produzida na cidade é o significado prático da luta por justiça espacial.

Verdi e Nogueira (2017) reforçam a tese de Soja (2010), considerando que lutar por mais justiça espacial significa lutar pelo fim da segregação, da formação de guetos, do *apartheid*, por maior participação nos fóruns políticos de decisão, pela ampliação dos espaços públicos e dos debates democráticos sobre as decisões que dizem respeito à vida nas cidades.

Soja (2010) propõe também que as diversas lutas por justiça são mais concretas e, conseqüentemente, voltadas para as condições de vida atuais da

população que as reivindica, uma vez que “atravessa as diferenças de classe, raça e gênero, visando criar um senso de coletividade que formaria uma consciência política generalizada” (VERDI; NOGUEIRA, 2017, p.105).

Aqui a análise permite dizer que, tanto na argumentação de Harvey (2012), quanto na de Soja (2010), às lutas travadas pelos movimentos sociais urbanos e suas reivindicações por direitos na cidade é um aspecto central que revela o caráter urbano da sociedade capitalista.

Todavia, com maior propriedade, Verdi e Nogueira (2017) fazem a seguinte explanação sobre os modelos propostos por Harvey (2012) e por Soja (2010), ao argumentarem que o conceito de direito à cidade e justiça espacial ganha centralidade para estes autores nas diversas lutas travadas por movimentos sociais urbanos e suas reivindicações por direitos cidadãos, situando-se assim mais no campo prático do que no teórico e utópico. Acrescentam ainda que esse aspecto da dupla dimensão de análise do termo demonstra sua potência explicativa, justamente por não separar a luta atual, necessária, da luta teórica, utópica, compondo assim um movimento que reafirma o direito à cidade, simultaneamente como realidade e como devir.

Neste ponto, Verdi e Nogueira (2017) analisam que a justiça espacial seja diversamente associada à noção de equidade e distribuição de bens e serviços básicos. Interpretam ainda estes estudiosos que a justiça espacial concebida por estes parâmetros, requer, obrigatoriamente, ação do Estado, tomando a competência de promover e ofertar os bens e serviços básicos. No entanto, a ação estatal acaba por reproduzir a lógica da “cidade mercadoria”, ferramenta para reproduzir a desigual da sociedade de classes.

Para enriquecer o debate, Gloria Alves (2017) contribui para maior fundamentação e esclarecimento sobre a justiça espacial e o direito à cidade. Para tanto, essa autora toma, como objeto de investigação, a categoria consciência para se referir à questão da ‘privação da riqueza socialmente produzida e que, com efeito, gera a luta por direitos’, não devendo, portanto, ser confundida com a justiça espacial.

Em seu argumento, a autora define que a privação é decorrente justamente da negação real do direito à cidade. Essa situação é bem real, porque envolve necessariamente a superação das condições que fundam a desigualdade, ou seja,

a busca pelo direito à cidade coloca em xeque e na agenda de debate a 'propriedade privada do solo', colocando em risco a lógica de reprodução do capital (ALVES, 2017).

Por este viés tecido pela autora, a desigualdade socioespacial se apresenta como processo mais amplo, isto é, "resultado do processo de reprodução capitalista que cria, articula e mantém espaços com desenvolvimento desigual" (ALVES, 2017, p. 169). Oportuno aqui a ocasião para dizer que os bairros e Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia, se constituem enquanto espaços desiguais que resultam de uma produção capitalista, que para sua manutenção, estimula e desenvolve mecanismos excludentes, que se revelam na realidade espacial, como coloca Alves (2017).

Todavia, essa autora não se restringe apenas a expor a propriedade privada do solo, como fator das desigualdades espaciais e sociais, mas aprofunda a discussão sobre a consciência da privação da riqueza. Nesse sentido, Alves (2017) envereda pela seguinte reflexão: Quando os indivíduos tomam consciência da privação da riqueza socialmente produzida e lutam pela superação desta condição, estariam lutando pelo direito à cidade ou pela justiça espacial?

Para construir a resposta para essa questão, Alves (2017) trabalha a diferenciação entre a justiça espacial e o direito à cidade. Essa autora começa argumentando que a justiça espacial seja fundamental para minimizar as desigualdades sociais, tendo como ferramenta para isso a luta por condições mínimas de sobrevivência, com acesso à moradia, infraestrutura, saúde, educação, lazer e cultura. O direito à cidade, por sua vez, é algo mais amplo para ser concebido.

Podemos aqui entender, com base na definição dessa autora, que a justiça social é um dos determinantes fundamentais para se alcançar o direito à cidade, tendo, assim, acesso e inclusão aos benefícios da urbanização. Ou, de outra forma, o direito à cidade passa necessariamente pela justiça social, como ferramenta para que as famílias vulneráveis socialmente tenham suas demandas amenizadas.

Podemos observar que a definição de Alves (2017) para justiça social replica o pensamento de Lefebvre (2008), visto que este autor defende que seria necessária uma nova construção de sociedade urbana, desvinculada da lógica da propriedade privada do solo urbano, condição que promove as desigualdades e

priva as famílias dos benefícios da urbanização. Esta perspectiva teórica reforça a idéia de um projeto de luta pautado na transformação da realidade espacial, como em caso, os bairros do Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia na cidade de castanhal.

Além de desvelar a propriedade privada como obstáculo ao direito à cidade e, por tanto, uma necessidade de se ter justiça espacial, testificado por Lefebvre (2008); Alves (2017) recorre também às contribuições de Edward Soja (2010) para maior fundamentação da justiça espacial. Nessa intenção, Alves (2017, p. 170) observa que Soja trabalha a categoria 'injustiça social' para se referir as lutas de movimentos sociais, em favor da distribuição mais eqüitativa das riquezas sociais produzidas. Por esta vertente, o autor define injustiça espacial, como sendo "uma das dimensões da injustiça social, efeito das formas de confinamento involuntário (segregação, guetos, etc.) e a distribuição desigual dos equipamentos no território" (ALVES, 2017, p. 170).

Percebemos, assim, que a injustiça social, manifestada na segregação dos espaços, conseqüência da produção e distribuição desigual do espaço e dos equipamentos são elementos que Soja (2010) se utiliza para propor justiça espacial, cuja via seja "um caminho para lutar, para avançar em torno de projetos e causas sociais diferentes por dentro do sistema capitalista" (ALVES, 2017, p. 170).

Com base nas contribuições teóricas apresentadas, podemos considerar que justiça espacial e o direito à cidade são dois termos imbricados e interdependente, cuja elucidação passa pela consciência da privação das riquezas produzidas e pelo questionamento da propriedade privada (ALVES, 2017); por movimentos e lutas por maior distribuição das riquezas (SOJA, 2010); o que exige a construção de uma nova sociedade urbana, desvinculada da lógica da propriedade privada do solo urbano (LEFEBVRE, 2008).

Ou seja, dentro do próprio seio da sociedade capitalista a causa social urbana deve ser trabalhada, cujo fator de busca seja a maior participação e inclusão nos benefícios gerados pelo processo de urbanização, de modo a minimizar, o mais possível, as desigualdades na produção dos espaços, desigualdade socioespaciais, segregação dos espaços (e sem territórios) e as injustiças

espaciais; como também as desigualdades socioeconômicas. As ferramentas para isso são o movimento e a luta social pela causa urbana.

Só assim, a partir da apropriação dessas ferramentas que a população dos bairros de Jaderlândia, Oscar Reis, Bom Jesus, Rouxinol e Heliolândia poderão alcançar, de fato, o direito à cidade, saindo das condições precárias dos espaços periféricos, desprovidos de infraestrutura, condições péssimas de moradia e de vulnerabilidade socioeconômica; para outra situação futura e desejável de direito real dos serviços e equipamentos urbanos, abrangendo o acesso à moradia, infraestrutura, saúde, educação, mobilidade, lazer, cultura, emprego e renda. E assim, no plano real, essa população possa superar a condição de desigualdade e injustiça espacial que lhe é imposta.

Acreditamos que, mais que entender os meandros da justiça espacial, devemos entender que, na atual conjuntura do capitalismo global, o espaço urbano se tornou plataforma de acumulação e a reprodução do capital, estritamente ligado ao setor imobiliário que entre outras coisas, requer especulação da terra e do espaço. A força do capital está ligada às classes dominantes, sendo responsável por construir espaços desiguais, fragmentados e articulados. Esse processo revela a realidade em que a população que mora em espaços precários é imposta, onde suas condições de vida são alteradas, por conviverem nesses espaços com gritantes desigualdades, e os tornando vítimas das diversas violências.

A produção do espaço urbano na contemporaneidade atende aos interesses da multiplicação do capital, a cidade com suas formas, funções, estruturas e processos fragmentam-se em áreas mais ou menos valorizadas, sob o ponto de vista do mercado imobiliário, da localização, da estabilidade do terreno, da infraestrutura urbana e dos bens e serviços públicos e a presença do Estado.

Por isso, defendemos, por um lado, que a própria cidade seja palco das discussões e debates acerca das injustiças sociais, pela sua condição de segregação e exclusão, e assim, desnaturalizar a existência das desigualdades socioespaciais, visto que a realidade consiste em entender que a produção capitalista do espaço promove as injustiças e anula o direito à cidade para a população que vivem à margem desse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção do espaço urbano em Castanhal, em diálogo com a dinâmica socioespacial da violência urbana e as desigualdades socioespaciais, a partir dos dados socioeconômicos e indicadores de homicídios, foi a temática que se estendeu ao longo dessa pesquisa de dissertação. Para isso, foram analisadas informações documentais, variáveis de dados, diagnósticos da cidade, entre outras fontes para se evidenciar a condição dos espaços precários e sua correlação com a criminalidade urbana. Conferindo assim ao objetivo geral da pesquisa que consiste em analisar a dinâmica da violência urbana a partir das informações geográficas de produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais em Castanhal, PA.

Para o cumprimento do primeiro objetivo específico: análise conceitual acerca dos processos de produção do espaço urbano, desigualdade socioespacial e violência urbana; essa dissertação se debruçou sobre as considerações fundamentais para análise da temática. Nesse contexto, se apresentou uma diversidade de teóricos que contextualizam essa informação. A pesquisa aponta que a violência urbana é parte de uma discussão multifacetada, existindo uma diversidade de teorias para sua explicação. Nesse momento, se evidenciou que a produção do espaço é uma temática complexa e multifacetada, no entanto, pudemos entender que as relações da conjuntura social, permeada de interesses antagônicos geram elementos que torna o espaço urbano forjado por desigualdades socioespaciais, tal como a violência urbana.

Em relação ao segundo objetivo específico: abordar a partir de processos de periodização como ocorreu histórica e geograficamente a produção do espaço urbano castanhalense e de como sua rede urbana se consolidou dentro do contexto regional. Nesse momento, foi apresentado elementos para apresentar à cidade de Castanhal, onde também se enfatizou a importância de sua rede urbana, dentro do contexto regional. A abordagem regional se justificou a partir da necessidade de se apresentar as diferenciações e as desigualdades materializadas na cidade. Ainda nessa seção, foram apresentados elementos importantes dentro do contexto histórico-geográfico com a finalidade de fornecer informações sobre o processo de formação e produção do espaço urbano da cidade.

O processo histórico foi enfatizado pelo processo de intensificação a partir do surgimento e disseminação das rodovias, tratando de uma periodização de 1960 a 1990. Nesse momento, foi relatado a gênese do processo de urbanização do Município de Castanhal e sua relação à construção da estrada de ferro, destacou-se o papel da cidade enquanto entreposto comercial agrícola. Posteriormente, se destacou a desativação da ferrovia, onde surgiu um novo padrão de organização socioespacial, relacionado ao projeto de integração federal, a partir da integração dessas rodovias. Foram utilizadas figuras para ilustrar esses dois processos de organização socioespacial.

Em seguida, se apresentou a caracterização do espaço urbano de Castanhal, onde se discutiu os espaços a partir das características da área de centralidade, periférica e área de transição. Os registros fotográficos foram apresentados para ilustrar a paisagem dessas respectivas áreas, onde se identificou a presença e/ou ausência, em maior ou menor grau, de equipamentos urbanos, serviços públicos e privados e a presença e/ou ausência efetiva do Estado.

Quanto ao terceiro objetivo: ***analisar a dinâmica da violência urbana em Castanhal a partir de dados e socioeconômicos e dos homicídios***; foram resgatadas as concepções teóricas apresentadas no primeiro capítulo, onde se enfatizou que os crimes violentos como fenômenos associados à desorganização urbana, uma vez que se identificou que nesses espaços ocorre um processo de deterioração do mecanismo de controle. A forma de ocupação irregular desses espaços condiciona em suas configurações e, por extensão, no desenvolvimento de mecanismo de controle social ou da ausência dele nesses espaços. Em partes, tal correlação pode ser explicada pelos fatores que influenciam a violência urbana. Assim, a violência revela-se imbricada a fatores da desordem urbana, ao ponto de permitir diferenciar o que se chama de violência urbana.

A junção dos elementos descritos nesta pesquisa, mediante as discussões das categorias analíticas apresentadas, mostrou uma estreita relação entre a produção desigual do espaço urbano, desigualdades socioespaciais e a violência urbana. Assim, ficou claro que a produção do espaço urbano, forjado por interesses antagônicos, estimula diversos arranjos negativos, dentre eles condições espaciais

que favorecem determinados espaços da cidade de Castanhal torna-se reduto da criminalidade.

Esses espaços agregam uma população excluída e subalternizada, são essas as principais vítimas de um processo socialmente excludente. Um grupo vulnerável socialmente e economicamente que sofrem diariamente as mazelas da cidade capitalista. Não cabe relacionar como fio determinista a violência e a pobreza, mas as evidências mostram que são nesses espaços de pobres que temos um cenário caótico de privação de direitos, e as populações que neles vivem, são as que mais sofrem com os diversos tipos de violência.

Mediante as considerações expostas para entender a dinâmica socioespacial da violência urbana em Castanhal, identificamos que nos espaços dos bairros periféricos, aqueles com maiores desigualdades, se concentram as maiores ocorrências de homicídios. No entanto, entendemos que a violência e a criminalidade se manifestam em toda a cidade, não é um “privilegio” de determinado grupo social, ricos, pobres ou classes médias são “agraciados” direta ou indiretamente por esse fenômeno, porém, é nas áreas mais pobres da cidade que a violência encontra elementos propícios para sua materialização, é nesses espaços em que ele se realimenta dos elementos que lhe origem, e assim se fortalece e desses espaços, os tornam o território do crime.

É válido ressaltar que a cidade de Castanhal não deve ser vista como um lugar mítico do caos, mas como parte de um processo de construção de práticas sociais onde o que sobressai em uma primeira análise, são as profundas injustiças e desigualdades que engendram as mortes quase sempre de categorias sociais dominadas, vivendo, trabalhando ou circulando nesses lugares mais periféricos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana; LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.13, n.4, p. 62-74, out./dez. 1999.

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Originalmente preparado para o ciclo de conferências. Sociedad sin Violencia., promovido pelo PNUD . El Salvador, abril Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002.

ADORNO, Sérgio. Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. *In*: ZAVERRUCHA Jorge (org.). **Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX**. Recife: Ed. Bagaço, 1998. p.151-189.

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. *In*: LIMA, Renato. Sérgio de; PAULA, Liana de. (orgs.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

ALVAREZ, W. A. **Geografia e violência nos aglomerados de execução na cidade de Marituba de 2011 a 2013**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2015.

ALVES, G. **Privação, justiça espacial e direito a cidade**. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (org.). **Justiça espacial e o direito á cidade**. São Paulo: Contexto, 2012, p.167-178.

ALVES, S. D. **Formas espaciais recentes da urbanização na Amazônia: a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

AMARAL, S. D. B.; WILLAME, O. B.; Castanhal (PA): entre a dinâmica metropolitana e a centralidade sub-regional de uma cidade média. PRACS. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 77-105.

BAHIA, Lúcia; GALVÃO, Rodrigo Fraga. Castanhal-PA: **Um estudo avaliativo da 'cidade modelo' no nordeste paraense, Brasil**. Disponível em: Castanhal-PA: Um Estudo Avaliativo da 'Cidade Modelo' no Nordeste Paraense, Brasil, artigo de Maria Lúcia Bahia e Rodrigo Fraga Galvão (ecodebate.com.br). Acesso em: 13 jul. 2022.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). **Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BEATO FILHO, Claudio Chaves: **Crimes e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BECKER, B. K; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

BENACH, N. **Da desigualdade social a justiça espacial**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p.15-31.

BORDIN, M. **Geografia do crime em Curitiba: a produção de espaços segregados pela violência**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2009.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá**, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista - UEP. São Paulo/Presidente Prudente, UEP, 2015.

CALDEIRA, T. P.R. **Cidades de Muro: crime, segregação e cidadania**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CANO, Ignácio. **Análise territorial da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro - RJ: letras, 2004.

CANETTIERI, Thiago. **Breves notas sobre o materialismo histórico-geográfico-dialético**.

CAPEL, H. **Agentes y estratégias en la producción de espacio urbano español**. Revista Geografica, n.8, 1972, p.19-56.

CARDOSO, A. L. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. S/D.

CARLOS, A. F. A. **A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p.33-62.

CARLOS, A. F. A. **Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. p.53- 73.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARVALHO, A.S; SILVA, J.C.M; RIBEIRO, W.O: Segregação socioespacial e direito à cidade: uma análise do setor sudeste de CASTANHAL-PA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - online), Belém, v. 06, n. 02, p. 41-60, jul. / dez. 2019.

CHAGAS, C. A. et al. **Território, produção do espaço e violência urbana: uma leitura geográfica dos homicídios na Região Metropolitana de Belém.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2014, Vitória, Anais... Vitória, ES, 2014. p. 1-12.

CHAGAS, C. A. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 1, n. 01, p. 186-204, jan./jun. 2014.

CHAUÍ, Marilena S. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto. (org.). **Os sentidos da paixão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 35-75.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v.49, n.3, p.39-68, 1989.

CORREA, R. L. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUSA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2012.

CORREA, R. L. **O Espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CORREA, R. L. Sobre os agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUSA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, E. M. Cidades Médias: contributos para a sua definição. **Finisterra**, v. 37, n. 74, p. 101-128, 2002.

CRUZ, S. K. M. **Desigualdade socioespacial e produção da moradia: uma análise a partir do programa minha casa minha vida na cidade de Castanhal,** Pará. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2018.

CRUZ, Samia Karollyne Moura. **Desigualdade socioespacial e produção da moradia: uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Castanhal,** Pará. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais na Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA. Belém, UFPA, 2019.

DA MATA, Roberto. **As raízes da violência no Brasil:** reflexões de um antropólogo social. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio e Cols. **A violência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

FEITOSA, C. L. L; MAIA, R. S. **A indústria do medo e o consumo da segurança-impactos sobre a vida urbana.** In: VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto, 2012.

FERREIRA, M.C.P. **Desigualdades socioespaciais: produção do espaço e política habitacional de interesse social em Parnamir/RN**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses**: Castanhal. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, FAPESPA, 2021. Disponível em: <[Estatística Municipal | Fapespa](#)> Acesso em: 13 jul. 2022.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e Grupais**: In: BAUER, Martin W & GASKELL, George (Ed.). In: Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 64-89.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. A.C. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 7, n. 1, Salvador, BA, 2005.

GORELICK, Noel et al. Google Earth Engine: planetary-scale geospatial analysis for everyone. **Remote Sensing of Environment**, n. 202, 2017. pg. 18-27.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: USP, 2016.

HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros: A contribuição do trabalho de campo para a pesquisa científica. In: DAVID, César & WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores (organizadores). In: Agricultura & Transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015, p. 47-57. In: **Territorial - Caderno Eletrônico de Textos**, v. 5, n. 7, set., 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Taxa média de desemprego, em 2021. Disponível em: [Taxa média de desemprego em 2021 recua para 13,2%, diz IBGE | Brasil e Política | Valor Investe \(globo.com\)](#). Acesso em: 14 jul. 2022.

KLEINSCHMITT, S.C; LIMA, J.F; WADI, Y.M. **Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores? Interseções** [Rio de Janeiro] v. 13 n. 1, p. 65-90, jun. 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, **Marina de Andrade**: fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito á cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017 (Observatório das Metrôpoles).

LIRA, P. S. **Índice de violência criminalizada (IVC)**. Congresso CONSAD de Gestão Pública – Painel 62: Gestão em segurança pública. Pesquisa desenvolvida no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo – SESP/ES, 2014.

MARAFON, G.J. O espaço urbano: a abordagem da escola de Chicago e da escola marxista. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 18, p. 149 - 181, 1996.

MINAYO, Maria Cecília. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *In: Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro - RJ, v. 14, n. 1, 1998.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Ciência, técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; NETO, Otávio Cruz & MINAYO, Maria Cecilia de Souza (orgs.). *In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e educação**, Rio de Janeiro - RJ, v. 2, n. 1, 1997.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 61, 2007.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro - RJ: Lúmen Júris, 2006.

MISSE, Michel. O Homem e a gente: inter-comunicação humana. Rio de Janeiro - RJ: LIAL, 1973. PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estritamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro - RJ: Casa da Palavra, 2002.

PENNA, Nelba Azevedo. **A produção dos espaços metropolitanos**: planejamento e gestão do território. *In: FERREIRA, Álvaro et al.* Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2000.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ermani Cesar de: **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

PUSTRELO, D. A. Espaço urbano, produção do espaço e segregação socioespacial: o espaço urbano capitalista e o caso de Marília/SP. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**, v. 14, Novembro de 2014.

RAMÃO, F.P; WADI.Y.M. **Espaço urbano, desigualdade socioespacial e a dinâmica dos homicídios em Cascavel/PR**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG – Brasil, outubro, 2008.

REIS, J.F; BERNADES, F.M. **Quem morre em Belém?** da periferia ao centro, o perfil d vítima de homicídio. *In*. SILVA, C; LIMA, R.A; SILVA, J.M. Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia – 1ed.-Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

RIBEIRO, W, de O.; MIRANDA NETO, José Queiroz de. Da Fronteira ao Entorno Metropolitano: particularidades de cidades médias amazônicas - Altamira e Castanhal no Estado do Pará. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 25, e20, p. 01-40, 2021. DOI10.5902/2236499443699. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499443699>. Acesso em: 10 out. 2021.

RIBEIRO, W. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferença de Bragança, Capanema e Castanhal**. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP, 2017. (Tese de Doutorado).

RIBEIRO, W. O. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. **GEOUSP (Online)**, v. 20, n. 1, p. 115 – 129, jan./abr. São Paulo, 2016.

RIBEIRO, W. O. Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, pp. 73-88, dez. 2007.

SALVADOR, Diego Salomão C. O: A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 97 - 114, jan./jun., 2012.

SANTOS, C. D. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. *In*: REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, G & DR, Taubaté, SP, v. 5, n. 1, p. 177-190, jan-abr/2009.

SANTOS, R. S. **A produção de espaços segregados pela violência em Caetité-Ba.** 2015. SEN, A. Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVA, K.O. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. **Revistar Urutágua**, n. 11, dez/jan./fev./mar, Maringá-Paraná-Brasil, 2007.

SILVA, M.P. **A dinâmica da violência na metrópole:** análise sócio-espacial, uso do território e cartografia dos homicídios na 12<sup>o</sup> AISP/Belém-PA no período de 2011-2013. 2016. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Centro de Ciências Sociais e Educação, Belém-PA, 2016.

SILVA, Marcelle Peres da. **Faces da metrópole:** desigualdades socioespaciais e violência no distrito de Icoaraci, Belém - PA. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Organização e Gestão do Território) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA. Belém, UFPA, 2018.

SOJA, E. W. G. **Seeking spatial justice. Minneapolis:** University of Minnesota Press, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério: **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização.** 16. ed., São Paulo: Contexto, 2018.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, n. 7, v. 4, p. 64-68, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERDI, E. F; NOQUEIRA, D.S. **O direito á cidade (nas ruas e na universidade) e o devir da sociedade urbana.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Org.). Justiça espacial e o direito á cidade. São Paulo: Contexto, 2017, p.95- 113.

ZALUAR, A. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, J. P dos R. (Org.). **Fórum Nacional:** a construção da modernidade econômico social: governabilidade, sistema político e violência Urbana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. **A criminalização das drogas e o reencantamento do mal.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FVG, 2004.



**Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo  
66113-200 – Belém-PA**